



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ANA LÍVIA CARDOSO CASTANHEIRA ALVIM

**Um mundo que cabe nas mãos: análise do contrato social e das relações de
reconhecimento no romance Fogo Morto, de José Lins do Rego**

JUIZ DE FORA

2019



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Um mundo que cabe nas mãos: análise do contrato social e das relações de reconhecimento no romance Fogo Morto, de José Lins do Rego

Ana Livia Cardoso Castanheira Alvim

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Doutor Felipe Maia Guimarães da Silva

JUIZ DE FORA

2019



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ANA LÍVIA CARDOSO CASTANHEIRA ALVIM

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais

Aprovada em: ___ / ___ / ___

Professor Doutor Felipe Maia Guimarães da Silva
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professor Doutor Fernando Perlatto, Bom Jardim
(Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professor Doutor Alexandre Vieira Werneck
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

JUIZ DE FORA

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cardoso Castanheira Alvim, Ana Livia.

Um mundo que cabe nas mãos : análise do contrato social e das relações de reconhecimento no romance *Fogo Morto*, de José Lins do Rego / Ana Livia Cardoso Castanheira Alvim. -- 2019.
105 p.

Orientador: Felipe Maia Guimarães da Silva
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. José Lins do Rego. 2. reconhecimento. 3. injustiça. 4. economia moral. 5. regionalismo. I. Maia Guimarães da Silva, Felipe, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao pesquisador paira uma aura de solidão, normalmente associada ao processo de concentração necessário para a organização das ideias, dados e teorias. Mas, nos bastidores encontramos uma verdadeira equipe, formada por pessoas que nos dão suporte para continuar, ultrapassar as dificuldades e concretizar nossos objetivos. Portanto, gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização de mais essa etapa.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família. À minha mãe, Miriam, pelo apoio e amor incondicional e por ser capaz de me dizer sempre as palavras que eu precisava ouvir em meus momentos de agonia. Sua fé em meu sucesso me dá confiança para alçar voos cada vez maiores. Ao meu pai, Jorge, que me ensinou a importância do trabalho e da perseverança para a conquista de meus objetivos. Seus ensinamentos compõem a sólida base sobre a qual me construo. Ao Joel, segundo pai que a vida gentilmente me deu. Seu suporte e sua torcida tornaram-me mais forte e confiante. Aos meus irmãos: Felipe, meu primeiro melhor amigo; e o caçula, Kauan, que me faz querer ser uma pessoa cada vez melhor.

Gostaria de agradecer aos companheiros de turma e, em especial, às minhas amigas Ana Luiza e Mariana que, de forma muito inesperada, se tornaram parte de mim. Obrigada pela amizade, carinho e suporte tanto nos momentos felizes quanto, e principalmente, nos momentos de angústias e dúvidas. É um prazer e uma honra poder caminhar lado a lado com vocês. Agradeço também ao meu orientador, Felipe Maia, por ter me guiado nos percalços do trabalho acadêmico sempre com muita paciência e bom humor. Com sua orientação descobri e me senti segura para explorar o incrível mundo dos romances de José Lins do Rego.

Não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal de Juiz de Fora pela estrutura e pelos professores que me possibilitaram tanto a formação superior quanto o desenvolvimento do pensamento crítico tão necessário na construção de um mundo melhor. Por fim, e não menos importante, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio que tornou possível a realização do presente trabalho.

Resumo

Partindo do pressuposto de que os romancistas, assim como demais intelectuais, praticam a imaginação sociológica, tendo como base suas experiências e perspectivas, pretendemos realizar um diálogo entre o romance e algumas teorias sociais. Escolhemos o romance *Fogo Morto* de José Lins do Rego, devido ao mundo que ele nos apresenta, demonstrando a síntese da decadência dos engenhos na Várzea da Paraíba diante das mudanças estruturais causadas pela modernização. Dentre essas mudanças encontra-se uma mudança das relações sociais e da moral que lhes servem de base, gerando inúmeros conflitos, injustiças e desrespeito. Para uma reinterpretação do romance a partir da Teoria social partimos dos conceitos de economia moral cunhado por E. P. Thompson, injustiça conforme delineada por Barrington Moore e reconhecimento através da teoria de Axel Honneth. Num primeiro momento desvelamos o autor e sua obra, demonstrando sua percepção de regionalismo (tradição) e decadência. Em seguida descrevemos os personagens realizando uma leitura destes a partir da teoria do Reconhecimento. Por fim, realizamos o encontro do romancista com a teoria social, demonstrando sua aptidão para intuir e expressar as normas que compunham o contrato social (implícito) e como esse contrato influenciava na identidade dos seus personagens, de maneira que torna seu livro como um aliado na compreensão daquela sociedade e observa o romancista como um intelectual capaz de contribuir para as teorias sociais.

Palavras-chave: José Lins do Rego; reconhecimento; injustiça; economia moral; regionalismo

Abstract

Assuming that novelists, like other intellectuals, practice sociological imagination, based on their experiences and perspectives, we intend to carry out a dialogue between the novel and some social theories. We chose the novel *Fogo Morto* by José Lins do Rego, due to the world he presents us, demonstrating the synthesis of the decadence of the engenhos in Várzea da Paraíba in the face of the structural changes caused by modernization. Among these changes is a change in the social relations and morals that serve as a basis, generating innumerable conflicts, injustices and disrespect. For a reinterpretation of the novel based on social theory, we start from the concepts of moral economics coined by E. P. Thompson, injustice as outlined by Barrington Moore and recognition through the theory of Axel Honneth. At first, we unveiled the author and his work, demonstrating his perception of regionalism (tradition) and decay. Then we describe the characters reading them from the theory of Recognition. Finally, we carried out the novelist's encounter with social theory, demonstrating his aptitude to intuit and express the norms that made up the (implicit) social contract and how this contract influenced the identity of his characters, in a way that makes his book as an ally understanding of that society and observes the novelist as an intellectual capable of contributing to social theories.

Keywords: José Lins do Rego; recognition; injustice; moral economy; regionalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 - JOSÉ LINS DO REGO E FOGO MORTO: CONHECENDO O AUTOR E APRESENTANDO SUA OBRA.....	14
1.1 - José Lins do Rego: um menino de engenho	15
1.2 - Gilberto Freyre e José Lins do rego: “qual dos dois influenciou sobre o outro?”.....	18
1.3 - Regionalismo: “ser de sua casa para ser inteiramente da humanidade.....	21
2 – FOGO MORTO: COMPREENDENDO OS PERSONAGENS À LUZ DE AXEL HONNETH.....	27
2.1 – Decadência: da chegada das usinas ao romance Fogo Morto.....	27
2.1.1 – As usinas e a decadência	28
2.1.2 – O romance Fogo Morto	33
2.2 – Primeiro encontro entre romance e teoria: Axel Honneth e a Luta por Reconhecimento”.....	35
2.2.1 – Mestre José Amaro: “Gritou comigo, não vai!”.....	40
2.2.2 – Coronel Lula: “só vivia para ele mesmo”.....	54
2.2.3 – Vitorino: “um homem que luta não é desfeito”	68
3 – FOGO MORTO: ONDE TEORIA SOCIAL E ROMANCISTA SE ENCONTRAM.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, nos inspiramos no passado em que literatura e sociologia compartilharam. Dessa forma escolhemos um romance para tentar avaliar os limites de suas reflexões à luz das teorias sociais de Honneth (2003), Barrington Moore (1987) e Thompson (1998). Pretendemos através do romance compreender a perspectiva do autor sobre os mecanismos sociais que operavam na sociedade onde foi criado e analisar os conflitos vividos pelos personagens.

Conforme nos mostra Lepenies (1996), desde meados do século XVIII, a sociologia já travava uma luta para alcançar seu espaço, no sentido de se estabelecer como a ciência que estudava o social de forma científica e metodológica, se espelhando nas *hard sciences*. Uma das medidas tomadas nessa direção foi a criação de características que a diferenciasses da literatura, pois nela se encontrava (e ainda se encontra) reflexões a respeito das experiências em sociedade. A principal diferença estabelecida foi a falta de método e, conseqüentemente, de controle sobre como a discussão se materializava nos textos e romances; a literatura tratava do social de determinada forma que os cientistas sociais da época acreditavam não compor uma fonte confiável de informação, devido à sua distância do “rigor científico”, devendo servir apenas como entretenimento.

Uma das formas de demarcar a distância entre a ciência que surgia e a literatura foi a atitude negativa frente a estética dos textos escritos pelos novos especialistas. Lepenies (1996) nos mostra que, na época de Comte, escrever como os beletristas seria o indício de um excesso de retórica para mascarar discursos vazios. Assim, se valorizava mais a “escrita dura” de um conteúdo estritamente científico, mesmo que o resultado fosse um texto sem fluidez. Isso se devia a uma compreensão disseminada entre os especialistas de que as ciências não serviriam para entreter leigos leitores, mas sim demonstrar experiências, análises e resultados como também propor reflexões e teorias. O autor nos conta ainda que Comte chegou a desenvolver uma métrica para seus textos, levando o método até às últimas conseqüências (por exemplo, número pré-estabelecido de frases para compor um parágrafo).

Certo ponto desse processo de afirmação da sociologia como uma disciplina independente resultou em uma ruptura com a literatura, de maneira que muitas das reflexões dos escritores sobre as sociedades em que viviam, expressas através da arte, fossem negligenciadas enquanto contribuições para o imaginário social, no que diz respeito às

interações e modos de vida das pessoas. No entanto, não vemos motivos pelos quais a interdisciplinaridade entre literatura e ciências sociais não deva ser mais frequentemente explorada, para além do campo da Sociologia da Literatura.

Lepenies, em seu livro *As Três Culturas*, caminha para explorar as relações, mais do que os limites, existentes entre a sociologia e a literatura. Ele o faz pensando nas sociedades francesa, inglesa e alemã. Quando pensamos no Brasil, para além do renomado Antônio Candido e suas críticas literárias repletas de reflexão sociológicas, percebemos em Gilberto Freyre e também em José Lins do Rego a crença de que sociologia e arte se completam. As obras de ambos parecem frequentar a área cinzenta entre literatura e ciências sociais: os textos de Gilberto Freyre por vezes foram confundidos com literatura, assim como muitos críticos qualificaram os romances de José Lins do Rego como romances sociais. Quando nos permitimos conhecer um pouco mais sobre os autores, fica claro que eles trabalhavam com a intenção de extrair da terra e das pessoas suas matérias-primas, para então exprimir a vida de fato na vida que retratavam, entrelaçando-a com ficção e teoria (Freyre, 1978; Rego, 1952; Castello, 1961; Chaguri, 2009; Hollanda, 2012). Como exemplo, trazemos a fala final do ensaio que José Lins do Rego escreveu para o livro *Região e Tradição* de Freyre:

Goethe dizia que alguns alemães tinham o dom de tornar a ciência inabordável, de transformar a sabedoria em papão. Queria ele tocar no problema do que é arte e do que é a ciência. Para alguns se excluem. Onde uma entra, a outra deveria sair imediatamente, como se ambas não pudessem viver em comunidade. E podem na certa. Bastam os livros de Freud, de Nietzsche, de Bergson, para o confirmar. Em Gilberto Freyre o poeta domina, é o poeta que comanda, embora completado, ratificado pela ciência. E é a poesia que faz dos seus livros obras de arte, antes mesmo de serem obras de ciência. Ele tem o estilo de sua personalidade e não o estilo de sua sociologia. Penetra os assuntos, e às vezes resolve com o seu poderoso instinto criador o que talvez não resolvesse com os instrumentos comuns do especialista. Vence a técnica com os poderes dos seus dons poéticos. Foi assim sempre. E será sempre assim. Porque quem se dirige como ele pelas marés da vida, quem põe como ele, acima das teorias e dos partidos, a vida, o homem, a pessoa, a terra, o céu, as águas, os bichos, as árvores, será mais que um sociólogo, mais que um político, mais que um cientista, será o poeta que sobreviverá a tudo mais. (REGO, 1941, p.21)

Indelévelmente, os escritores possuem suas identidades marcadas pelos contextos nos quais vivem, de forma que suas experiências influem em suas curiosidades e interesses, como haveria de acontecer com qualquer um. Essas marcas são impressas em suas criações como se fossem suas digitais, mesmo que não sejam visíveis superficialmente. Se concordamos que a reflexividade é uma característica dos seres humanos, podemos dizer que os escritores acabam por eternizar suas reflexões em seus textos. Conforme Antônio Candido (2009, 2010) e Roberto Schwarz (2002), é possível observar as marcas sociais dos contextos em que se

encontravam os autores mesmo nas obras mais ficcionais, ainda que não sejam explícitas e conscientes. De forma que compreendemos que os autores não conseguem se ausentar dos textos que produzem. Esse processo nos é sociologicamente interessante porque dessa forma podemos nos questionar quanto às normas que regram as relações sociais e a convivência em sociedade ao tomarmos um romance como objeto de análise. Pois, a literatura, assim como a sociologia, tem a potência de promover, nos leitores, reflexões a respeito da sociedade em que vivemos assim como de outras sociedades. Ela é capaz de fazer luz sobre nossas características sociais enquanto membros de uma mesma comunidade, tanto sobre os elos que nos conectam e quanto sobre as peculiaridades que nos separam uns dos outros.

No entanto, é preciso ter consciência das limitações de representação de um romance. Através da literatura temos acesso a uma totalidade, a um mundo que foi criado e ordenado conforme uma perspectiva determinada, de maneira que se torna muito mais coerente do que o mundo em que vivemos. Em alguns romances podemos, inclusive, assumir a perspectiva de um ente onipresente - o narrador -, que não apenas sabe o que está acontecendo em todos os lugares, como também tem acesso aos pensamentos de cada personagem. Porém, enquanto leitores, temos a oportunidade de vivenciar um choque de perspectiva ou mesmo um choque cultural (quando lemos romances de outros países, ou mesmo de outras regiões de nosso país, por exemplo). Pois, através de um romance podemos tomar conhecimento de costumes diferentes dos nossos, de maneira que através do contraste nos salte aos olhos nossos próprios hábitos, costumes e tradições.

Foi através desse processo de estranhamento causado pelo romance *Fogo Morto* de José Lins do Rego que surgiu a problemática desta dissertação. Através dele fomos chamados às plantações de cana-de-açúcar na várzea da Paraíba para pensarmos sobre o desrespeito e injustiça na sociedade canavieira do Nordeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX.

José Lins do Rego (1901 - 1957) foi e ainda é notadamente reconhecido por seus romances sociológicos, carregados de primitivismo e memorialismo (CASTELLO, 1961). O primitivismo é devido à simplicidade da escrita, inspirada na maneira como a Nega Totonnia, personagem de suas memórias de menino, contava histórias (CASTELLO, 1961; CHAGURI 2009; HOLLANDA, 2012), e também na história oral cantada, tradicionalmente, nas feiras nas cidades. Já o memorialismo se deve ao fato de que o regionalista nunca escondeu que a memória foi sua grande fonte de inspiração e matéria-prima. Costumava dizer que seu intuito, nos romances, era de contar como a vida era vivida (Rego, 1952). Levando em conta sua ambição,

temos garantida muitas reflexões sobre problemas sociais que o instigaram desde a infância, em meio aos engenhos de cana-de-açúcar.

José Lins do Rego possui uma sequência de romances que ficaram conhecidos como ciclo da cana-de-açúcar. Inicialmente esse ciclo é composto por cinco obras: “Menino de Engenho” (1932), “Doidinho” (1933), Banguê (1934), “O Moleque Ricardo” (1935) e, por fim, “Usina” (1936). Essas obras possuem cunho notadamente autobiográfico, representando o reencontro do escritor com suas memórias de infância. No entanto, o romance *Fogo Morto*, publicado pela primeira vez em 1943, ou seja, mais de dez anos após a publicação do primeiro romance, é reconhecido como uma síntese do ciclo e foi posteriormente incorporado a ele.

A região em que se passa a trama é na Várzea da Paraíba, ocorrendo no espaço que compreende a pequena Vila do Pilar e o engenho Santa Fé. Não é possível nos situarmos com exatidão em qual período temporal a história se passa, no entanto somos levados a crer que o romance ocorre entre a Abolição da Escravidão (1888) e as primeiras décadas do século XX. Nesse período as usinas começavam a chegar na região, ameaçando a produção artesanal do açúcar com o progresso tecnológico (HOLLANDA, 2012).

A respeito do romance, estamos interessados nas situações em que seus personagens vivenciam as tensões e conflitos desencadeados direta ou indiretamente pela modernização. Vamos explorar esses casos com o intuito de identificar a gramática moral que opera nos bastidores desses conflitos a partir da perspectiva retratada pelo romancista, tendo como pano de fundo a sociedade dos engenhos de açúcar nordestina.

Tendo feito isso, forçamos um diálogo entre o que podemos depreender da percepção do romancista e as teorias que A. Honneth (2003), E. P. Thompson (1998) e Barrington Moore (1987) apresentam sobre desrespeito e injustiça. Nosso intuito foi o de responder a seguinte questão: O que o romance *Fogo Morto*, e por consequência seu autor, tem a contribuir com discussão sobre desrespeito e injustiça, engendrada pelos teóricos elencados? Partimos do desejo de descobrir, via perspectiva de José Lins do Rego, o que era considerado desrespeito naquela sociedade canavieira e, através dela, questionar e estabelecer uma relação com a teoria citada. Dessa forma promovemos o encontro de dois tipos distintos de imaginação sociológica, isto é, duas formas diferentes de refletir sobre um mesmo tema: desrespeito e injustiça.

A escolha da obra e do autor ocorreu da seguinte maneira: o autor porque ele é reconhecido com primor na forma como retrata a decadência dos engenhos; o romance *Fogo*

Morto, dentre os outros do ciclo da cana-de-açúcar, porque ele apresenta um maior refinamento dos temas abordados e compreende uma maior de maturação do próprio autor no trato de suas memórias, nos fornecendo um texto mais reflexivo e menos autobiográfico. A importância dessa obra se deve também a seu marco temporal, mesmo que impreciso, pois retrata uma mudança que não se limitou apenas aos meios de produção do açúcar, mas que também afetou toda a estrutura da sociedade. Pois, a renovação na forma de produção teve como consequência a mudança de todo o sistema de hierarquia social até então constituído. Um dos sintomas desse processo foi o desmoronamento de uma rede de relações personalizadas, sobre as quais pairavam as relações de trabalho, demonstrando que para além da “pura” economia existia uma moral econômica. Conforme Hollanda (2012) a usina “coloca o *capital* no lugar do *afeto*” (p. 215).

Neste aspecto encontramos afinidades com o conceito de economia moral, cunhado por E. P. Thompson (1998). Em breves palavras, o conceito de economia moral é um produto do Estudo que Thompson realizou sobre os motins ocorridos na Inglaterra do século XVIII. Com ele o intelectual inglês pretendia abordar a existência, na organização daquela sociedade, de uma moralidade que permeava a economia e que afetava o comércio de determinados itens, considerados essenciais para a sobrevivência, sobre os quais o lucro exacerbado era considerado imoral. O não cumprimento dessa premissa gerava os motins abordados pelo autor, pois uma das regras morais compartilhadas pela sociedade estava sendo quebrada, perturbando, assim, a harmonia social.

No romance *Fogo Morto* as relações eram personalizadas e isso indica que várias esferas das vidas das pessoas estavam entrecruzadas em suas relações, com especial atenção para as relações de trabalho. O personalismo dessas relações desconhece os limites entre os vários âmbitos nos quais uma relação pode ocorrer, de maneira que nessas relações as questões sociais, econômicas e morais se misturavam. Esse personalismo marca profundamente a compreensão do indivíduo a respeito de si e do outro, ou seja, marca sua identidade e sua compreensão acerca de seu lugar na sociedade. Nessas relações determinadas expectativas – sociais, afetivas e morais – eram geradas, podendo ser satisfeitas ou não. Em caso de negativa, os sentimentos que surgem podem variar entre vexame, humilhação, desrespeito, injustiça, etc. Tendo isso em vista, estamos lidando com conflitos oriundos de um desejo de reconhecimento - reconhecimento de um determinado lugar que oferece determinada dignidade -, tema no qual Honneth se destaca com sua Teoria do Reconhecimento.

Para compreendermos a arena na qual os conflitos ocorrem, lançamos mão do conceito de gramática moral (HONNETH, 2003), ou seja, uma estrutura intersubjetiva compartilhada pelos membros de uma mesma comunidade a partir da qual a identidade e sua autopercepção são construídas e reconstruídas. Ter a compreensão da gramática moral compartilhada pelos personagens nos é importante para que, em consonância com a classe a que pertenciam, possamos estabelecer que tipo de expectativas sociais possuíam e como isso está relacionado com o “orgulho ferido”, tema central nos conflitos do romance.

De certa forma, todos esses temas se encontram na ideia de injustiça, tendo em vista que tratam, direta ou indiretamente, de parâmetros de dignidade. Quando lidamos com status sociais bem-marcados, podemos pensar em gradações de dignidade respectivas a cada estamento, que conseqüentemente afeta as identidades e suas expectativas. Ao tratar da injustiça, Barrington Moore (1987) traz à tona seus fundamentos, que pode ser lido como uma espécie de contrato social dinâmico¹ que envolve a todos e que legitima as posições sociais, assim como os deveres e direitos respectivos a cada uma delas. É esse contrato que informa os protocolos de ação e que delimita o que é justo e injusto, ou seja, que impõe limites que não devem ser ultrapassados e que são protegidos por sanções normativas compartilhadas.

O diálogo entre José Lins do Rego e teóricos como Thompson, Barrington Moore e Honneth é possível devido à universalidade dos temas humanos presentes na obra do regionalista. Pois, anterior às representações de personagens característicos do Nordeste brasileiro, temos o humano munido de dignidade e que carrega, como um fardo perpétuo, sua necessidade de reconhecimento. Afinal, os sentimentos de desrespeito e injustiça são sentimentos universais, ainda que as contingências sejam particulares. Tendo isso em vista, podemos dizer que a obra de Lins do Rego fala tanto do nordestino quanto do ser humano de forma geral. Assim, apesar desses autores falarem de contextos distintos, puderam, nesta dissertação, dialogar a partir do mundo de *Fogo Morto*.

¹ Queremos ressaltar os cuidados que se deve ter com o termo “contrato” tendo em vista que não se trata de normas cuidadosamente escolhidas e organizadas que são difundidas e conscientemente conhecidas por todos os membros da sociedade. Esse “contrato” é considerado dinâmico pois é composto de normas morais difundidas na sociedade e que se modificam ao longo do tempo, normas que não são necessariamente explícitas, usualmente não encontradas expressas de maneira formal. Trata-se de um conhecimento adquirido através da observação e da vivência em comunidade, é um conhecimento comportamental que se enraíza a em nossa mente conforme crescemos, e sua fonte é difusa.

CAPÍTULO 1 - JOSÉ LINS DO REGO: CONHECENDO O AUTOR

José Lins do Rego tornou-se um importante ícone da literatura brasileira, fazendo parte da corrente literária conhecida como Regionalista. A maioria de suas obras tem como pano de fundo o ambiente dos engenhos de cana-de-açúcar que fizeram parte de sua infância na Paraíba. A partir desse pano de fundo temos uma sequência de obras que ficou conhecida como ciclo de cana-de-açúcar. A editora José Olympio, antiga Livraria José Olympio, editora que foi uma das primeiras interessadas nos romances do nordeste, publicou em 2012 um box com os livros pertencentes ao chamado ciclo cana-de-açúcar: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *Usina* (1936) e *Fogo Morto* (1943).

As obras *Menino de engenho*, *Doidinho* e *Banguê* são denominados como romances autobiográficos nos quais o personagem Carlos - que seria uma representação do próprio autor - cresceu no engenho de seu avô, passou pelo liceu e depois experiencia o conflito entre ir para a cidade ou cuidar do engenho que pertencia a seu avô. No entanto, Carlos, diferentemente do destino de Lins do Rego, opta por cuidar do engenho e vivencia a decadência desse estilo de vida, ameaçado pela chegada das usinas.

A partir de *Moleque Ricardo* (1935)² começamos a ver um distanciamento do romance autobiográfico, sendo o primeiro romance de José Lins do Rego escrito em terceira pessoa. Isso não quer dizer, porém, que a memória deixou de marcar seus romances, tendo em vista que uma das características mais marcantes da obra do autor é seu tom memorialista. Este romance retrata a história do personagem Ricardo que deixa de ser um moleque de engenho (serviçal que residia e fazia serviços no engenho) para se transformar num proletário urbano, marcando a transição pela qual a região passou. Este romance é antecessor do romance *Usina*, o qual retoma o personagem Ricardo que reencontra o engenho Santa Rosa após sua saída da prisão. O tempo que esteve longe marca um período de grande transformação que lhe causa choque quando se depara com aquela realidade tão diferente da que se lembrava. É um romance bem descritivo dos processos do engenho e da usina que marca a crítica do autor às transformações rápidas e desmedidas da modernização. Por fim, temos o romance *Fogo Morto*, objeto de nosso estudo. Nesta obra vivenciamos os primeiros momentos da decadência da sociedade canavieira a partir de três perspectivas: a do morador de engenho, Mestre Zé Amaro;

² O romance *Moleque Ricardo* costuma ser considerado como parte do ciclo cana-de-açúcar, no entanto, por motivos que desconhecemos, não foi considerado nesse box lançado pela Editora José Olympio.

a do herdeiro do engenho Santa Fé, Coronel Lula; e a do aclamado personagem Vitorino, um homem livre. O romance encontra-se mais bem explorado no capítulo 2.

Porém, antes de adentrarmos no mundo de *Fogo Morto*, devemos conhecer melhor a biografia e memória do autor, tendo em vista que são muito importantes para a construção de sua obra. Dessa maneira, a seguir realizamos um panorama sobre a vida do autor, sobre sua amizade com Gilberto Freyre e sobre o movimento Regionalista do qual fazia parte. Esses aspectos são de suma importância para compreendermos a perspectiva de José Lins do Rego e, assim, nos debruçarmos de forma mais produtiva sobre sua obra.

1. 1 – José Lins do Rego: um menino de engenho

José Lins do Rego nasceu em 3 de junho de 1901 e foi criado pelo avô materno, devido ao falecimento de sua mãe quando este possuía apenas seis meses. A ausência de seu pai fez com que projetasse no avô a figura paterna que lhe faltava. Seu avô era conhecido como coronel José Lins Cavalcanti de Albuquerque, poderoso senhor que residia no engenho Corredor, no município do Pilar, na Paraíba. Posteriormente, serviu de inspiração para o personagem José Paulino, figura que aparece em muitos romances do escritor como o poderoso dono do engenho Santa Rosa.

Durante os primeiros anos da infância no engenho Corredor, José Lins do Rego aprendeu os valores e a tradição que predominavam no Nordeste canavieiro. Esse período o marcou profundamente, tornando-se fundamental para suas criações artísticas, haja vista que a memória foi uma de suas principais fontes de matéria prima. No entanto, suas memórias foram coloridas pela nostalgia, melancolia e também pela crítica social guiada pela sociologia de Gilberto Freyre, seu grande amigo.

Castello (1961) chama a atenção para o significado que a infância teve para Zé Lins que, segundo o autor, não guardava da infância apenas o sentimento de ingenuidade e de alegria, tendo sido também um período de sofrimento assombrado pela orfandade, pela asma e pelo medo da morte, fatores estes que foram importantes na conformação da melancolia que permeia suas obras. Ao tomarmos conhecimento de sua infância, percebemos que José Lins observou, em primeira mão, a força da tradição que conformava as relações estabelecidas sob o domínio de seu avô e pôde constatar que o poder e prestígio que emanavam dele ultrapassavam os limites da propriedade. Esse poder também se estendia para aqueles mais próximos, inclusive a ele

mesmo, de forma que isso lhe garantiu inúmeros benefícios e privilégios se comparado com a realidade vivida pelos “moleques” do engenho, ou seja, os filhos daqueles subordinados ao seu avô.

Mas a experiência do romancista não ficou limitada a de “patrãozinho” e membro da elite daquela sociedade, pois, ao brincar com os moleques do engenho, pôde conversar e tomar conhecimento das histórias dos homens, mulheres e crianças que habitavam aquele espaço. Tinha conhecimento então das histórias dos homens da “bagaceira”, das mulheres negras da cozinha, dos moradores³ do engenho. Teve contato também com os contadores de histórias das feiras (importante influência em sua estética literária e em sua história como romancista). Tudo isso constituiu material para suas obras, tornando-o capaz de representar as diversas figuras que compunham os engenhos. Como Carpeaux (1971) disse, em uma crítica publicada junto à 10ª edição do romance, José Lins tornou-se a “consciência literária da casa-grande e da senzala, dos senhores de engenho e dos pretos, dos bacharéis e dos moleques, de todo o mundo agonizante” (p.11).

Para Freyre (1978) a memória de seu íntimo amigo era do tipo que “revive experiências inteiras, alongando-as, intensificando-as” (p. 40) e que ele distribuía essas experiências nos personagens de maneira que eles se completavam nos dramas mais do que na vida real. E essas experiências não diziam respeito apenas às que ele próprio viveu, mas também das intuídas empaticamente de outros indivíduos e grupos. Isso constituía o que Freyre chamou de “memória da experiência” e que, segundo o sociólogo, era uma característica imprescindível a quem deseja entender o que é humano.

Dessa maneira, não nos surpreende que a capacidade empática de José Lins do Rego vai ser uma de suas características mais mencionadas por seus amigos e críticos. Uma amostra disso pode ser encontrada no documentário de Vladimir Carvalho intitulado “O engenho de Zé Lins” e que foi realizado em decorrência do aniversário de 50 anos da morte do escritor. Nele encontramos o depoimento de muitos intelectuais que foram amigos próximos do romancista. Um exemplo desses depoimentos é o de Afonso Arino (filho) que diz que percebia que José Lins sofria com seus personagens.

Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre o escritor se refere ao processo de transformação de sua terra natal, assim como da região Nordeste, do qual foi observador de

³ Morador configura uma pessoa que, por não ter possibilidade de manter uma casa apenas através do próprio trabalho, aceita se subordinar ao senhor do engenho, lhe fornecendo os mais variados serviços, em troca de uma terra emprestada. Essa categoria será mais bem explicada quando, mais adiante, abordarmos os personagens.

primeira mão. Quando José Lins do Rego nasceu os engenhos de açúcar ainda experimentavam sua glória e riqueza, porém essa sorte começou a mudar já entre a segunda e terceira décadas do século XX. Porém, a crescente substituição do engenho pela usina determina “um processo de revolução de toda a estrutura social e econômica da paisagem açucareira do Nordeste, latifundiária e patriarcalista” (CASTELLO, 1961, p.71). Como mencionado, um aspecto importante de sua obra, principalmente do ciclo de cana-de-açúcar, é o tema da decadência, não apenas do engenho, mas também dos valores e princípios das sociedades construídas em seu entorno e sob sua chancela. Essa característica lhe rendeu a alcunha de “romancista da decadência” (Antônio Candido, 1992), tema que abordaremos melhor adiante.

Para nos ajudar a compor a imagem da persona do escritor, vale a pena voltarmos nossa atenção rapidamente para sua vida escolar, principalmente no período que compreende seus primeiros anos na escola. José Lins do Rego foi matriculado no colégio interno em 1909, com 8 anos de idade. De acordo com Hollanda (2012), “a entrada no colégio interno era quase um destino natural para uma criança sem lugar definido na família” (p. 43). É interessante observar que, a partir de sua experiência no internato, fica posto para o jovem a dualidade entre liberdade e confinamento que representava, respectivamente, o engenho e a escola. Pois, sua experiência no primeiro possuía era marcada pela liberdade de brincar e percorrer toda a extensão das terras de seu avô, enquanto no segundo vivia uma vida vigiada e regrada na qual não podia sequer sair à rua sem permissão.

Durante esse período José Lins conseguiu transpor sua grande dificuldade de aprendizado principalmente quanto ao português e à leitura para, então, estabelecer uma relação de intimidade com os livros. Para além de nos dizer a origem de seu interesse pelos livros, esse episódio de sua vida nos indica também que ele percebia nos livros o poder de compensar seu isolamento e de lhe apresentar outras realidades, alargando “os horizontes de sua ‘pobre imaginação de penitenciário’” (HOLLANDA, 2012, p. 50).

Como veremos adiante, o sociólogo Gilberto Freyre, é eleito pelo próprio escritor, como o responsável pelo seu despertar para a beleza das tradições e dos costumes de sua terra, além de lhe ensinar um olhar mais acurado sobre a sociedade brasileira (Rego, 1941; Castello, 1961; Freyre, 1978; Chaguri, 2009; Hollanda, 2012). No entanto, as questões sociais já lhe eram pertinentes antes mesmo do encontro com o sociólogo. Ele considera que seu contato com a obra do abolicionista Joaquim Nabuco, ainda na juventude, lhe concedeu os “germes da sua conscientização social” que se intensificou conforme seu hábito de leitura. Segundo o próprio

romancista, os livros o ensinaram a ter pena dos pobres. (REGO apud HOLLANDA, 2012, p.51)

O literato cursou a Faculdade de Direito do Recife⁴, que era um destino tradicional dos descendentes da aristocracia rural brasileira, que enviava seus filhos para a faculdade em busca de prestígio⁵. Devido ao bacharelado em Direito, José Lins do Rego seguiu ao longo de sua vida como servidor público, profissão que coexistiu com a de escritor. Passou alguns anos em Manhuaçu – MG, entre 1925 e 1926, quando foi transferido para Maceió – AL, onde morou de 1926 até 1935⁶. Em Alagoas conheceu Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge de Lima e Aurélio Buarque de Holanda. Em 1935 foi transferido para o estado do Rio de Janeiro, onde morou, alternando entre a capital e o município de Cabo Frio, até o fim de sua vida, em 12 de setembro de 1957 (Hollanda, 2009).

1.2– Gilberto Freyre e José Lins do Rego: “qual dos dois influenciou sobre o outro?”

Tomamos a liberdade de neste tópico nos apropriarmos, em parte, do título que Freyre deu a um ensaio dedicado a falar de sua amizade com o romancista, que se encontra presente em seu livro *Alhos e Bugalhos* (1978). A proposição “qual dos dois influenciou sobre o outro” é muito fortuita pois, não seria possível falar de José Lins do Rego sem explorar a sua amizade com Gilberto Freyre. Eles se conheceram em 1923, ano em que Gilberto Freyre retornava ao Brasil depois de quase 6 anos de estudo, entre EUA e Inglaterra. Eles tiveram um contato intenso até 1925 quando José Lins do Rego mudou-se para Manhuaçu em Minas Gerais. Mesmo com a separação, os amigos mantiveram contato através de cartas e chegaram a realizar viagens juntos pelas terras da família do romancista, no interior da Paraíba (Hollanda, 2012).

Gilberto, no ensaio mencionado anteriormente, diz que essa amizade foi muito inspirada pelo desejo de José Lins do Rego de

⁴ Essa faculdade ficou conhecida como o local onde surgiu uma das agremiações mais antigas e importantes de pensadores e escritores interessados na sociedade e na realidade brasileira, a chamada Escola do Recife ou geração de 1870 (Hollanda, 2019, p. 60).

⁵ Esse movimento era comum na “transição” da aristocracia do ambiente rural para o urbano. A valorização dos diplomas de bacharel e a importância da denominação de doutor, provinda deles, pode ser encontrado em inúmeros clássicos da literatura brasileira. Grande parte destes jovens recém-formados estava destinada a conseguir cargos públicos, caminho seguido pelo qual seguiu José Lins do Rego.

⁶ É também nesse período que começa a escrever seus primeiros romances.

[...]absorver de mim o que talvez supunha de transferível do por mim trazido do estrangeiro – valores e perspectivas – que eu, a certa altura, como que me vi ou me surpreendi pensando para ele: vendo para ele, sentindo para ele, redescobrimo para ele o próprio particularíssimo Brasil no qual ele nascera [...] passei a notar que nossos dois *eus* por vezes se cruzavam e se confundiam. (FREYRE, 1978, p. 33)

José Lins queria absorver do amigo o saber que transcendia o aprendizado de livros e mestres, que fluía para um aprendizado com os sentidos. Queria aprender a observar não apenas com os olhos, mas também com o olfato, o tato, a audição e o paladar, guiado pelos afetos. Essa foi a maneira pela qual ele tentou apreender suas experiências e memórias, reconectando-se com seu passado.

O beletrista responsabiliza Gilberto Freyre pela “descoberta” que fizera do Nordeste de sua infância. Diante disso, voltava seu olhar para o Brasil através do olhar que seu amigo lançava em seu reencontro com seu próprio país, aproveitando do conhecimento sociológico e antropológico que adquiriu no exterior. Gilberto Freyre ressalta que havia entre eles muitas diferenças de temperamento e de comportamento. No entanto, reitera que as afinidades eram muito mais fortes e que

são essas afinidades que, desde o dia em que começamos a ser amigos, eu com vinte e dois, ele com vinte e um anos, fazem que muitas de nossas maneiras de ver, de pensar e de sentir coincidam sem nenhum esforço ou preocupação de coincidência, como se nossa amizade viesse da meninice. E como se o passado de cada um de nós guardasse trechos inteiros de aventura ou de experiência dos quais talvez envelheceríamos desinteressados ou despercebidos se um não tivesse vindo a conhecer tão fraternalmente o outro, completando-se os dois em conhecimentos inacabados ou em intuições incompletas da mesma realidade. (FREYRE, 1978, p. 34)

O encontro entre José Lins e Freyre é de suma importância para o movimento Regionalista, pois foi através deste olhar mais cuidadoso para o próprio país e para a própria cultura que surgiu o impulso para a criação do movimento. Dentro do movimento regionalista Gilberto Freyre agiu como catalisador ao despertar nos futuros membros o interesse para as qualidades próprias do povo brasileiro, incitando a curiosidade e a admiração para com os costumes e tradições da região e do país. O tempo que passou no exterior lhe ampliou a sensibilidade para as características nacionais, mas principalmente para as características particulares de sua região. Nesse sentido, procurou conhecer e reter o máximo de informações sobre os costumes, a culinária, a arquitetura, a natureza e as paisagens, a linguagem etc. Interesses esses que conformaram sua agenda de pesquisa, se assim podemos dizer, de maneira que basta um simples olhar para suas obras para reconhecê-los nelas (CASTELLO, 1961; FREYRE, 1978; HOLLANDA, 2012). No entanto, devido aos seus conhecimentos não lançava

sobre o país um olhar ingênuo. Os esforços de Freyre tinham o intuito de entender o Brasil, em seus vícios e virtudes, para então poder vislumbrar meios de melhorá-lo.

O nativo [Gilberto Freyre] aceitava a sua pátria, mas o seu amor não era de cego, de alucinado. Era o amor de quem examinava, de quem descobria os defeitos e se indignava contra os que, pretendendo melhorar, destruíram ou aleijavam o que havia ainda de realmente grande em Pernambuco e no Brasil” (REGO, 1941, p.11)

Uma das imensas contribuições que Freyre deu para a formação de José Lins foi sua iniciação em um universo de escritores como James Joyce, Hardy e T. S. Eliot (Freyre, 1978). Um dos aspectos apontados por Freyre a respeito dessa literatura era a maneira como estes autores tratavam dos cotidianos, isto é, extraíam da rotina as informações que ela poderia fornecer sobre o humano e sua psique. E somos capazes de perceber na obra de Lins do Rego suas tentativas (e sucessos) em extrair do cotidiano particular dos engenhos a humanidade universal.

O sociólogo pernambucano apreciava aqueles que sabiam utilizar a vida como matéria prima para fazer arte. Em contraposição, ele se posicionava contrário ao que chama de “purismo” na literatura, termo relativo àqueles que desejavam uma obra puramente estética. A seu ver, a arte pela arte seria vazia de sentido porque se realiza apenas estilisticamente (Freyre, 1978). Essa posição frente à literatura é um aspecto importante que José Lins do Rego compartilhava com seu amigo, de maneira que o romancista estabeleceu para si a meta de captar da vida real toda a humanidade possível de ser transferida para a literatura. Observamos isso não apenas na criação de seus personagens e contextos, mas também em seu empenho de retratar a oralidade⁷, isto é, escrever na língua tal qual era falada (Rego, 1952). E esse veio se tornar uma de suas principais características enquanto romancista.

O seu provincialismo, ou seja, o fato de em grande parte de sua literatura ter se mantido fiel ao tema do “interior do Nordeste”, não representou uma limitação para o alcance de sua obra. Pois, para além de representar sua região, Rego tornou-se capaz de a partir da história local interpretar e expor sentimentos que eram universais por serem intrinsecamente

⁷ Outro aspecto interessante nas obras do Regionalismo, principalmente na literatura, com o destaque para a obra de José Lins do Rego, é a simplicidade na escrita. A atitude de expressar-se da maneira como as pessoas vivas da região se expressavam. Ou seja, para além da representação regional, a simplicidade de vocabulário permite que muitas outras pessoas, que possuíssem alfabetização suficiente, se vissem capazes de ler, compreender e se identificar com a história e com os personagens apresentados. José Aderaldo Castello (1961) diz que, mesmo que não tenham procurado diretamente, eles buscaram, através da simplicidade de expressão, a franca comunicação com um público numeroso.

humanos. Essa era uma possibilidade da literatura que Gilberto Freyre admirava e que José Lins do Rego conseguiu expressar. Nesse sentido, para ambos, a literatura deveria apresentar uma “sensibilidade ao interesse humano dos pequenos nada e as aventuras que podem esconder-se na rotina do cotidiano, de o escritor ser filósofo” (FREYRE, 1978, p. 69).

Em “Notas sobre Gilberto Freyre”, Rego reconhece que na tarde em que ele e Freyre se encontraram pela primeira vez, teve início sua existência literária (1941, p. 10). Assim, teria sido Freyre quem encorajou José Lins do Rego a reatar⁸ com seu passado, que se tornou sua principal matéria prima literária. Dessa forma, foi depois do encontro com Freyre que cresceu em José Lins a vontade de escrever sobre aquele o mundo que conheceu em sua infância e que ele aprendeu a valorizar. O impulso último ocorreu devido a morte de seu avô em 1924, pouco depois de seu casamento, pois esse vento fez com que crescesse nele a necessidade de voltar às origens e abraçar seu passado (Hollanda, 2012). E através dos romances poderia eternizar a tradição e os costumes que forjaram seu avô e que foram substituídos com a modernização.

Assim, em resumo, a importância dessa amizade para o romancista, se deve a adoção de uma perspectiva sociológica sobre o país simultaneamente ao impulso no sentido de valorização da cultura e da tradição acompanhada da ressignificação de suas memórias. É este processo que lhe permitiu empreender uma sequência de obras que se tornaram importantes objetos de reflexão sobre o Nordeste no marcante período dos engenhos de açúcar, com suas complexas redes de relações, normas e valores. A influência tão proeminente de Gilberto Freyre sobre José Lins, admitida por ambos, nos ajuda também a compreender melhor a visão do romancista acerca de sua região e de seu país; nos ajuda a entender de onde falava José Lins do Rego ao mesmo tempo em que pode nos servir de guia na leitura do romance *Fogo Morto* enquanto fruto de uma imaginação sociológica.

1.3 – Regionalismo: “ser de sua casa para ser inteiramente da humanidade”

Antônio Candido (1989) caracteriza o Regionalismo dos anos 30 como um movimento crítico, que estava consciente do atraso em que o país se encontrava, ao contrário do regionalismo “pitoresco” marcado pela crença na potência da nova pátria. O Regionalismo

⁸ Reatar devido aos sentimentos negativos que lhe causava pensar em alguns eventos de sua infância como a orfandade, o internato etc.

não era apenas uma corrente literária, mas também um projeto com interesse em explicar o país através de suas regiões – a nacionalização do regional – e que se preocupava quanto aos efeitos das transformações que haviam ocorrido e ainda estavam ocorrendo na região Nordeste. Nesse sentido, a decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, com seus efeitos políticos, econômicos e sociais, despontava como tema recorrente nas obras regionalistas (Chaguri, 2009). O Regionalismo pode ser concebido, então, como o despertar de muitos dos artistas nordestinos para a beleza própria de sua cultura e de sua “terra”.

A abordagem do Brasil através de suas regiões não era uma novidade, mas naquele contexto foi pautada por Gilberto Freyre e encontrou espaço devido ao conturbado momento político vivenciado no país. Era explícita a posição do Regionalismo contra o estadualismo, maneira como se referiam ao regime político implantado pela República, pois esse regime agia contra a unidade da nação ao fornecer um projeto de centralização artificial. Será entre os bacharéis nordestinos, descontentes com o estado em que o país se encontrava, que a visão de Brasil apresentada por Freyre será bem acolhida.

[...] será entre os bacharéis nordestinos que desenvolviam atividades como cronistas ou críticos em jornais do Recife que Freyre encontrará acolhida privilegiada de suas ideias. São figuras como José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Alfredo Moraes Coutinho, Odilon Nestor, Luís Jardim que, junto a outros, apresentavam preocupações comuns quanto ao tumultuado período político que a república atravessava, canalizando seus descontentamentos especialmente para a centralização política entendida como puro artificialismo [...] (CHAGURI, 2009, p. 34)

A defesa de uma visão do país dividido em regiões fez com que o Movimento Regionalista fosse acusado de ser um movimento separatista. No entanto, seus membros acreditavam em um Brasil que unia, de forma orgânica, suas regiões naturais e sociais (1978). Pois, conforme nos demonstra Castello (1961), eles ambicionavam estimular outros regionalismos, em “um novo sistema em que as Regiões, mais importantes que os estados, se completem, se integrem ativa e criadoramente, numa verdadeira organização nacional” (p.52). Interessa aos membros do Regionalismo a defesa de uma divisão do país que teria ocorrido de forma “natural” e que fazia mais sentido do que a imposição de um regime dos Estados, importada dos Estados Unidos, que era estranha ao povo.

O movimento aspira, portanto, a uma reorganização do Brasil, em que cada brasileiro, despido de roupagem europeia, se volte para o seu meio e penetre natural e sinceramente, sem complexos coloniais, em nossa realidade, visando sempre a uma “articulação inter-regional”, para melhor compreensão dos problemas e definição da nossa unidade nacional. Daí porque, do ponto de vista político, a nossa ação deve ser inter-regional e não *estadualista*, em atenção à mais exata configuração do país, na verdade dividido em regiões naturais a que se sobrepõem regiões sociais. Sem dúvida, é esse o critério que deve presidir os estudos da cultura brasileira, os da natureza, do

homem, da paisagem, assim como orienta a busca de solução para nossos problemas econômicos e de trabalho. (CASTELLO, 1961, p. 52-3)

Para compreendermos a posição geopolítica do movimento, faz-se necessário uma breve contextualização. Souza de Barros, em seu livro *A década de 20 em Pernambuco*, nos demonstra que a chamada República do Café com Leite ainda estava em vigor no Brasil durante a década de 1920. Ela era caracterizada pela alternância entre Minas Gerais e São Paulo na presidência do país.

Nesse panorama político de uma trintena de anos da República, com a autonomia dos Estados, trazida pela nova constituição, o que se passou a ver foi a importância dos grandes Estados que comandavam a política econômica do café. Depois das vacilações dos primeiros anos e da dominação de patentes militares que puderam assegurar sua completa instalação, as urnas convenientemente domesticadas garantiam o revezamento da Presidência entre Minas e São Paulo. Os Estados que exerceram alguma influência no Segundo Reinado, como Pernambuco e Bahia, quanto ao Nordeste, passavam a ter na distribuição política as compensações das vice-presidências. Pernambuco dava um Ministro de Agricultura ao Governo de Venceslau Braz e um Vice-Presidente ao de Artur Bernardes. Maranhão e Bahia tiveram também suas compensações. Estes arranjos traziam aos pequenos Estados, porém, outra vantagem que o empreguismo e certo tráfico de influência administrativa. (BARROS, 1972, p. 51-52)

Barros também aponta que as oligarquias e o mandonismo eram uma constante no país, perdurando apesar da mudança no regime político e também da constituição de 1891. Conforme o autor, os “coronéis” e proprietários de terra seguiam ressentidos com a maneira pela qual a abolição ocorreu, sem um planejamento econômico que abrandasse a transição, nem indenizações “justas”. Estes mesmos coronéis e proprietários costumavam compor os governos dos estados, o que em certa medida, aumentava a sensação de conspiração pelo país e principalmente nos estados do Nordeste. Para prevenir possíveis conflitos, a União apoiava a fração mais poderosa de cada estado, concedendo maior autonomia para as oligarquias em troca de apoio no Congresso.

Uma consequência desse período político, como dissemos, foram os conflitos interestaduais. Os governos dos estados ficavam de tal maneira absorvidos pelas rixas com outros estados que acabavam por não pressionar a União. Esses conflitos prejudicavam os próprios estados, pois os isolavam e os tornavam incapazes de se unir contra a política dos “Estados do Sul”, que segundo Barros (1972), “mandavam e desmandavam na política Federal” (p.65).

Estabeleceu-se uma concorrência fiscal, barreiras quase alfandegárias, ao ponto de cada unidade passar a pleitear o seu porto estadual para fugir ao escoamento dos produtos sem auferir as taxas de exportação. Essa luta tornou-se tão intensa que, no

caso da Paraíba, as medidas fiscais tomadas nas estradas pelo seu próprio presidente [governador] deram lugar ao crisma de protesto: Dr. João “Porteira”. Isto porque fora ele o criador de cancelas para a cobrança dos impostos ou taxas de barreira. Realmente os Estados mais pobres ou sem portos ficaram à mercê dos demais e como não tinham onde buscar outras rendas lançavam-se nesses dois sentidos (aspiração de porto e pressão fiscal), para garantir o numerário necessário à vida administrativa. (BARROS, 1972, p. 64-65)

Chaguri (2009) nos diz que, a partir da década de 1930 o Regionalismo sintetizou essas questões políticas, sociais e culturais, quando, segundo a autora, “os regionalistas tentam equacionar estética e politicamente as tensões vividas no período anterior”. De fato, o primeiro romance de José Lins do Rego, assim como os romances de Raquel de Queiroz e de Jorge Amado, foi escrito, publicado e reconhecido no país durante os anos 30. Então, apesar do Movimento Regionalista ter sua origem a partir da segunda metade da década de 1920, com o Congresso Regionalista e o Manifesto Regionalista, foi a partir da década de 1930 que floresceu a atividade dos intelectuais desse grupo.

É importante ressaltar que não há, por parte do grupo, uma recusa à modernização e ao progresso. A renovação tecnológica, por exemplo, era compreendida não apenas como inevitável, mas também necessária. No entanto, a maneira como a modernização ocorreu não permitiu uma transição gradual entre o mundo que existia e o mundo que se colocava, de forma que a riqueza cultural e moral pudesse ser preservada. O conflito em torno das usinas se tratava da forma violenta com a qual desumanizou o processo de produção, destruindo relações de trabalho conformada entre pessoas e não entre indivíduos sem quaisquer outras ligações. Portanto, ao lado da preocupação com a valorização do que seria essencialmente brasileiro, projetando Pernambuco e o Nordeste para o Brasil, o Regionalismo propõe a coexistência harmônica entre aspectos tradicionais e modernos, de forma que a história e essência da identidade nordestina e brasileira pudessem ser preservadas.

Uma das ambições regionalistas apontadas no trabalho de Mariana Chaguri (2009) seria a de ressignificar a narrativa nacional a respeito do Nordeste, tornando-o mais conhecido, ao mesmo tempo em que se esforçavam para dissociar a região das imagens da seca e da decadência da produção canavieira, a qual era usualmente reduzida. Não se desejava negar estes aspectos, naturais e históricos, mas ampliar a compreensão da região nordestina, afastando estereótipos e, através das artes, realçando sua riqueza tradicional e cultural, demonstrando-a como uma região capaz de fornecer valores intrinsecamente brasileiros⁹.

⁹ Como já foi mencionado no tópico anterior, para o Movimento Regionalista era importante se ater ao local, mostrá-lo em toda a sua riqueza de detalhes, com todas as suas cores. Isso, porém, não impedia a ambição de

O Movimento Regionalista (e a seu modo, modernista do Nordeste) consistia em expressar e reafirmar identidade brasileira, se atentando à riqueza contida nos detalhes dos cotidianos, não obstante consciente das injustiças sociais aqui perpetradas. Os regionalistas desejavam, então, estabelecer uma ponte entre o passado e o futuro, nas quais as tradições funcionariam como guia e poder moderador sobre o progresso desenfreado, permitindo que a modernidade avançasse sem violar nossa história.

Por ser a região que até então teria sofrido menos com as tendências europeias pós-colonização¹⁰, o Nordeste deveria estar à frente na renovação cultural que o país precisava. Nele, de acordo com Freyre, encontraríamos preservada a essência brasileira, haja vista que o declínio da produção de açúcar, dentre outros fatores, desestimulou a ida de imigrantes europeus para região, de forma a proteger a vulnerável cultura brasileira dos arroubos de uma cultura já bem estabelecida como a europeia.

Sob esse ponto de vista, as próprias febres malignas que até recentemente tornavam os portos do Nordeste tão temidos pelos europeus e norte-americanos, cheios de medos de mosquitos e “doenças tropicais”, permitiam que aqui se fortalecessem mais do que no Sul, a brasilidade, o espírito, o sal, o tempero mais vivo que já se sente ir animando uma cultura distintamente brasileira, saída da região mais endogâmica do país para entrar em combinações novas com as energias das regiões mais exogâmicas. Combinações só agora oportunas. Melo Morais tinha razão ao atribuir à febre amarela importante papel de defesa nacional: apenas foi um processo macabro e humilhante de defesa do Brasil contra as infiltrações europeias ou norte-americanas demasiadamente rápidas e temporãs. Infiltrações que sem àquela e sem outras febres e doenças poderiam ter resultado em domínio fácil do Brasil por elementos que o teriam descaracterizado quando sua cultura estava ainda em esboço incapaz de resistência: quase sem nenhum poder de assimilação dos valores industriais europeus e norte-americanos. (CASTELLO, 1961, p.48-49)

O Movimento Regionalista defenderia, então, a ideia de interdependência das regiões numa organicidade necessária para o desenvolvimento e funcionamento do país. Apesar das diferentes expressões culturais que possam ser encontradas nas demais regiões, haveria um elo capaz de ser percebido em todos os cantos do país¹¹.

conexões universais. Acreditavam que quanto mais detidos ao cotidiano, mais se aproximavam de expressar a humanidade, de maneira que a arte regional era vista como uma ponte entre o particular e o universal.

¹⁰ O Regionalismo, no entanto, não possuía uma atitude fechada para com os valores europeus, mas se preocupava com a maneira como esses valores adentravam em nossa cultura. Seu interesse era o de não deixar que a cultura brasileira fosse sufocada por valores estrangeiros. Essa atitude não se traduz na negação das raízes portuguesas que possuímos, mas sim na compreensão de que no Brasil as sementes portuguesas tornaram-se híbridas com as influências das culturas indígena e negra. Porém, o olhar para o passado não se dava de forma idílica. Como já foi dito, o Regionalismo dos anos 30 era crítico e consciente dos problemas sociais decorrentes da colonização. Esses problemas deveriam ser reconhecidos e analisados, para que soluções à brasileira pudessem ser encontradas.

¹¹ José Lins do Rego, após sua visita a um estaleiro no Sul, diz ter encontrado também lá o brasileiro. Nesta ocasião, o escritor percebeu diversas semelhanças entre o senhor do Sul e o antigo senhor do Nordeste. Conferir em Chaguri (2009).

O Movimento Regionalista, sob a perspectiva de José Lins do Rego, era um movimento político e artístico de caráter orgânico que possuía como objetivo revelar e vitalizar o caráter brasileiro e a identidade humana para então fortalecer a unidade brasileira. Em resumo, era “ser da sua região, de seu canto de terra, para ser-se mais uma pessoa, uma criatura viva, mais ligada à realidade. Ser de sua casa para ser intensamente da humanidade” (REGO, 1941, p.20).

CAPÍTULO 2 – FOGO MORTO: COMPREENDENDO O ROMANCE E SEUS PERSONAGENS

Este capítulo possui o objetivo de fornecer uma compreensão melhor acerca do romance. Dessa forma abordaremos primeiro o tema decadência que compõe sua atmosfera. Em sequência, apresentamos um resumo breve da trama para então passarmos para a análise mais profunda dos personagens e das situações de conflito em que se encontram envolvidos.

2.1 – Decadência: da chegada das usinas ao romance Fogo Morto

Sergio Millet disse, sobre José Lins do Rego, que “os romances do paraibano prescindem de indicações geográficas precisas; basta-lhes a atmosfera carregada de desgraça que tanto pode pairar sobre a Paraíba como sobre Pernambuco” (1970, p. xxi). O tema decadência está relacionado com o fim do mundo que o escritor conheceu ainda na infância, ou seja, o fim da era dos engenhos de açúcar e, a seu ver, o fim também de uma determinada tradição rural intrinsecamente brasileira. Então, o tema da decadência econômica dos engenhos está associado a tristeza despertadas em quem viu todo o império de seu admirado avô, um grande e respeitado senhor de engenho, ruir. Assim, a decadência é um aspecto oriundo, para o romancista, da relação entre a memória e as pressões sociais, políticas e econômicas do contexto em que viveu, mobilizando não apenas o pensamento crítico, mas também os afetos.

A decadência dos engenhos está acompanhada pela insurreição das usinas na região. No romance *Fogo Morto*, a questão da chegada das usinas aparece de forma secundária, porém de maneira que permite ao leitor compreendê-la como uma força oculta que já agia sobre aquela sociedade, pressionando e afetando os personagens, com seus efeitos colaterais.

Fogo Morto é considerado como uma das obras mais brilhantes do autor. É tida como a síntese de todo o ciclo da cana-de-açúcar, onde o autor reúne muitos dos temas tratados nas obras anteriores, porém de forma mais madura. Nesta obra, é perceptível uma maior distância dos traços autobiográficos, no entanto, a experiência do romancista e a memória continuam a ser elementos fundamentais de sua composição, como veremos, por exemplo, no personagem Vitorino.

Outra característica do romance que pode ser ressaltada é o exercício empático realizado pelo escritor para imaginar personagens tão diferentes quanto são o seleiro e morador

de engenho Mestre Zé Amaro, o senhor de engenho Coronel Lula e o Capitão Vitorino. Através do lugar social que ocupa cada um desses personagens, podemos refletir sobre a maneira como cada um sente a mudança dos paradigmas norteadores da comunidade. Ou seja, o efeito, em diferentes “estamentos”, da reestruturação das relações e dos valores sociais devido a modernização que avançava sobre a Paraíba, assim como sobre o resto da região.

A escolha desse romance, dentre tantos outros de José Lins do Rego, se deve ao fato de fornecer a visão de personagens de status sociais distintos sobre o mesmo evento de decadência e mudança da organização social. O “fogo morto” do engenho Santa Fé, para além da representação dos engenhos que não conseguiram se adequar às mudanças de produção, simboliza também o futuro do tipo de sociedade consolidada na órbita dos engenhos de açúcar.

2.1.1 As usinas e a decadência

Devido a importância que a chegada das usinas ganha na compreensão do tema da decadência, devemos entendê-la um pouco melhor. Pois a chegada das usinas teria sido o pivô do desmoronamento daquela ordem econômica-social, de maneira que “uma organização social se desarticula e põe fim a uma hierarquia artesanal instituída no decorrer dos séculos” (HOLLANDA, 2012: p. 16). É importante ressaltar que a modernização ocorreu menos por interesse próprio dos senhores de engenho e mais devido ao subsídio do Estado frente à necessidade de impulsionar a produção de açúcar (a produção de um engenho era irrisória se comparada à da usina), tendo em vista a crise no setor (Barros, 1972; Garcia, 1990; Hollanda, 2012).

A crise do açúcar na faixa litorânea vai levar novos produtores ao rompimento com a estagnação histórica da região. Entre fins do século XIX e início do século XX, a situação crítica do açúcar resultará no surgimento de uma nova classe produtora em nível regional: os usineiros. As usinas, centros mecanizados de armazenamento e de refinamento do açúcar, surgem no cenário do Nordeste, a partir de 1875, como uma forma de fazer frente aos desafios de modernização dos engenhos, cujas moendas ainda dependiam da força das águas e das parrelhas dos carros de bois. As novas unidades, em contrapartida, vão surgir com maiores índices de produtividade, haja vista a centralização de equipamentos possantes e, em alguns casos, o emprego da energia elétrica (HOLLANDA, 2012, p.15)

A classe de senhores de engenho se viu dividida entre “novos usineiros” e “fornecedores” (Garcia, 1990), respectivamente aqueles que conseguiram se adequar e possuíram capital suficiente para transformar sua propriedade em uma usina (minoria) e aqueles que passaram a fornecer cana para as usinas, posição considerada de sujeição. Com esse novo

arranjo surge um tipo de senhor mais forte, descaracterizando a configuração social construída sob a autoridade do senhor de engenho¹². Antes, a autoridade e prestígio de um senhor de engenho estava condicionada, direta ou indiretamente, a sua posse de terra e de laços de dependência. Com as usinas a lógica se transforma da tradicional para a racional (para usarmos o vocabulário weberiano), privilegiando as relações impessoais. Nesses casos, o contingente de trabalhadores era composto por homens livres que eram empregados sazonalmente, sem quaisquer outros vínculos com o usineiro.

Conforme Garcia (1990), essa nova situação gerou, em muitos casos, o deslocamento do senhor e de sua família para a cidade, de forma a garantir que, através do estudo, seus filhos conseguissem pleitear empregos “bem remunerados” no meio urbano. Para ele, isso pode configurar uma reconversão simbólica, isto é, uma tentativa intergeracional de se manter numa posição de prestígio, perseguindo a mudança no princípio de dominação. Ou seja, foi uma solução encontrada por muitos senhores para lidar com a transformação que o mundo, tal qual conheciam, estava sofrendo.

Nota-se que a reconversão da posição social pode ser operada através dos filhos, com o uso do diferencial de gerações: os filhos podem ser escolarizados, se possível até o nível superior, para poderem ter acesso ao universo dos *empregos* bem remunerados; enquanto o *pai* permanece na condição de *senhor-de-engenho* até morrer, ou até os filhos, já estabelecidos no mundo urbano, “viram buscar pra morar com eles”. Observamos mesmo casos em que só o homem, pai de família, permanecia residindo durante a semana no *engenho*, enquanto a mulher e os filhos passavam a residir nas cidades maiores ou nas capitais para tentar assegurar uma boa escolaridade para os filhos. Se esta estratégia de reconversão pode estar associada à reprodução da posição social de classe dominante, é importante ressaltar que a dominação tradicional do *engenho* pode passar a ter, nestes casos, um caráter secundário e, às vezes, até mesmo irrisório. Os recursos que o *engenho* proporciona constituem apenas as condições de possibilidade para se inserir em campos de atividades estruturados por outro princípio de dominação, pois o mundo do emprego supõe a codificação e a formalização, e a mesma tendência aparece no “mundo dos negócios” comerciais ou industriais. Os indivíduos que continuam a pertencer à classe dominante não têm necessariamente seu destino ligado à permanência da subordinação dos trabalhadores pela dependência personalizada. (GARCIA, 1990, p. 204-205)

Quanto à administração do negócio, ou o senhor continuava no campo enquanto a família ficava na cidade, ou era terceirizada, ficando sob responsabilidade de um administrador.

¹² Podemos considerar o cangaço também como uma forma que descaracteriza o senhor de engenho quando seus membros conseguem, através da violência, sujeitar senhores de engenho a suas vontades. Os cangaceiros atuavam, porém, através dos mesmos meios dos senhores de engenho. Fora a violência, contavam com o assentimento popular, garantindo-lhes prestígio frente a uma população que os consideravam como uma proteção frente a arbitrariedade de muitos senhores. O personagem Antônio Silvino é um exemplo e foi inspirado no cangaceiro de mesmo nome, figura que o escritor conheceu quando criança (Hollanda, 2012; Castello, 1961, e documentário – ver como citar). Segundo o personagem Mestre José Amaro, Antônio Silvino era senhor dos senhores de engenho. Porém, o cangaço seria um evento pontual, diferente do processo descrito a respeito das chegadas das usinas.

O acesso ao prestígio e poder se desloca das “relações de dependência” obtidas no meio rural para o emprego e a aquisição de capital, no sentido de sustentar um novo estilo de vida e consumo cultivado nas cidades (ibidem, p.205).

O personagem Coronel Lula, por exemplo, representa uma geração de senhores de engenho da transição, pois, ele morava na cidade, era um homem com estudos e que possuía um tipo de consumo diferente daquele comum ao meio rural. Isso fica explícito quando resolve levar ao engenho um cabriolé, uma carruagem leve e bonita, com campainhas, que era exótica a aquele meio onde as pessoas costumavam se locomover em cima de carros de boi, sem muitas pretensões. Lula representa também o desencontro entre o homem citadino e a posição de senhor rural. Essas e outras questões sobre os personagens serão melhor desenvolvidas adiante.

Assim, é importante ressaltar que com a chegada das usinas toda a sequência hierárquica de relações sociais se vê perturbada e estremecida. Afinal, os engenhos não fabricavam apenas açúcar, mas reproduziam também o complexo de valores, ordem, domínio, autoridade e favores, responsável pela manutenção de um determinado modo de vida. Não que o lucro sobre a produção não fosse um objetivo dos antigos senhores, mas a seu lado almejavase também o prestígio e o poder, “moedas” fortes em um regime político, social e econômico como aquele, onde havia o baralhamento das esferas pública e privada (BOTELHO, 2007).

O governo, tanto dos estados quanto dos municípios, se encontrava nas mãos dos coronéis e proprietários de terra, o que no Nordeste coincide com a posição de senhores de engenhos. Dessa maneira, a posse de terras e de engenhos eram fatores associados à composição do poder naquele tipo de sociedade.

A história da ascensão e queda do açúcar no Nordeste, e na Paraíba em particular, é uma das chaves para a compreensão do poder social e político dos grandes proprietários de terra na economia local. Esse poder vai exercer um forte impacto no imaginário nacional e serve, portanto, para compreender o lugar de onde escreve o escritor José Lins do Rego, cuja família detinha vastas propriedades açucareiras no estado. (HOLLANDA, 2012, p. 18).

Souza Barros (1972) irá indicar que, essa correlação entre atividade econômica, prestígio social e poder político é um indicativo da estagnação monocultora em que se encontrava essa região, não estimulando a procura por outras atividades ou indústrias, de forma a conservar aquela fonte de poder. No entanto, a concentração na produção de açúcar não se traduziu na atualização dos meios de produção. Isso torna-se explícito quando nos damos conta de que a chegada das usinas atualiza, de forma muito repentina, a produção de açúcar que se encontrava com quase dois séculos de atraso.

A perda progressiva de espaço nos engenhos de cana-de-açúcar devia-se, sobretudo, ao atraso de suas próprias técnicas de fabricação. Seus métodos antiquados de cultivo remontavam a modos de produção dos séculos XVII e XVIII. O banguê, nome dado a um tipo de engenho rudimentar característico do Nordeste, ainda funcionava à base de energia hidráulica (as azenhas) e de tração animal (os trapiches), na chamada bolandeira, resultado de uma sociedade sustentada durante séculos na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo (HOLLANDA, 2012, p. 14)

Falamos anteriormente da maneira como os regionalistas olhavam para o passado brasileiro, em especial para o passado canavieiro. Eles observavam traços conservados dos primeiros portugueses que colonizaram o Brasil, tanto na maneira de produção do açúcar quanto na organização física e social dos engenhos e das vilas: – “engenho, casa-grande (com senzala) e capela”, “expressão do domínio disciplinador do colonizador português” (Castello, 1961, p. 59) sobre as pessoas e sobre a paisagem natural. Podemos, então, imaginar a forma que tomava a ideia de progresso, que conforme José Lins vivenciou, estava associada a violência com a qual as usinas chegaram e deformaram à paisagem social predominante na região, trazendo inclusive a ideia de um determinismo tecnológico. Como bem colocado por Hollanda,

a força do progresso é representada pela voragem das usinas, com sua produção mecanizada, aniquilando a tradição rural, tomando seu lugar ou simplesmente entregando-a a própria sorte. O silêncio aterrador dos engenhos de fogo morto – alusão às chaminés desativadas e, portanto, sem fumaça, pondo em evidência o final de uma longa era – se impõe sobre a insensidão de terras incultivadas (HOLLANDA, 2012, p. 71).

Como tentamos demonstrar, o advento das usinas modificou a maneira como se dava a produção de açúcar e também o formato das relações sociais. Como já foi dito, lembramos que durante a era dos engenhos, as relações de trabalho envolviam laços de dependência entre o senhor e o sujeito (no sentido de sujeição), que existia a partir de uma reciprocidade assimétrica. O ponto importante é compreender que essa relação era norteadas por princípios morais que mobilizavam muitas esferas da vida, principalmente daqueles que se sujeitavam. A partir dessa imagem das relações é possível falar da existência do que chamaremos de contrato social intersubjetivo que, implicitamente, organizava todas as relações daquela sociedade.

Nessas relações havia, no entanto, um mascaramento da submissão, pois para o lado mais fraco, era importante a compreensão de que ele era mais do que um escravo (parâmetro comum na época, que permaneceu ligado à cor negra após a abolição). Muito sagazmente, Schwarz (2012) fornece a chave que nos permite compreender essa relação: o favor. Dessa forma, no mundo canavieiro pré-usina, as relações assimétricas entre o dominante e o

dominado, leia-se senhor de engenho e aquele que se sujeitava a ele, havia a percepção de que estavam realizando trocas de favores.

Foram os escravos que construíram os engenhos e, por muitos anos, foram também sua principal mão de obra. Mas, após 1888, os engenhos tiveram de se rearranjar com a mão de obra assalariada e com aqueles sujeitos ao senhor de engenho, fora a absorção de uma parte de escravos que não foram embora¹³. Enquanto na relação *senhor x escravo* não existia uma contrapartida, essa passa a existir na relação senhor x homem sujeito (não negro). Essa relação se sustenta na compreensão de que, para ambos os lados, existem deveres e direitos a serem garantidos. No entanto, os direitos e obrigações de cada um dos lados eram assimétricos. Então, para se manter esse tipo de relação era necessário ter uma

cumplicidade permanente, cumplicidade que a prática do favor tende a garantir. [...] Essa cumplicidade sempre renovada tem continuidades sociais mais profundas, que lhe dão peso de classe: no contexto brasileiro, o favor assegurava às duas partes, em especial à mais fraca, de que nenhuma é escrava. (SCHWARZ, 2012, p. 8)

As comunidades envolvidas e desenvolvidas ao redor dos engenhos estavam integradas por um composto de normas implícitas que conferiam diferentes direitos e deveres a depender da pessoa a qual se referiam. A pesquisa Afrânio Raul Garcia (1990) que resultou no livro *O Sul: caminho do roçado*, apesar de ter sido realizada na segunda metade da década de 70 no Nordeste, nos mostra o quanto daquela normatividade ainda se encontrava presente como uma herança perpetuada pelos habitantes da região. A obra tem como foco a distinção entre as categorias *sujeitos* e *libertos* que ainda permeavam o discurso de seus entrevistados.

Segundo o autor, essa distinção teria origem nos anos que marcaram o fim da escravidão e lhe chamou atenção o fato de que a oposição entre essas categorias era usada não apenas por um ou outro indivíduo, mas sim “por diversos atores sociais, para se referirem a práticas atuais, que as usam para tratar de questões bem materiais e não somente simbólicas” (Garcia, 1990, p. 15-16), compondo então uma herança do período dos engenhos de cana. E complementa nos dizendo que “essa distinção não tem nenhum fundamento jurídico”, que “não é reconhecida, nem sancionada pelo Estado” (p. 14), mas mesmo assim possuía valor normativo porque as pessoas ainda as usavam para se situar socialmente. Dessa forma, temos que a categoria *sujeito* é constituída por aqueles que possuíam um tipo de relação com um senhor que

¹³ Tendo em vista que não houve nenhum tipo de política de acolhimento e inserção dessas pessoas na sociedade, muito dos negros ex-escravos não possuíam nenhuma perspectiva de trabalho nem possuíam meios mínimos para um primeiro período como casa e alimentação. Dessa forma, alguns ex-escravos permaneciam trabalhando nos engenhos e fazendas em troca do mínimo de subsistência.

envolvia graus de lealdade e submissão, enquanto a categoria de *liberto* compreendia todos aqueles livres de quaisquer amarras desse tipo¹⁴.

O que pode não ficar claro a princípio sobre essa relação é o fato de que, apesar de profundamente assimétrica, ela confere direitos e deveres a cada parte (GARCIA, 1990; SCOTT, KERKVLIT, 1970). Ainda que pareça um tanto arbitrária, essa relação obedece a normas que são moralmente legítimas perante aquela sociedade, de forma que se alguma das partes falta com o cumprimento de seus deveres, fica sob julgamento moral da comunidade e encontra embargos para exigir seus direitos enquanto a situação não se estabiliza. Ou seja, para que a harmonia continue é necessário que a reciprocidade nessas relações não seja quebrada. Assim, mesmo que uma das partes seja mais explorada que a outra, essa relação faz parte do que poderíamos chamar de contrato social das comunidades dos engenhos, que informa difusamente como as coisas deveriam ser e acontecer.

2.1.2 O romance *Fogo Morto*

Fizemos todo esse movimento para contextualizar o momento vivido pelos personagens do romance. O mundo de *Fogo Morto* estava sendo chacoalhado. As normas que costumavam reger as relações sociais foram colocadas à prova. E a crise do açúcar foi também a crise desse modo de vida, o que causa nos membros daquela comunidade a sensação de desnortamento. Afinal, as leis e os limites das relações e das ações encontram-se estremecidos, então como saber a maneira correta de proceder? Qual seria o limite entre o que é certo ou errado naquele mundo em transição? Antônio Candido nos passa a imagem exata do drama vivido no romance: nela encontramos os personagens presos entre um passado e um presente, divorciados do futuro, como se estivessem sendo empurrados para o abismo da incerteza.

Primeiro, para entendermos melhor o mundo de *Fogo Morto*, é bom lembrarmos que o engenho de açúcar compreendia muito mais do que a plantação de cana, o moedor, a casa grande, a bagaceira etc. Ele também se referia a uma ordenação social com redes de relacionamento hierarquicamente compostas e complexas que, embasadas em uma determinada normatividade, situam cada qual “em seu lugar”.

O senhor (do engenho) pode ser compreendido como uma espécie de pai que cuida, mas que também pune, pois ele possui poder sobre a vida de todos os seus dependentes. Essa ordenação das relações separa aqueles que possuem controle sobre o próprio corpo (os homens

¹⁴

Para uma descrição mais precisa, ver Afrânio R Garcia (1990), notas 9 e 10

livres) daqueles em que o corpo está sujeito aos desígnios de outrem (GARCIA, p 49). Conforme demonstra Hollanda (2012), uma das características que marca a memória que José Lins possui de seu avô é o autoritarismo, que por vezes dava lugar à bondade:

O autoritarismo é um dos traços que primeiro chama a atenção do menino em relação ao avô. Esta faceta autoritária vem, no entanto, sempre seguida de um desagravo, que contrabalança a dureza com o senso de justiça e com a bondade de Bubu¹⁵ para com seus súditos. O avô é, assim, o protótipo do “bom patrão” (HOLLANDA, 2012)

O autoritarismo contrabalanceado com o senso de justiça e de bondade vai ser uma característica necessária para que os senhores de engenho consigam manter a lealdade de seus súditos. Isso nos parece ser ainda mais verdadeiro quando consideramos as relações que não se baseavam na escravidão. A relação entre senhor e súdito será um dos elos no romance que discutiremos sob a luz da teoria social.

Nosso movimento até então foi o de contextualizar tanto o tema da decadência quanto também o da normatividade que envolvia a comunidade representada no romance. Compreendemos que não seríamos capazes de levar a análise dos personagens adiante sem indicar o que estava sendo ameaçado com a chegada das usinas.

O romance *Fogo Morto* está dividido em três partes, cada uma dedicada a um personagem: a primeira trata do personagem Mestre José Amaro, um seleiro que vive sujeito nas terras cedidas do engenho Santa Fé; a segunda do Coronel Lula de Holanda, o senhor do engenho Santa Fé; e a terceira é sobre o Capitão Vitorino, um homem branco e livre, dono da terra onde vive e que tem parentesco com um grande senhor de engenho.

Ao adentrarmos no romance nos encontramos em um engenho, na Várzea do Paraíba, próximo à Vila do Pilar, entre as primeiras décadas do século XX. As cenas ocorrem, na maior parte do tempo, entre as terras do engenho Santa Rosa e do engenho Santa Fé, passando pela casa do seleiro e pela estrada que liga os engenhos ao município de Pilar e também de Itabaiana.

O seleiro José Amaro, personagem sobre o qual o drama se desenrola, possui uma relação de dependência para com o Coronel Lula de Holanda, mas essa é uma relação que foi herdada por ambos. Pois, o pai do seleiro foi para o engenho Santa Fé pedir morada antes dele nascer, e o senhor daquele engenho, na época, era o Capitão Tomás, sogro de Lula. Já a relação entre o seleiro e o personagem Vitorino é de compadrio. Ao longo do romance, vemos esses

¹⁵ Bubu era o apelido pelo qual os familiares se dirigiam ao avô de José Lins. (Hollanda, 2012)

personagens em constante relação, de forma que não cessam de aparecer uns nas partes destinadas aos outros, dada a maneira como suas vidas estão entrelaçadas.

Um exemplo desse entrelaçamento pode ser observado a partir do clímax do romance: o mestre José Amaro é expulso de sua casa pelo Coronel Lula, que acredita que o seleiro negligenciou sua autoridade, desrespeitando-lhe. O capitão Vitorino também se envolve nessa situação quando se oferece como defensor do mestre Zé, tentando fazer com que o senhor de engenho reconsiderasse sua decisão. Para nossa análise, essa cena é especial porque coloca em evidência o orgulho dos três personagens: dois deles se sentem lesados no orgulho, tornando visível a dinâmica da relação entre dominante e dominado, o terceiro se sente orgulhoso da influência que acredita possuir e que seria suficiente para reverter a situação.

O romance, em geral, nos proporciona a perspectiva de “bastidor” que desvela os meandros das relações entre senhores, homens sujeitos e homens livres que conectam toda a comunidade que circundava os engenhos, da “bagaceira” até a singela vila. As propriedades sociológicas, históricas e também artísticas do romance ficam engrandecidas quando tomamos conhecimento de que seu autor viveu, na carne e na alma, muito daquilo sobre o que escreveu. Em sua tentativa de escrever sobre a vida vivida dos nordestinos, José Lins do Rego foi bem-sucedido em nos guiar por uma viagem pelo Nordeste canavieiro, não apenas sobre sua paisagem natural como também social. Com sua narrativa, somos levados pelos cheiros, cores, sons e sentimentos que faziam girar as engrenagens dos engenhos de cana.

2.2 Primeiro encontro entre romance e teoria: Axel Honneth e a Luta por Reconhecimento

Tendo em vista que o romance é dividido em três partes dedicada a cada um dos personagens que já foram brevemente apresentados, optamos por seguir a mesma estrutura e realizar uma análise de cada um desses três grandes personagens. Como esses personagens encontram-se entrelaçados, para compreendermos suas identidades precisamos recorrer, por vezes, à relação que possuem uns com os outros.

Para realizar a análise dos personagens, vamos nos apoiar sobre os padrões de reconhecimento oferecidos por Honneth (2003). Dessa forma, antes de iniciarmos a análise dos personagens, vamos explicar os padrões sob os quais sistematizamos as experiências de desrespeito experimentadas por eles. A interpretação do romance sob o prisma da teoria de reconhecimento honnetiana representa nosso primeiro movimento em prol de estabelecer a

relação entre o romance e a teoria social. Esse primeiro encontro se mostrou muito fortuito tendo em vista que somos capazes de, na construção dos personagens, identificar os padrões de reconhecimento delineados por Honneth.

Diferente do que aconteceria com um objeto do mundo real, no romance somos capazes de “escutar” os pensamentos dos personagens. Isso nos fornece informações que normalmente estão ocultas. Essa vantagem nos permitiu captar, de forma mais profunda, os sentimentos que os personagens desenvolvem nas situações e, assim, compreender como eles são afetados por elas. Com essa análise, percebemos que o mundo de *Fogo Morto* apresenta uma sutileza e uma complexidade incríveis, uma proximidade com o mundo que existiu que faz cumprir a promessa do autor de expressar a vida tal qual era realmente vivida.

O romance *Fogo Morto* é permeado por diversos conflitos, por isso recorremos à obra *Luta por Reconhecimento*, de Axel Honneth (2003). Pois, ela nos fornece uma compreensão bem interessante acerca da composição dos conflitos. Para Honneth os conflitos são gerados por questões subjetivas dos indivíduos, que podem estar ou não atreladas a questões objetivas e/ou materiais. A partir dessa perspectiva, temos que a subjetividade permeia o mundo objetivo, fornecendo valores essenciais para as relações humanas, dando para as questões objetivas mais do que seu valor absoluto, tornando-as compreensíveis a partir de uma gramática moral que esteja em voga na sociedade em questão. A gramática moral, além de ser essencial para as relações humanas, é necessária para a própria identidade dos indivíduos, que precisam que suas questões subjetivas sejam reconhecidas pelos outros. É através da gramática moral que as pessoas constituem sua ideia do que significa ser uma pessoa inteira, isto é, uma pessoa reconhecida e respeitada em seus deveres e, principalmente, em seus direitos.

Assim, através da Teoria do Reconhecimento de Honneth, analisamos a configuração do conflito e seus efeitos na identidade dos personagens do romance *Fogo Morto*, de forma a tentar esclarecer os tipos de desrespeitos que sofreram assim como discorrer sobre a normatividade predominante no contexto. Partimos da premissa de que a luta contra o desrespeito envolve a (re)afirmação de si a partir da relação com um outro. Essa reafirmação ocorre através de um conjunto intersubjetivamente compartilhado de princípios e valores, que estabelecem limites, obrigações e direitos. E esse complexo de princípios intersubjetivos compõe uma rede de reciprocidades que conecta os membros de uma mesma comunidade¹⁶.

¹⁶ A criação de movimentos pode ser observada a partir dessa perspectiva. Pois, quando a desqualificação de um indivíduo (uma injustiça sofrida por ele) é comum a um número grande de outros indivíduos, isso permite que a luta por reconhecimento de um, se torne a luta por reconhecimento de muitos. Se essa injustiça não era reconhecida

As identidades dos personagens são construídas com base em princípios e valores morais, o que no romance se traduz no pertencimento a um determinado *status* social. Essas identidades foram construídas através das informações que o autor intuiu e acumulou a partir do que viu, viveu e das pessoas que conheceu ao longo de sua vida, mas principalmente durante a infância. O status social de cada um dos personagens nos ajuda a compreender sua subjetividade e o seu lugar dentro daquele contexto. Dessa maneira descobrimos, por exemplo, quais eram suas funções e como isso afetava suas relações.

Como já deve ter ficado claro, a relação com o outro é um elemento importante tanto no romance quanto na teoria, pois é o espaço de origem do sentimento tanto de reconhecimento quanto de desrespeito. E o desrespeito impede que uma pessoa estabeleça uma boa autorrelação, pois

[...]para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele [o ser humano] depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais como vergonha ou a ira. Daí a experiência de desrespeito estar sempre acompanhada de sentimentos afetivos que em princípio podem revelar ao indivíduo que determinadas formas de reconhecimento lhe são socialmente denegadas. (HONNETH, 2003, p.220)

Para avaliar as etapas de desenvolvimento psíquico e compreender a autorrelação tanto positiva quanto negativa, Axel Honneth (2003) nos apresenta três padrões gerais de reconhecimento, acionáveis nas mais diversas relações dos seres humanos, verticais ou horizontais. Existem os padrões de reconhecimento afetivo, jurídico e de estima social. A cada um desses padrões correspondem respostas negativas que o autor chama, de forma generalizada, de desrespeito.

O padrão afetivo é compreendido de maneira ampla, englobando “todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas” (HONNETH, 2003, p 159), incluso as relações eróticas entre parceiros, as relações de amizade e as relações parentais.

essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica como geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos,

pela gramática moral vigente (ou podemos dizer, não era contemplada pelo contrato normativo), isso iniciaria a demanda pela ampliação do acesso aos direitos. Esse é um tema certamente muito instigante, no entanto, para o presente trabalho, focamos apenas no romance e na análise dos personagens.

propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito. (HONNETH, 2003, p. 177)

Conforme o autor, esse padrão independeria do tempo e do espaço, pois, independente da sociedade e da época, as pessoas irão desenvolver relações mais íntimas e, através delas, tornar-se-ão seguras de que tanto ela quanto seus pares são interdependentes e se reconhecem mutuamente enquanto seres carentes e necessários uns aos outros (ibidem).

Esse padrão pode ser compreendido como o núcleo da identidade do ser humano, conferindo-lhe autonomia sobre si e sobre o próprio corpo e servindo de base para o desenvolvimento das demais autorrelações dos indivíduos. Em sua forma negativa, encontramos situações como maus-tratos e violação do corpo, no qual o sujeito perde a autoconfiança e também a confiança nos outros. Afinal, seus direitos básicos de segurança, física e afetiva, não estavam de fato garantidos ou foram violados. Em sua expressão máxima representaria a “morte psíquica” (HONNETH, 2003).

Os padrões que se seguem possuem maior afinidade com as teorias que iremos abordar no próximo capítulo. Para tanto, desdobramos uma atenção um pouco maior nesses casos. Os padrões jurídico e de estima social, ao contrário do padrão afetivo, são influenciados pelo contexto, isto é, se desenvolvem de acordo com o processo histórico das sociedades.

É preciso pontuar que o padrão jurídico mobilizado por Honneth (2003) conservou a ideia inicial de Hegel¹⁷, de maneira que conforma a esfera jurídica ao direito moderno. Isso significa que esse padrão tem como base um modelo em que todos os indivíduos seriam igualmente observados pela lei, tanto no que condiz aos deveres quanto aos direitos. Sua definição se dá de acordo com o processo de construção da cidadania descrito por Marshall composto, então, pela aquisição dos direitos civis, políticos e sociais respectivamente.

Através deste padrão adquirimos o autorrespeito por nos compreendermos enquanto indivíduos portadores de direitos universais garantidos por sanções institucionalizadas e compartilhadas intersubjetivamente. Dessa maneira, “a perspectiva normativa de um *‘outro generalizado’*” nos ensinaria “a perceber os outros membros da coletividade como portadores de direitos” (Honneth, 2003, p. 179). A questão se daria da seguinte maneira: tendo em vista

¹⁷Principalmente no que confere a sua concepção de modernidade. Ver Axel Honneth (2003), *Luta por Reconhecimento*, cap. 1-3, principalmente sobre o pensamento hegeliano de direito natural e de reconhecimento.

que somos (Eu e o Outro) membros de uma mesma sociedade, estaríamos ambos à mercê das mesmas sanções, determinadas pelos mesmos princípios universais.

O desrespeito respectivo ao padrão jurídico se refere a privação de certos direitos, de forma que o sujeito lesado não é reconhecido como uma pessoa capaz de formar julgamentos. Se a concepção do *outro generalizado* está relacionada à ideia de dignidade humana, então o desrespeito suscitado nesse padrão significaria que aquele que foi lesado é considerado, em algum nível, como menos digno e menos humano. Nesse sentido, essa pessoa se encontraria à margem da humanidade por não possuir os requisitos ou qualidades necessárias para ser contemplado totalmente pela lei. A total denegação desse padrão pode levar a pessoa a experimentar sua “morte social” (HONNETH, 2003).

Por fim temos o padrão da estima social que é composto pelo reconhecimento das particularidades dos indivíduos, isto é, de suas contribuições e realizações para e na sociedade. É dessa forma que o indivíduo pode ser reconhecido como uma pessoa única e insubstituível (HONNETH, 2003). Enquanto no direito os indivíduos são tratados a partir da ideia de universalidade, na esfera da estima social temos a potencialidade do reconhecimento de cada pessoa a partir dos aspectos que a fazem única.

[...] a estima social se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais: por isso, enquanto o direito moderno representa um médium de reconhecimento que expressa propriedades universais de sujeitos humanos de maneira diferenciadora, aquela segunda forma de reconhecimento requer um médium social que deve expressar as diferenças de propriedades entre sujeitos humanos de maneira universal, isto é, intersubjetivamente vinculante. Essa tarefa de mediação é operada, no nível social, por um quadro de orientações simbolicamente articulado, mas sempre aberto e poroso, no qual se formulam os valores e os objetivos éticos, cujo todo constitui a autocompreensão cultural de uma sociedade; (HONNETH, 2003, p. 199 – 200)

As particularidades são usualmente categorizadas de acordo com os valores e princípios vigentes, ou seja, são avaliadas através dos símbolos e significantes aprendidos e absorvidos culturalmente; quanto mais horizontal e simetricamente estejam relacionadas às particularidades, tanto mais essa sociedade estará aberta à pluralidade e próxima de um ideal universalizante de valorização das diferenças. Em seu formato positivo ideal, esse padrão conformaria a universalização pela diferença, de maneira que a pessoa desenvolve sua autoestima e se compreende numa relação de solidariedade com os demais membros. Em sua forma negativa, teríamos a desvalorização das ações e contribuições: a pessoa é percebida como um ser que não é estimado (da forma como esperava ser) dentro da comunidade da qual faz

parte. Neste último caso, a pessoa pode vir a experimentar o sentimento de humilhação, rebaixamento e “vexação” (HONNETH, 2003).

Munidos desses padrões de reconhecimento, partiremos agora para a análise de cada um dos personagens. Nossa intenção é mapear quais tipos de desrespeito foram sofridos e quais foram as ações tomadas no sentido de reestabelecer o reconhecimento outrora negado.

2.2.1 – Mestre José Amaro: “Gritou comigo, não vai!”

O personagem José Amaro é o personagem que ocupa mais espaço no romance, não apenas em números de páginas, mas também porque sua presença é marcante nas outras duas partes, em especial na última, dedicada ao Capitão Vitorino. Devido ao grande número de páginas que lhe são dedicadas, podemos nos aprofundar mais em seus pensamentos e sentimentos, que compõem um material frutífero para a análise dos três padrões de reconhecimento honnethianos.

José Amaro, como pontuado pelo crítico Alfredo Bosi (1970), é um personagem que vai criando corpo através dos monólogos, do seu fluxo de pensamento e através do diálogo com os outros personagens. O romancista não nos dedica muitas frases que explicam quem o personagem é, de maneira que vemos ele se formar pouco a pouco até surgir a figura de grande sofrimento que é o seleiro, representando um tipo tradicional do Nordeste dos engenhos de cana. Somos impelidos a coletar os vários fragmentos desse personagem. Juntos esses fragmentos formam a identidade do personagem como num mosaico que, no fim da leitura, se despedaça novamente.

Mestre José Amaro mora em uma casa localizada dentro das terras do engenho Santa Fé, na beira da estrada que liga o engenho à Vila do Pilar. Ele trabalha em frente à sua casa como seleiro, mexendo com solas (couro) para fazer alguns artefatos ou mesmo para realizar reparos em selas e correias. Aprendeu seu ofício com o pai que chegou a produzir uma sela que foi dada ao Imperador pelo Barão de Goiana.

Apesar da aparente importância, a relação do Mestre Zé com seu pai em particular, e com seus pais em geral, é pouco explorada. O pouco que descobrimos é que seu pai foi uma pessoa dura e que mal se lembrava de sua mãe¹⁸. Ainda que essa informação seja rasa, ela nos permite intuir, a partir da teoria do reconhecimento, que a falta de afeto oriunda de um pai

¹⁸ Certamente uma referência à relação do autor com a própria mãe, tendo em vista que ela morreu quando ele era ainda muito novo.

“duro” e uma mãe ausente contribuiu para a formação de uma lacuna em sua identidade, localizada em sua autoconfiança. Isso quer dizer que, a partir dessa informação já é possível entrever que o seleiro possui dificuldades de confiar nos outros e de demonstrar afeto. Essas primeiras características dificultam seu relacionamento com as pessoas, principalmente com aquelas que lhe são mais íntimas, como sua mulher e filha.

Mestre Amaro é casado com dona Sinhá, que é um pouco mais velha que ele. Ambos possuem consciência de que o casamento só ocorreu porque Sinhá já estava passando do “tempo de casar” e o seleiro era sua única opção. Ao se lembrar do início do casamento, ela lembra do enjojo que sentia com cheiro de sola que impregnava toda a casa, mas que, no entanto, se acostumou com o passar do tempo. Através dos olhos de D. Sinhá somos apresentados à aparência do seleiro: um homem velho de olhos amarelos, com aparência doentia e que possuía uma grande barba. Quanto a sua personalidade, ela diz que ele possui um gênio terrível que estava piorando com a idade.

Não é preciso avançar muito no romance para percebermos que a relação do seleiro com a família é muito complicada. Em muitos dos momentos em que ele reflete sobre sua família, se vê dominado pelos sentimentos de raiva e ódio muito mais do que de amor.

Sua filha se chama Marta, possui 30 anos e não havia encontrado ainda um marido. Ela é apresentada como uma menina/mulher que quando não estava simplesmente calada, estava cantando músicas de igreja ou chorando pelos cantos. Essa personalidade irritava seu pai, pois reafirmava sua conclusão de que a filha não possuía nada que remetesse a ele. E isso lhe promovia a sensação de solidão, de falta de conexão com aquelas que deveriam lhe ser mais próximas

Que podia ele fazer com uma filha que nada tinha dele, que era um outro ser, sem coragem para vencer todos os medos? Ele não tinha medo de ninguém. Marchava devagar. As suas alpercatas batiam alto no calcanhar. Estava só naquele mundo, sem uma pessoa, sem um ente vivo. (REGO, 2017, p. 99)

O seleiro acreditava que sua mulher era a culpada pela sua infelicidade. Não fica muito claro exatamente o porquê, no entanto, é possível deduzir dois motivos: o primeiro se deve à forma como sua mulher educou a filha; o segundo se deve ao fato de a mulher não ter lhe dado um filho homem, isto é, alguém para repassar o ofício de tradição familiar e que pudesse lhe defender a honra caso fosse necessário.

A má relação que ele possui com a mulher e com a filha fica evidenciada pela sua dificuldade de se expressar. Sua dificuldade em lidar com os próprios sentimentos e de

processar toda a injustiça que sente sofrer se converte em agressividade para com sua própria família. De maneira que sua comunicação com elas é sempre repleta de agressividade verbal, que ocorre através de gritos e xingamentos.

O ápice dessa agressividade ocorre quando o seleiro comete violência física contra sua filha. O sofrimento de ver sua única filha enlouquecer se traduz na forma de uma “surra de sola”, a qual acredita ser a única maneira de curá-la. Esse evento é crucial na trajetória do personagem, pois estabelece uma nova dinâmica na casa do seleiro, na qual há um afastamento progressivo entre o casal.

Sinhá batia a carne de ceará no pilão. E as palavras da filha chegavam como chuva de janeiro, num rompante danado, e passavam de repente. Não lhe doíam mais nos ouvidos os gritos de Marta. Doía mais a palavra mansa de Sinhá, aquele falar de seda que parecia cortá-lo como a sua quicé afiada. A velha fugia dele, não o procurava mais para lhe falar, para trocar ideias sobre Marta. Andava com o propósito de mandar a filha para a Tamarineira, no Recife. Ouvia a conversa com a comadre Adriana. Sinhá tinha medo do hospital dos doidos, tinha dó de mandar a filha para sofrer no meio dos outros. Todos achavam que era o único jeito, e a velha só pensava nisto. Quando falava com ele era como se tratasse com um inimigo. Nunca mais o olhara de frente, nunca mais ouvira de sua boca aquele “Zeca!”. Ela era a culpada de tudo. (REGO, 2017, p. 161)

Como podemos perceber no pensamento do seleiro que transcrevemos anteriormente, sua relação com a mulher estava profundamente abalada, de forma que ela não conversava mais com ele. O desenrolar dessa história se dá com dona Sinhá indo levar a filha, de trem, até o Recife, acompanhada do compadre Vitorino, o terceiro personagem principal dessa história. A partir daí o seleiro encontra-se efetivamente sozinho, sem sua mulher que passou a sentir repulsa pelo marido e sem sua filha que enlouqueceu e é enviada para outro lugar.

No momento do abandono, José Amaro até tentou falar com sua mulher porque estava descobrindo em si vestígios da ternura e carinho que nutria por ela, mas não conseguiu. Ele sabia que ela só nutria ódio por ele naquele momento e que seria, então, rejeitado. José Amaro, quando vê a mulher se arrumando para partir toma consciência da destruição de sua família, a base da sua frágil autoconfiança.

Como dissemos a respeito da teoria de Honneth, o padrão afetivo seria o cerne, a base para o desenvolvimento dos demais tipos de autorrespeito. Pois, o padrão de reconhecimento não é um estado intersubjetivo, como são os outros dois padrões, mas sim “um arco de tensões comunicativas” que mediam as relações mais íntimas, como a relação com a família, com os amigos e inclusive as relações eróticas.

Essa relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de autorrelação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica quanto geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito (HONNETH, 2003 p.177)

Com base nisso, percebemos que ser abandonado fez com que a fundação que sustenta a identidade do seleiro começasse a colapsar. O abandono foi um grande golpe em sua vida, pois concretizava sua sensação inicial de que não existia ninguém com e por ele, isto é, reforçou seu sentimento de insegurança emocional. A partir desse momento, toda a sua autoconfiança estava completamente abalada.

Dessa maneira, podemos perceber que o autor conseguiu apreender esse traço da humanidade quando criou o personagem do seleiro, nos demonstrando o grande potencial de sua imaginação psicossociológica. Os fatos que apresenta sobre o seleiro confirmam o previsto na teoria honnetiana: o mau desenvolvimento de sua relação com ambos os pais expresso através da vaga lembrança que Mestre José Amaro possuía de sua mãe e da memória do comportamento “duro” do seu pai, resultou em uma dificuldade de expressar seus sentimentos e carências. Tudo isso resulta em uma insegurança emocional e os sentimentos não expressos de forma devida passam a consumi-lo. Sua saída é gritar e brigar com os que estão ao seu redor e bater sola, tentando amaciar o couro tão duro quanto ele.

A dificuldade comunicativa do seleiro não se limita às interações familiares, mas extrapola para com aqueles que paravam em sua tenda para conversar ou vender algo. Esse comportamento começa a gerar um burburinho em meio aos seus vizinhos e demais moradores do Pilar. Como demonstra a fala de seu vizinho, Lucindo: “– Sou homem velho, estou nesta idade e nunca vi uma criatura como o mestre. É um gênio terrível, é um falar duro com todo mundo” (Rego, 2017, p.139).

Os comentários ríspidos que José Amaro, apesar de agressivo, possuem um intuito muito subjetivo que é o de reconhecimento da sua pessoa. Em geral, seus comentários são formas variadas de dizer a mesma coisa: que ele não era criado de ninguém, que só fazia o que queria e que podia escolher para quem queria trabalhar. Eles são a representação de sua reação à ameaça que sentia em sua autonomia pelo fato de ser um morador e, dessa forma, um homem sujeito aos desígnios de outro. Por isso a necessidade de se reafirmar para os outros como dono do próprio nariz, dono de suas vontades, o que significa dizer que ele não era um escravo. Mas,

para que isso se torne concreto, era necessário que os membros da sua comunidade o reconhecessem dessa forma.

No entanto, ele ainda era um homem sujeito ao senhor do engenho Santa Fé, a quem devia, pela ordem vigente, a terra onde se abrigava e de onde tirava o sustento. Dessa forma, enquanto essa relação se mantivesse, Amaro não seria o homem livre que gostaria de ser.

Sua história de sujeição começou quando seu pai cometeu um assassinato em Goiana e, por mais que tivesse sido livrado da punição pelo assassinato, se viu impossibilitado de permanecer naquele município. Então, munido de recomendações de parentes do senhor do engenho Santa Fé, seu pai foi até lá pedir moradia. Então, quando José Amaro ainda era um menino, seu pai se estabeleceu na casa que viria a ser sua. Foi dessa forma que o pai do mestre Zé se tornou um morador do engenho Santa Fé.

Ser morador ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo morar revela, tem um forte significado simbólico[...]. Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si. Caiam assim sob a estrita dependência do senhor[...] (GARCIA. 1990, p 39)

Dessa forma, tudo o que estava sobre aquela terra pertencia ao senhor de engenho, inclusive a casa do Mestre José Amaro. Porém, tal qual a árvore de seu quintal, ele criou raízes naquela terra: foi onde cresceu, se casou e teve sua filha. Tendo em vista o longo tempo e tudo o que viveu naquela casa, ele nutria o sentimento de que ela lhe pertencia. Mas, junto com a casa, a relação assimétrica e de dominação do morador para com o senhor do engenho também foi passada de pai para filho

A relação de morada consistia na disponibilidade de serviços, produtos e lealdade; estava fundamentada principalmente na submissão à autoridade do senhor pelo direito de usufruto da terra. No entanto, a terra não era dada, mas sim era emprestada, de maneira que tudo o que se encontrava sobre ela pertencia ao dono do engenho e encontrava-se à mercê de sua vontade.

Conforme Garcia (1990), através de relações como essa os senhores de engenho acumulavam laços de dependência. O morador se via preso ao senhor através de dívidas morais, adquiridas através da terra cedida e das ajudas “generosas” que o senhor poderia proporcionar em casos de doença ou alguma outra necessidade. Essa dívida moral é a base de legitimidade

da sujeição, o que significa que esse tipo de relação é visto como justa por todos aqueles envolvidos.

Todavia, apesar da assimetria dessa relação ela compreende também uma reciprocidade. Não era, então, uma relação de mão única, porque exigia do senhor alguns deveres e para isso, ele tinha de ter a capacidade de conceder esses favores. Isso, no entanto, não ameniza muito o fato de que uma das partes recebia muito mais do que a outra, tratando de um caso de exploração e expropriação.

Não havia um único arranjo para determinar como seria a relação *senhor – morador*, dependendo das pessoas envolvidas e dos meios pelos quais a relação foi firmada (Garcia, 1990, p. 41). Por exemplo, o acordo estabelecido entre o pai do personagem Mestre Zé Amaro e o senhor do engenho Santa Fé não previa o pagamento de foro (espécie de aluguel). Esse tipo de “generosidade” custa mais ao morador, pois gera uma dívida moral maior e aumenta o grau de dependência.

Havia um equilíbrio entre as solicitações recíprocas, entre as expectativas satisfeitas ou frustradas, que era necessário manter, e que constituía o motor da relação. A situação *dos moradores* não era homogênea, mesmo no interior de uma mesma propriedade. Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas *morador-senhor*. (ibidem, p. 42)

As relações entre os diferentes estamentos daquela sociedade agrária se davam de forma menos demarcada que na cidade, pois os senhores estavam em contínuo contato com os sujeitos, como podemos ver no célebre trabalho de Maria Isaura P. de Queiroz (1976), *O mandonismo na vida política brasileira*. Como consequência, a desigualdade abismal entre a elite e os demais tornava-se mais borrada. Além da proximidade física, existia também o “favor” através do qual se concedia alguns privilégios e criava-se obrigações morais que camuflava a forte assimetria das relações. Através da generosidade se produzia “dívidas morais” que “ligavam os indivíduos [...] numa relação de submissão” gerando a “esperança por novas recompensas”. Compõe-se, dessa forma, uma relação entre protetor x protegido (GARCIA, 1990, p.42).

No entanto, a relação entre o Mestre José Amaro e o Coronel Lula, senhor do engenho Santa Fé, não está cumprindo todos esses requisitos de manutenção. Definitivamente, o seleiro não vê em Lula um protetor e sente que o fluxo entre direitos e obrigações perdeu seu suposto equilíbrio. Devido a negligência no comportamento do Coronel Lula enquanto senhor de engenho, essa relação de dependência está sendo revista por parte do morador.

Uma das formas que José Amaro encontrou para lidar com seus pensamentos sobre o quão infeliz, solitário e injustiçado se sentia era através das batidas para modelar o couro. Benjamin Abdala Jr (2017) interpreta que o mestre Zé “sonha moldar a realidade como molda um pedaço de couro”. O couro é a única coisa da vida do seleiro sobre a qual realmente tem controle, ao mesmo tempo, é onde tenta expiar sua raiva.

Sentado no seu tamborete, o velho José Amaro parou de falar. Ali estavam os seus instrumentos de trabalho. Pegou no pedaço de sola e foi alisando, dobrando-a, com os dedos grossos. A cantoria dos pássaros aumentara com o silêncio. Os olhos do velho, amarelos, como que se enevoaram de lágrima que não chegara a rolar. Havia uma mágoa profunda nele. Pegou do martelo, e com uma força de raiva malhou a sola molhada.” (REGO, 2017, p. 38)

Antes o trabalho era suficiente para evitar os pensamentos sobre sua vida e suas angústias. No entanto, aumenta a frequência com que o personagem é arrastado para uma autoanálise. E a tomada de consciência quanto a própria realidade lhe enche de frustração, pois percebe tudo o que poderia ter sido, mas não foi. Pensar sobre todas as condições de sua vida lhe causava dor e ódio, sentimentos negativos oriundos de sua frustração frente às várias expectativas sócio morais não realizadas. Ao mesmo tempo, se percebe em um mundo que começa a perder o sentido. Eis então a contradição entre o real e o que, aos seus olhos, era justo: Fazer parte da bagaceira, isto é, ser sujeito a um senhor de engenho contradizia a posição que sustentava diante das outras pessoas quando dizia que não era criado de ninguém.

Uma outra forma que o seleiro usa para lidar com seus pensamentos, dada sua incapacidade de se abrir com sua família, é a caminhada noturna. Podemos interpretar esse comportamento como uma vontade de fugir de seu cativo particular.

O seleiro estava possuído de paz, de tenra tristeza; ia ver a lua, por cima das cajazeiras, banhando de leite as várzeas do coronel Lula de Holanda. Foi andando estrada afora, queria estar só, viver só. A noite convidava-o para andar. Era o que nunca fazia. Vivia pegado naquele tamborete, como negro no tronco. E foi andando. (REGO, 2017, p. 60)

Porém, com essas livres caminhadas noturnas, Zé Amaro faz mais do que apenas desanuviar, ele começa a sair de seu *script* social. É um comportamento que não é compreendido pelos demais membros daquela comunidade, acostumados a viver a vida de determinada maneira. Essa mudança gera medo e desconfiança, como se sentissem que aquela atitude poderia perturbar a ordem. Para aquela comunidade, uma pessoa em sã consciência não sairia no meio da noite apenas para andar e observar a natureza. A possibilidade levantada, e que rapidamente ganha força e se espalha, é a de que o mestre Zé era um lobisomem, evocando

o misticismo presente naquela região. A figura do lobisomem, apesar de parecer absurda, tornava-se um fator explicativo de sua fisionomia medonha e de seu comportamento agressivo.

Quando paramos para pensar o que é um lobisomem, nos damos conta de que é uma fusão de homem e fera (o lobo). Tendo isso em mente, as implicações de ser taxado de lobisomem, para além do misticismo, indica que começam a conceber que José Amaro não é completamente humano, possuindo, inclusive, um caráter demoníaco capaz e desejoso de atentar contra a vida dos outros. Afinal, a narrativa é de que o lobisomem sai de noite à procura de sangue. E o fato do pai do seleiro ter matado alguém em Goiana faz com que seja plausível que o filho também estivesse propenso a matar pessoas.

Porém, é apenas pouco antes do fim do romance que o personagem toma ciência de que que o lobisomem do qual todos estavam falando era ele próprio. Essa constatação lhe aterroriza e a reação das pessoas a sua presença o faz questionar acerca do que haveria nele de tão ruim ou errado a ponto de as pessoas sentirem medo de sua presença e acreditarem nessa história. Em sua cabeça ele era um homem comum como os outros: “era um homem de sua casa, de seu trabalho, de sua família”. É da seguinte maneira que o seleiro toma consciência de que é, ele próprio, o lobisomem:

Ouviu vozes que se aproximavam. E na curva apareceram uns meninos com uma mulher. Logo que o avistaram, ouviu um grito de espanto: “É ele!” E todos correram para cima de um barranco. A mulher ficou apalermada, como uma besta olhando para ele. Nem deu boa-tarde e seguiu viagem com o espírito prevenido. Que queria dizer aquilo? Foi quando se lembrou da conversa do compadre. Lobisomem. Estremeceu com o pensamento. Era como se lhe gritassem ao ouvido: “Assassino!” Lobisomem. Estavam com medo dele. [...] Invenção de Laurentino. Todos agora o tomariam por um bicho, inventariam histórias com seu nome. Teve vontade de voltar para casa. Teve medo de encontrar-se com outra pessoa que corresse dele, que lhe batesse a janela na cara. Sabia que a sua mulher fugira, corra dele, naquela noite. E agora eram os meninos. [...] Ele fazia os meninos correrem com pavor. O seleiro apalpou o rosto intumescido. Olhou as mãos, as unhas sujas. Que diabo andava por dentro dele para provocar pavor, encher o povo de medo? (REGO, 2017, p. 171-172)

Os boatos de que é um lobisomem afetam diretamente a autoestima de José Amaro. Não conseguia compreender como as pessoas poderiam duvidar do homem que conheciam há tantos anos. O efeito que causou nas pessoas que encontrou pelo caminho o fez perceber que não era mais bem-quisto no lugar onde sempre viveu. Quão fraca era a estima daquelas pessoas para com ele, já que foram capazes de acreditar em algo tão absurdo?

Um boato como esse lhe mancharia a reputação e lhe acompanharia pelo resto da vida. Pois, se a gramática moral (Honneth, 2003) de uma sociedade é conformada pelos princípios e valores compartilhados intersubjetivamente, os boatos podem ser considerados como julgamentos morais sintetizados daquela comunidade. Conforme atingem mais pessoas,

mais forte ficam e mais efeitos podem causar sobre a vida dos envolvidos. Isso torna-se perceptível, por exemplo, no caso do boato sobre o mestre Zé ser um lobisomem que se fortalece conforme a distância que percorre. Quanto mais pessoas acreditam que esse boato é uma verdade, mais concretas são suas consequências.

Por mais que fosse mentira, o boato amplamente espalhado produziu consequências concretas na vida e na personalidade do mestre, pois “todos agora o tomariam como bicho”. Ciente das terríveis consequências desse tipo de boato e consciente de sua inocência, José Amaro sente-se um pobre injustiçado. Ele sabe que sozinho não consegue desfazer o malfeito.

Honneth (2013) diz que, em sociedades com estamentos, como eram as sociedades canavieiras do Nordeste, a estima social é avaliada pelos grupos, indicando uma conduta específica de vida. A honra social se daria apenas pelo sujeito se comportar como esperado. Motivados por esse conceito, podemos perceber que o ato de questionar as formas de domínio e a legitimidade da autoridade dos senhores de engenho, assim como de experimentar a liberdade com as caminhadas, não condiz com o comportamento esperado de um morador. Pois, esse comportamento permitia que os moradores da vila interpretassem que ele não estava agindo de forma normal, dado que estava sempre zangado, quando era esperado que ele demonstrasse mais resignação e docilidade devido ao seu *status* de homem sujeito.

É necessário, então, que nos questionemos: Qual foi o catalisador responsável pelo desvio de comportamento do personagem? A nosso ver, a perturbação causada pela transformação daquele mundo foi o catalisador. É a decadência que, como já foi dito, é uma presença constante no romance. Ela chegou em ondas, afetando principalmente os engenhos que se encontravam na margem da renovação tecnológica, como era o engenho Santa Fé. Toda essa transformação vem acompanhada de uma nova ideologia, mais racional, que pode ser sentida naqueles personagens que viveram na cidade, como o Coronel Lula, e que afeta as relações sociais tal como as relações de trabalho.

Dessa forma, a decadência do engenho Santa Fé permite ao José Amaro perceber, mais do que antes, as estruturas que conformam as relações de dominação que o envolve. Isso ocorre porque, em comparação com engenhos maiores, como o Santa Rosa, o engenho Santa Fé é muito mais frágil e suscetível aos arroubos agressivos da modernização. Pois, o Coronel Lula nunca teve interesse nem aptidão para a administração de engenho e isso contribuiu para a rápida decadência do Santa Fé.

- O coronel Lula – continuava o mestre – está muito enganado comigo. Já trabalhei para muito senhor de engenho aqui da Ribeira, da Várzea de Goiana, e só encontrei homens de tratamento. Ele não; passa por aqui e nem se demora pra saber do trabalho, para dar uma opinião. É metido na gravata de manhã à noite, como um juiz de direito. Ora, pobre é gente.

Depois se levantou, foi até a porta que dava para a casa do engenho, olhou firme como se quisesse descobrir uma coisa, e continuou:

- Aí está em que dá o luxo dele. Está aí o engenho num atraso danado. O major Thomás, o que deixou está aí no mesmo pé. Engenho de besta num tempo deste! (REGO, 2017, p.63)

Assim, a incompetência do Coronel Lula somada ao contexto de transformação de toda aquela sociedade permite que José Amaro tome consciência de sua posição e da decadência do engenho ao qual encontra-se atrelado. E quanto mais reflete sobre isso mais questiona a suposta justiça daquele ordenamento social que legitimava as desigualdades e arbitrariedades dos grandes proprietários.

Parou um instante para respirar, sorver o ar ácido que vinha das árvores, das cajazeiras cobertas de frutos. Cheirava o manacá, cheirava a terra que ele nunca plantara. Fora sempre de seu ofício, sempre pegado no couro, cortando sola, batendo brocha. A terra lhe era distante. Viu a várzea coberta de lavoura. Olhava as vazantes, os altos e nunca reparara que tudo aquilo era o poder, era a força verdadeira do homem. Sabia que o homem tirava tudo da terra, que a terra paria tudo. Só agora depois de velho era que pudera compreender aquela beleza de uma noite, a paz da noite, sem a agressividade da luz quente. Aquela luz fria da lua entrava-lhe de carne adentro. Sentia solidão. O que ele queria era viver só. Tudo o que o ligava à casa, à vida de sua casa, lhe doía, era como uma facada que lhe entrava no corpo. (REGO, 2017, p. 131 – 132)

Ser morador de um engenho decadente afetava a perspectiva e a posição do mestre Zé naquela sociedade. Pois agora ele sabia que seu senhor era um homem fraco diante dos outros e poderia não possuir os recursos necessários para retribuir sua sujeição. Ele compara sua relação com o Coronel Lula com a relação que seu pai possuía com o Coronel Tomás e percebe: a amizade que seu pai possuía o senhor não se repetiu entre ele e Lula. O coronel Lula nunca parou para conversar com ele, como se ele não fosse digno de seu tempo. Em seu vocabulário, diz que o Coronel Lula não é “homem de trato” e que possui uma “bondade” (orgulho) e uma soberba exagerada.

Dessa forma, temos que Lula não estava cumprindo seu papel de senhor, que deveria ser tanto paternal quanto autoritário, a fim de construir laços de lealdade e obediência. Se para o senhor o domínio sobre a vida de um outro aumentava o prestígio e o *status*, para o morador, esse tipo de relação garantia que ele não era um escravo (antes da abolição) ou negro

(Schwarz, 2012)¹⁹. Nesse sentido, a negligência do senhor Lula não dava indícios de que os deveres e direitos contidos no acordo tácito entre morador e senhor estavam garantidos.

A tensão entre o Coronel Lula e o seleiro Amaro atinge seu ápice devido à Floripes, filho de um escravo que Lula apadrinhou e com quem o seleiro desenvolveu uma inimizade. Ele foi um dos responsáveis por espalhar o boato de que o mestre José Amaro era um lobisomem. Floripes contou ao seu padrinho que o seleiro estava falando mal de Neném, filha do coronel, e que ele era um perigoso lobisomem. Lula exige que Zé Amaro apareça no engenho para repreendê-lo pelas ofensas causadas à sua família. Assim, segue-se o seguinte diálogo:

- Hein, mestre José Amaro, eu mandei chamá-lo para saber de coisas que o senhor anda dizendo, hein?

- Coronel, eu não sei de nada. Vivo na minha casa, do meu trabalho.

- Quem manda nessa terra, hein, mestre José Amaro?

- Quem manda é o senhor do engenho.

O sol iluminava as barbas brancas do velho. Ele tinha naquele momento um tamanho de gigante, em cima dos batentes de pedra. Lá embaixo estava o mestre José Amaro [...]

- Coronel, o senhor não devia ir atrás das intrigas daquele negro. Eu sou homem de respeito.

- Hein, mestre José Amaro, o seu pai matou em Goiana, não é verdade, hein, mestre José Amaro? Eu não quero assassino no meu engenho. Não é, Amélia Pode procurar outro engenho, mestre José Amaro. [...]

Aquilo foi como uma bofetada na cara. O mestre deu dois passos para trás, estava com os olhos esbugalhados, com um nó na garganta. E quando pôde falar, não via ninguém na sua frente, via só a luz do sol faiscar na parede branca da casa.

- Não sou cachorro, coronel Lula. Não sou cachorro. (REGO, 2017, p. 174-175)

Neste evento o mestre José Amaro revive a dolorosa experiência de perda de estima social, dessa vez perante aquele que deveria prezar por ele. A situação se agrava porque, perante o julgamento do senhor, a voz de um negro²⁰ valeu mais do que a dele. Isso fere a hierarquia racial daquela sociedade e também os termos de reciprocidade (assimétrica) que deveriam reger a relação. Pois, com essa atitude, o senhor Coronel Lula demonstra que o seleiro vale igual ou menos que um criado ou escravo.

¹⁹ Durante o período de escravidão, essa garantia seria a de não ser como um escravo. Após a abolição, essa referência foi transferida para os negros que, naquela sociedade, continuaram a ser vistos como inferiores, algo que podemos observar em várias situações no romance, quando os personagens se referem pejorativamente aos negros.

²⁰ O mestre José Amaro, como outros personagens do romance, alimenta um grande preconceito para com os negros. Eles demonstram considerar os negros como uma qualidade inferior de gente. Devido a essa concepção preconceituosa, os negros são vistos como um parâmetro que reafirma o valor de todos os não-negros, isto é, daqueles que também não são brancos.

Tendo em vista que nessa sociedade os padrões jurídico e de estima social se entrecruzam, neste evento o seleiro sofreu não lesão em sua autoestima como também uma lesão em seu autorrespeito. O desrespeito quanto à estima apresenta-se como mais explícito, mas sob esse evento encontramos também traços de um desrespeito jurídico. Afinal, o padrão jurídico seria o responsável para determinar as condições mínimas para que alguém seja reconhecido como uma pessoa de direito²¹. Ou seja, o padrão jurídico está relacionado com a qualidade de “humano” no que se refere à ideia de dignidade. Então, numa sociedade na qual encontramos muitos traços tradicionais como, por exemplo, estamento. E cada estamento possui diferentes qualidades de dignidade, isto é, uma determinada dignidade humana²². Assim, o Mestre José Amaro, enquanto morador, tinha seu próprio estandarte de dignidade que esperava ser reafirmada pelo senhor de engenho e que supostamente lhe garantiria mais direitos de confiança em contraste com a de um negro. No entanto, neste confronto, quando a palavra de Floripes superou a sua, também sua dignidade foi superada pela de um “traste qualquer”. Pois, a atitude do senhor do engenho estabelece que José Amaro pertence à qualidade inferior de ser humano e isso lhe custou a “sua” casa.

Ao levarmos em conta os eventos que aqui foram brevemente narrados, percebemos que os valores que estruturavam as relações sociais e que legitimavam a hierarquia sob a qual se forjou a vida e identidade do seleiro começam a desmoronar. Amaro não reconhece o mundo que vê diante de si, não entende as lógicas que o ordenam: tudo parece ter perdido o sentido.

Sua sensação de deslocamento, de falta de vínculos, ele se vê numa busca para preencher esse vazio. E é essa lacuna deixada pela relação falha com o senhor de engenho que será preenchida pelo cangaceiro Antônio Silvino, que ele reconhece como alguém que, por lutar pelo povo, poderia ser seu protetor.

A possibilidade de ajudar o cangaceiro e seu bando surge como uma maneira de recuperar o autorrespeito e a autoestima, pois estaria em relação com um senhor mais forte que os outros senhores e o único capaz de lhe fazer justiça. Pois, aos olhos do mestre José Amaro, o cangaceiro é um “homem de verdade” que não tem medo de nada, que ajuda os pobres e que

²¹ De acordo com o direito moderno, indicaria os mínimos aspectos para que um ser humano seja considerado como uma pessoa autônoma para fazer julgamentos morais. (HONNETH, 2004)

²² Se no direito moderno existe a ideia de uma única dignidade humana, já que todos são iguais perante a lei, numa sociedade como a que estamos estudando, na qual o direito age de maneira personalista, cada grupo, senhores, moradores, livres ou libertos, possui uma dignidade própria. O ponto de igualdade entre os senhores, por exemplo, não é o mesmo que o dos livres. A igualdade de dignidade só é a mesma entre aqueles pertencentes a um mesmo grupo. E entre esses grupos, existe uma hierarquia. É como se os senhores fossem mais humanos que os livres, que são mais humanos que os moradores e assim por diante.

domina os dominantes. É dessa maneira que o personagem tenta reorganizar sua vida: ele “troca a servidão a Lula de Holanda pela servidão ao cangaceiro Antônio Silvino. (...) permanece a relação de dependência” (Abdala Jr, 2017, p. 13).

Antes mesmo de ter sido mandado embora do engenho, já havia “flertado” com o cangaço, ajudando com pequenas coisas e informações através de um mediador, o aguardenteiro Alípio.

Andou para as bandas do Santa Rosa. Pisou nas terras do velho que odiava. Viu os partidos de cana gemendo na ventania, o mar de cana madura com os pendões floridos. Era toda a riqueza do velho, era o seu mundo que ele tocava. Quantas vezes não tivera vontade de sacudir fogo naquela grandeza. Era besteira. Outra vez as terras dariam aqueles mesmos partidos, o massapê encheria a barriga do ricaço. Tinha até raiva de olhar aquelas coisas. O coronel Lula fazia plantas de camumbembe, não tinha força de furar a terra com ganância, com mão de homem de fôlego. Agora não tinha mais raiva dos partidos do Santa Rosa. Ele trabalhava para um homem que era maior que o coronel José Paulino, que era dono de todos os partidos, senhor de todos os senhores de engenho. O que o capitão Antônio Silvino queria, fazia como era de seu gosto. [...] Agora tinha um motivo para o resto de seus dias. Pouco se importava que a filha fosse um fracasso, que a mulher não lhe desse coisa alguma. (REGO, 2017, p. 131)

A procura de ser notado pelo capitão do cangaço, através de pequenas contribuições, representava uma maneira de conquistar um novo protetor, ou seja, um novo senhor para servir. Isso demonstra que, apesar dos questionamentos oriundos de sua percepção da decadência, o seleiro ainda tentava ressignificar sua vida dentro do quadro de princípios ordenadores daquela sociedade tradicional.

O capitão do cangaço era, naquela sociedade, o único com força suficiente para reverter a decisão do senhor de engenho. Não que as instituições de direito não existissem, porém elas não se encontravam ainda bem estabelecidas e fortificadas, de maneira que os coronéis e capitães, patentes direcionadas aos grandes senhores, conseguiam manipulá-las (quando faziam parte do quadro político da situação).

Antônio Silvino tomou conhecimento da situação do seleiro e enviou um bilhete para o coronel Lula, intercedendo pelo morador. Mas para a decepção do mestre Zé, através de um outro informante, descobriu que seu herói poderia deixar de lhe proteger devido ao pedido de um grande senhor da região, com quem parecia ter muita amizade. Assim, sua sorte dependeu desse informante que decidiu não entregar o recado do senhor para o cangaceiro que ele pode continuar em sua casa. Ao tomar conhecimento da fragilidade de sua relação com o cangaceiro e de tomar consciência que o cangaceiro não era tão imaculado quanto se pensava, voltou a se sentir inseguro.

Como consequência do recado não dado, o grupo de cangaceiros chegou a invadir o engenho Santa Fé em busca de moedas de ouro que, de acordo com boatos, lá estariam enterradas. Mas nessa situação o cangaceiro reiterou seu apoio à Amaro e exigiu que o senhor não o expulsasse da terra.

Porém, tendo em vista que o cangaceiro era procurado como um fora da lei, todos aqueles envolvidos com ele eram percebidos como cúmplices de seus crimes e infrações. Assim, como percebido por Abdala Jr (2017), a relação do seleiro com o cangaceiro trouxe efeitos diversos, acelerando a desagregação de sua família e fazendo com que ele fosse preso e torturado pela polícia que buscava por informações sobre o bando.

Antônio Silvino nada fez para tirá-lo da prisão, demonstrando o quão frágil era aquela relação de proteção. A pessoa responsável por sua soltura foi seu compadre Vitorino, o qual considerava como uma criança sem consequências, um homem que não possuía nada e vivia a andar de uma casa a outra em busca de votos para a oposição. Foi ele quem conseguiu sua liberdade através do apelo à lei.

Ao término, percebemos que José Amaro sofreu desrespeito em todas as três esferas de reconhecimento, de maneira que abalou toda a sua identidade, isto é, a visão que possuía de si mesmo. A tortura foi um golpe final que fez com que sua identidade (autoestima, autorrespeito e autoconfiança) se despedaçasse completamente. Pois, ele se viu numa posição na qual não possuía controle sobre mais nada em sua vida: foi abandonado pela mulher, foi abandonado por ambos os senhores (Lula e Antônio Silvino), era considerado como um bicho e um assassino e não teve meio de proteger seu próprio corpo contra as violências do tenente. Ao sair da prisão, encontrava-se completamente desrespeitado, não reconhecido, afundado em vergonha e humilhação, que o leva a se suicidar.

Vemos no romance muitos traços do sofrimento e do desrespeito contidos na Teoria do Reconhecimento de Honneth. O escritor, a partir da observação dos cotidianos e da empatia para com os diversos tipos tradicionais da sociedade canavieira nordestina, conseguiu captar e expressar os desesperos sofridos por um morador que assistia os pilares de sua sociedade desmoronar. A partir do personagem mestre José Amaro foi possível nos colocarmos sob a perspectiva da base daquela pirâmide social e experimentar o desmoronamento de seu estilo de vida. Por estar na margem daquela sociedade, o morador de um engenho obsoleto que está quase de *fogo morto* é um dos primeiros a sentir as consequências da desordem causada pela mudança de paradigma que aquela sociedade estava passando. A riqueza de refletir sobre isso através de

um romance é a comunhão dos fatos com os sentimentos gerados e a união da dimensão teórica com a dimensão afetiva promove uma percepção mais próxima da realidade, no sentido de que elas se complementam.

2.2.2 – *Coronel Lula: “só vivia para ele mesmo”*

A segunda parte do romance é intitulada “*O engenho de Seu Lula*”. Nela passamos a conhecer melhor o personagem, que inicialmente está vocalizado apenas pelo som das campainhas de seu cabriolé que enchem a estrada em frente à casa do Mestre Zé. Esse personagem se torna mais presente ao fim da primeira parte destinada ao mestre José Amaro, sendo o algoz que o expulsa do engenho. A composição do personagem Coronel Lula se dá em contraposição ao personagem Coronel Tomás, seu sogro, que foi o fundador do engenho Santa Fé. Ao contrário do que ocorre com o personagem José Amaro, são raros os momentos em que somos levados para a íntima consciência do personagem. Luís César de Holanda Chacon era um primo distante do capitão Tomás Cabral de Melo que vivia no Recife com a mãe. Um dia foi visitar o primo no interior da Paraíba e, desta forma, conheceu sua prima e futura esposa Amélia, filha de Tomás. Quando se casou com Amélia selou, consigo, o destino do engenho Santa Fé.

Orgulho é uma boa palavra para descrever o Coronel Luís César de Holanda Chacon. Mas o orgulho que sentia não era o mesmo do seleiro Amaro, que queria ser reconhecido por todos. O seu se aproxima de um orgulho aristocrático (Abdala Jr, 2017). Ao longo da segunda parte do livro tomamos conhecimento de que Lula possuía orgulho de seu sobrenome (advindo de seu pai), o qual lhe fazia sentir maior e melhor do que todos do Pilar. Ao bradar seu sobrenome e o nome de seu pai, ele procurava o reconhecimento da importância de seu sangue e o buscava nos grandes senhores dos engenhos ao redor do seu.

Seu pai lutou ao lado de Nunes Machado em 1848, mas morreu em campo cercado pelo inimigo “como um bandido”. Tendo em vistas as condições da morte do pai, Lula varia entre admiração e decepção: admiração pela coragem do pai, por lutar com sua vida por seus ideais; decepção porque sua vida teria sido gloriosa caso ele não tivesse morrido. Já sua mãe, devido às ações políticas de seu pai, costumava ser perseguida politicamente, mas o criou no Recife apenas com o aluguel de duas casas deixadas pelo marido.

As informações que possuímos sobre as relações afetivas de Lula são limitadas quanto aos seus pais, mas ao longo do romance temos a possibilidade de explorar um pouco

mais sua relação com sua esposa e com sua filha, Neném. A princípio, demonstrava grande devoção à Amélia, gostava de ouvi-la ao piano. Tudo mudou quando seu segundo filho nasceu morto e a impossibilitou de engravidar novamente. Desse momento em diante, Lula só tinha olhos para a sua filha, de cabelos loiros, olhos azuis e pele muito branca que lhe lembrava sua mãe. Ela seria a única digna de dar continuidade ao legado dos Chacon.

Não temos material suficiente para analisar Lula no padrão afetivo. Como dissemos, seu personagem é descrito em função da comparação com o capitão Tomás, das brigas com D. Mariquinha (sua sogra) e, depois, do estranhamento e repulsa por parte de sua esposa, frente aos seus ataques de epilepsia. Dessa maneira, focamos nos aspectos de estima social e jurídico que aparecem como o cerne dos desrespeitos que o personagem acredita ter sofrido.

Como esta parte é intitulada “o engenho de Seu Lula”, cabe-nos retratar o Santa Fé para compreendermos o que aconteceu no período desde o senhoriato de Tomás até o de Lula - isto é, compreendendo o passado e o presente (até então) do engenho. Dessa forma, começaremos por sua origem, pouco antes da “revolução de 1848”. Tomás Cabral de Melo veio do Ingá do Bacamarte, “trazendo muito gado, escravos, família e aderentes”. O Santa Fé, antes dele, era apenas um sítio pequeno, próximo ao engenho Santa Rosa. Comprou mais alguns terrenos para unir ao do sítio e construir o engenho. Porém “aquele Santa Fé, que montara com tanto cuidado, com toda a sua alma, parecia um anão comparado com os outros engenhos de perto” (REGO, 2017, p. 193).

O primeiro senhor do engenho Santa Fé assustou os moradores locais porque não tinha um comportamento igual ao dos outros senhores. Para construir o engenho, ele trabalhava ao lado dos escravos e “dos cabras”. O *falaço do povo* começou, pois é o processo pelo qual a comunidade estava absorvendo e julgando a novidade daquele membro e seu comportamento “estranho”. As pessoas, então, começaram a falar daquele senhor que trabalhava como um cativo

Como era que senhor de engenho se dava a uma posição daquela, sair acompanhando cargueiros, como se fosse um feitor qualquer? E foi assim que o capitão Tomás conseguiu tirar do seu engenho o que ninguém podia imaginar. O Santa Fé, nas suas mãos, dava mais que outros engenhos de mais terras, de outros recursos. E o capitão Tomás criou fama de homem de capricho, de palavra, de trabalho duro. Falava-se do seu gênio econômico. Sobre isto corriam história, criaram anedotas de todos os feitos. [...] (REGO, 2017, p. 194)

Um tempo depois, aprendendo, ensinando e encontrando gente qualificada para trabalhar no Santa Fé, começou a produzir não apenas açúcar, como também algodão, negócio

em que sua família costumava trabalhar. Dessa maneira, nas vezes em que a produção de açúcar era fraca ou não vendia bem, a do algodão compensava. Apesar do tamanho reduzido, o engenho Santa Fé conseguia produzir o suficiente para ser notado ao lado dos outros engenhos, de maneira que as pessoas passaram a reconhecer o talento do senhor e diziam que Tomás era capaz de tirar da terra tudo o que ela podia dar.

E assim viera a grandeza do Santa Fé. Viera do nada, dum sítio de camumbembe, e nas mãos do capitão dava como um grande engenho de várzea. O capitão ficou forte na política, dava voz de comando no Partido Liberal. O povo do Santa Rosa formava no Conservador. Ele não. Tivera parentes na revolução de 1848, gente sua sofrera no governo que matara Nunes Machado. Seria sempre contra os conservadores. Por mais de uma vez tivera que presidir a Câmara do Pilar. Quando seu partido subia era o homem de mando da vila. (REGO, 2017, p. 196)

Como podemos perceber com essa citação, o capitão Tomás conseguiu construir também seu prestígio, ganhando a confiança de todos, dos mais ricos aos mais pobres, tornando-se uma figura ilustre e de respeito na Vila do Pilar. Galgou, através de muito esforço e trabalho, as escadas da pirâmide social, conquistando sua posição de grande respeito, prestígio e poder.

Para o trabalho no engenho, se gabava por possuir um quadro de escravos fortes, para os quais havia pagado mais caro para ter qualidade. Lembramos que esse tipo de comportamento era visto como legítimo naquela sociedade escravista, na qual os negros possuíam o status de não humanos, quase animais. Nesse sentido, entendemos que os escravos eram vistos como investimento, isto é, como peças produtoras ou animais de carga, afinal naquele contexto os escravos eram tidos como propriedade, principalmente para os senhores terras produtivas, como eram os engenhos do Nordeste. Por isso, não demonstrava interesse em castigá-los sem que houvesse um motivo compreendido como justo. Afinal, danificá-los significaria uma perda de produção - lógica que corresponde à perversidade de uma sociedade escravista. Havia um total controle dos escravos:

(...) a escravatura do Santa Fé não andava nas festas do Pilar, não vivia no coco como a do Santa Rosa. Negro do Santa Fé era de verdade besta de carga. O capitão dizia ele mesmo que negro era só para o trabalho. Ele não era negro e vivia de manhã à noite fazendo sua obrigação. [...] Era homem duro, era homem para amanhecer no roçado, de cacete na mão como feitor, fazendo a negada raspar mato, furar terra, plantar cana. (REGO, 2017, p. 195)

A mulher do Capitão Tomás, D. Mariquinha, também era muito trabalhadora, percebia-se isso através de sua pele muito queimada de sol e de suas mãos grossas de tanto trabalhar. Passava o dia na cozinha, debulhando milho para a comida dos escravos e dando conta dos outros afazeres domésticos. Ajudava o seu marido o quanto podia. Eles possuíam

duas filhas, sendo Amélia a mais velha e Olívia a mais nova. Desejavam para suas filhas a melhor educação, para que não precisassem sofrer e trabalhar como o restante de sua família. Assim, primeiro enviaram Amélia para um internato no Recife, de onde voltou sabendo tocar piano, bordar “com mãos de fada” e falando francês. Para dar vazão aos dons de sua filha, Tomás mandou trazer um piano da capital, um luxo que nenhum outro engenho próximo possuía. Em certo sentido, o piano em meio ao engenho representa bem as “ideias fora do lugar” a que se refere Roberto Schwarz (XXXX), uma tentativa de imitar a cultura europeia.

A casa grande do Santa Fé enchia-se da valsa triste da moça. A mãe deixava a cozinha, os negros a acompanhavam para ouvir D. Amélia tocando no seu enorme piano, de som tão bonito. [...] A mulher, cansada, de pele encardida do sol, de mãos grossas dos trabalhos da cozinha, de debulhar milho para negro, de cortar bacalhau, iluminava-se de alegria. [...] Todos de sua casa não deviam ser como ela fora, só do trabalho grosseiro, da vida como negro cativo. Não queriam para Amélia um marido assim como Tomás, homem que só tinha corpo e alma para o trabalho. (REGO, 2017, p. 197)

A outra filha, no entanto, enlouqueceu, da mesma maneira como aconteceria, anos depois (na linha temporal do romance), com a filha do mestre José Amaro. Esse acontecimento pesou muito sobre o senhor de engenho, que foi tomado por uma súbita tristeza que o acompanharia até o fim de sua vida.

O casamento de Amélia com o primo da cidade, segue os trâmites conhecidos do que Freyre chamou de “genrocracia”: a tentativa de elevar se aproveitar do status que o título de bacharel concedia. Como vimos na citação anterior, eles “não queriam para Amélia um marido tipo Tomás, homem que só tinha corpo e alma para o trabalho”, fazendo alusão a hierarquia entre o trabalho manual e intelectual, sendo este último aquele com mais prestígio. Casar a filha de um senhor de engenho com um bacharel da cidade seria elevar o status da família.

Porém, Tomás fez questão que o genro e sua filha continuassem a morar no Santa Fé. Queria manter Amélia por perto, pois não queria perdê-la como perdeu a outra para a loucura. Outro motivo seria sua vontade de que o genro tomasse gosto pelo serviço do engenho. Sabia que por ter vindo da cidade, o primo não tinha familiaridade com o processo de produção de açúcar. Mas ele herdaria o engenho, então precisava aprender. Tomás queria deixar o engenho na mão de quem cuidasse, continuasse e ampliasse seu trabalho.

Nos primeiros meses após o casamento, Lula estava sempre com Amélia, pedindo para que ela tocasse piano enquanto ele lia o jornal. Tomás achava que era comportamento normal para um casal em lua de mel e que tão logo esse período passasse o genro se envolveria

no trabalho. No entanto, para sua decepção, Lula não demonstrava interesse pelo que acontecia fora da casa grande, fosse no engenho ou nos partidos de cana. Tomás chegou a deixar um partido sob responsabilidade de seu genro, mas ela não se interessou. E, percebendo como Lula se comportava diante do engenho, começou a temer pelo futuro do Santa Fé e de sua família: “O que o capitão mais desejava era um marido para a filha que tivesse fôlego para o trabalho, que se entregasse com todo o corpo ao engenho. Mas o genro só queria viver de sala, naquela lordeza, falando de política, de gente de um mundo que não lhe interessava” (REGO, 2017, p. 209)

Foi Lula quem trouxe o famoso cabriolé do Santa Fé. De homem que trabalhou como um *camumbembe* para construir seu engenho, ao único senhor da várzea que possuía o luxo de ter tanto um piano quanto o cabriolé, o Capitão Tomás gostava dessa imagem de luxo associada ao Santa Fé. Tomás arranjou um par de bons cavalos para puxá-lo e ir à missa de cabriolé tornou-se um deleite para o senhor e toda a família, atraindo os olhares curiosos e admirados que recebiam. O cabriolé, para Tomás, tornou-se uma forma de reafirmar aos demais senhores que ele era alguém a ser respeitado:

O capitão Tomás era homem simples, mas gostava de mostrar aos senhores de engenho da Ribeira que não era o camumbembe que eles pensavam. Tinha filha que tocava piano, e genro que possuía cabriolé. [...] O cabriolé dera muita importância ao Santa Fé. A família do capitão Tomás, quando entrava na vila, chamava atenção do povo na rua. E ele gozava, de verdade, a importância que lhe vinha de tudo. (REGO, 2017, p. 208)

Tudo estava indo muito bem, Tomás possuía o respeito e admiração de todos do Pilar, dos “pequenos e dos grandes”, e o engenho seguia produzindo bem, de maneira que esses sucessos o projetaram como um ícone importante na política. Porém, nada conseguiu apagar a tristeza que a doença de sua filha Olívia lhe dava, a ponto de que começou a sucumbir diante dela. A fuga de um escravo, o negro Domingos, teve o efeito de um sopro de vida em seus pulmões e fez com que ele se enchesse de energia para recuperar sua propriedade e o respeito perdido pela fuga (um senhor que não consegue controlar seus escravos tende a ser visto com desdém). Como estava munido de seus direitos sobre o escravo, sentia que não havia ninguém que pudesse impedi-lo de trazê-lo de volta para o engenho.

As pistas o levaram até Goiana, onde precisou do favor do Barão para retomá-lo. Voltou ao Santa Fé e alguns dias depois apareceu um capitão do mato com o escravo que havia fugido. Para evitar que outros escravos o desrespeitassem dessa maneira, castigou o fugitivo

para mostrar aos demais o que acontecia com quem o desafiava. Aquele castigo foi sua forma de restabelecer a autoridade, demonstrando sua força.

Um tempo depois o escravo Domingos fugiu novamente, levando dois cavalos dessa vez. Como sabia que não estaria a salvo na várzea, foi para o sertão, onde os senhores de engenho não eram bem quistos e não conseguiam exercer sua autoridade. Nesta segunda vez, Tomás foi acompanhado de seu genro, Lula, e mais dois escravos em busca de recuperar os cavalos e o escravo. No entanto, as pistas os levaram a um sítio onde os senhores foram humilhados por um *camumbembe* do sertão, que se sentiu ofendido por ser acusado de cúmplice daquele crime. O capitão Tomás percebeu a situação delicada em que estava e tentou contornar a situação. Porém seu genro Lula, compreendendo a situação como uma falta de respeito tanto para com seu sogro quanto para com ele, começou a gritar, exigindo que o homem retomasse seu lugar de inferior. Isso subverteu as manobras de pacificação realizadas pelo sogro, de forma que a situação se agravou. Por fim, ambos acabaram humilhados na frente dos escravos levados como pajem, que assistiam embasbacados a aquela cena: “os dois negros, como sentinelas, olhavam para o grupo, pasmos de ver seus senhores com gente que falava com voz de senhor para eles” (REGO, 2017, p. 214).

O velho tinha sido ultrajado, era um homem que se considerava sem honra. (...) O capitão nos seus silêncios, vivia para dentro de si com violência. Partia ele do ponto de vista que estava derrotado, humilhado, sem honra, sem força para governar as suas coisas. Era um senhor de engenho sem respeito. Tivera um negro fugido, andara atrás dele, com o seu direito, com a sua razão, e fora, no entanto, insultado por um camumbembe qualquer, um sujeito de camisa para fora da calça, que quase lhe bateu. Não podia mais gritar para negro nenhum. E além de tudo, onde um filho para vingar o pai ofendido, onde um homem de sua gente que pudesse desagrává-lo, como ele bem queria que fosse? Havia um genro, muito bom homem, um mole, um lezeira. [...] O senhor de engenho do Santa Fé saíra atrás dum negro fugido e não tivera força para trazê-lo para a sua senzala. Era muita humilhação. (REGO, 2017, p. 217 – 218)

Toda essa humilhação fez com que o capitão Tomás fosse novamente consumido por uma tristeza, sofrendo do que podemos chamar de “doença da vergonha” causado pelo ultrage diante da incapacidade de recuperar o que era seu, sentindo-se incompetente em seu papel de senhor de engenho. Assim, se viu como um senhor de engenho diminuído, que não conseguia controlar e ser respeitado pelos próprios escravos. Essa situação também despertou a consciência de Lula sobre sua posição, sua coragem e poder. Sentiu-se pequeno diante de quem considerava um “traste qualquer, um camumbembe, e pela primeira vez ele percebeu sua fraqueza diante daquele mundo” (p. 219).

Voltando à descrição dos padrões de estima e jurídico, neste evento, o capitão Tomás viu se desfazer todo o prestígio que arduamente havia conquistado ao longo dos anos e viu seu direito sobre seu escravo não ser respeitado. O que José Lins do Rego nos mostrou com essas passagens, onde o senhor de engenho fica “doente” depois de sofrer um grande desrespeito, é o quão forte era a influência da normatividade na compreensão desses personagens acerca de si próprios, isto é, o peso psicológico desses reconhecimentos (ou a falta deles) em suas identidades a ponto de despedaçá-las, causando um dano concreto. Numa sociedade como era a canavieira do Nordeste, as identidades estão associadas ao estamento a que se pertence assim como em relação aos demais estamentos, isto é, numa relação vertical, já que hierárquica.

Vimos, ao falar do personagem José Amaro e embasados na teoria honnetiana, que os boatos a seu respeito provinham da maneira como ele se comportava, que era diferente do esperado para a sua classe/estamento social. O mesmo é válido para o estamento dos senhores de engenho, que também exige uma determinada maneira de se comportar, adequada a seu papel na sociedade e que inclui fazer valer sua autoridade, principalmente quando se está com “a razão”.

Os mosquitos gemiam no seu ouvido. A noite escura cobria a vergonha do senhor de engenho que não tivera força para arrancar um negro fugido. O capitão não podia dormir. Como poderia dormir um senhor de engenho que não tinha coragem de arrancar um negro de sua senzala das mãos de um ladrão de cavalos? REGO, 2017, p. 217)

No caso analisado, a opinião pública prevê como legítimo o direito que os senhores de engenho possuem sobre seus escravos. Dessa maneira, o capitão Tomás sente ter falhado em *ser um senhor de engenho de respeito*, compreendendo então que não merecia mais pertencer a este estamento, porque nem outros senhores, nem os escravos iriam mais lhe respeitar.

Com o desrespeito sofrido tanto pelo escravo que fugiu e que não conseguiu recuperar quanto pelo desrespeito de sua autoridade pelo *camumbembe*, Tomás sentiu toda a sua identidade – pautada em ser um senhor de engenho – se desfazer, sem condições de restauração. Pois, o senhor de engenho era uma das posições, se não a posição, de maior autoridade prática e válida naquela sociedade. Se ele não conseguiu por si só resolver essas questões, ninguém mais conseguiria por ele. A lacuna que se abriu em sua autopercepção foi tão grande que ele realmente adoeceu e morreu um tempo depois.

Lula também ficou muito marcado pelo destrato que recebeu ao lado de seu sogro. Naquele momento pôde perceber que o poder não era feito apenas pela posição que se

acreditava pertencer, mas também e principalmente pelo reconhecimento e respeito das demais pessoas. O sertanejo que os tratou como iguais sabia que Tomás era um senhor de engenho, mas demonstrou que “naquelas terras senhor de engenho não havia deixado suas marcas”; quanto ao genro, simplesmente não fazia ideia de quem era e nem queria saber. Ele se sentiu ofendido e chocado ao tomar consciência de que era fraco e vivia apenas nas sombras de quem foi seu pai.

Seu Lula parecia humilhado. Não pôde dormir. Dentro da mataria mexiam bichos, gemiam as vozes da noite. Os negros roncavam alto, o capitão enrolado para um canto, e o genro sem poder pregar os olhos. Veio-lhe então a lembrança do pai, noites e dias no meio das matas de Jacuípe, vivendo como um animal, assassinado, por fim, como um bandido perigoso. Morrera pelo chefe Nunes Machado. Então seu Lula, naquele ermo do sertão, por debaixo do umbuzeiro, com os negros e o sogro deitados na mesma terra, viu que não era nada, que força nenhuma tinha para ser como fora seu pai, Antônio Chacon. O que ele fora até ali? Nunca que um pensamento assim o perseguisse como aquele, naquele isolamento. Quisera falar com o ladrão e nada fizera. Fora o velho sogro que manobrava a retirada. Estavam vencidos, tinham fugido. Eram quatro homens com medo da fala mansa daquele cabra. (REGO, 2017, p. 216-217)

Com o sogro sem ânimo para viver e cuidar do engenho, Lula se predispõe a comandar. No entanto, ele dependia de um feitor para tomar conta de todo o engenho Santa Fé. Outro ponto negativo de seu senhorio foram os castigos que ele começou a infringir nos escravos sem motivo aparente. Interpretamos que esse era um efeito do desrespeito tanto visto quanto sofrido no evento da fuga do escravo Domingos. Por ter visto o que um escravo causou em seu sogro, reduzindo a dignidade do grande e respeitável capitão Tomás, entendeu por bem castigá-los ao menor indício de desrespeito. O problema, porém, é que Lula possuía muita sensibilidade no que se refere a seu orgulho, de forma que a menor das coisas era compreendida como uma tentativa de lhe diminuir. Assim, assumiu a postura de um senhor carrasco como uma forma preventiva para assegurar seu respeito. As pessoas se assustaram ao ver aquele homem pacato e de “fala mansa”, gritar e castigar de maneira cruel como estava fazendo. Ele via nos castigos uma forma de reiterar sua autoridade de maneira contínua, de forma paralela, corresponde a necessidade do mestre Zé de falar para todos que não era mandado por ninguém: ambos lutavam contra suas realidades.

D. Mariquinha não gostou de ver os desdobramentos do comando de Lula sobre o engenho. Via com preocupação tanto a transformação do genro em um senhor cruel quanto a fama de um engenho que tortura seus escravos. Tentando salvar o legado de seu marido, D. Mariquinha assume o Santa Fé, abalando a frágil confiança de Lula.

E o capitão na rede de varandas compridas, no seu silêncio desesperado. Não ficaria mais bom, pensava a mulher. Estava morto para sempre. Via que o genro não seria o homem para botar as coisas para a frente. Então d. Mariquinha do Santa Fé resolveu dar as ordens no seu engenho. Custara-lhe muito tomar aquela decisão. Era urgente. Ela bem vira no decorrer da safra que o genro não acudia às necessidades do engenho. Ela vira o caso do mestre de açúcar Nicolau, um negro de primeira ordem, que o Lula mandara surrar sem necessidade. Não gostava de ver negro apanhar assim, por qualquer coisa. (REGO, 2017, p. 219)

Lula, como seria de se esperar, estava se sentindo humilhado por sua sogra. Para alguém que se considerava numa posição muito superior a todos os que moravam no engenho e nos arredores, ter sua capacidade de mando ser questionada por uma mulher era uma ofensa muito grande. Como fica explícito no romance, toda a comunidade começou a falar sobre o que estava acontecendo no Santa Fé, pois “*com um genro dentro de casa, a velha Mariquinha preferira ser o homem da família*” (p.220). O patriarcado era a maneira pela qual a sociedade nordestina se organizava, de forma que o homem era chefe da família responsável pela subsistência de todos. Dessa forma, Lula estava sendo ofendido não apenas quanto a sua aptidão para o negócio, mas também em sua masculinidade. Existia em sua casa “*mulher mais homem do que ele*”.

Como foi dito sobre a visão que José Lins do Rego possuía de seu avô, sobressaía sua autoridade. O senhor de engenho era visto como uma espécie de pai, que agia na maior parte autoritariamente, mas que também demonstrava generosidade quando necessário. Seu Tomás segue esse perfil, porém Lula segue na direção oposta, demonstrando um alto grau de incompetência para sustentar sua família através do engenho, dependendo das moedas de ouro que seu sogro havia deixado. Sua sogra, por mais que respeitasse a hierarquia patriarcal, conseguiu perceber que ele não possuía nem as qualidades nem a energia necessária para comandar a família e o engenho e, para piorar, possuía uma crueldade incontida para com os escravos. Por isso D. Mariquinha decidiu romper com as expectativas e substituir o marido ao invés de deixar que seu genro cumprisse essa obrigação.

Lula cortou suas relações com sua sogra, que identificava como a culpada por toda aquela humilhação que estava sofrendo. O desdobramento desse conflito se deu quando Tomás morreu e Lula fez exigência sobre o inventário, demandando uma parte das moedas de ouro que o sogro havia enterrado no engenho. Chegou a acionar advogado para ajudá-lo em sua causa. No entanto, esse comportamento não foi bem-visto pela comunidade e principalmente pelo juiz que era amigo dos pais de sua esposa. Dessa forma, ele se viu sem forças suficientes para fazer valer suas vontades, pois “*toda a várzea ficou com a viúva*” (Rego, 2017, p. 224). Como

resultado de sua investida contra a sogra, ficou taxado como um “caça-dotes”, um homem que se casou por dinheiro. Tendo isso em vista, a fama de seu Lula foi construída de forma negativa. Aos olhos do povo, Lula era um homem cruel, que ficou contra a própria sogra porque havia se casado apenas pelos dotes e que era extremamente arrogante.

Não demorou muito e a senhora do engenho Santa Fé adoeceu, por tristeza, ficando de cama após uma grande briga com o genro, que não a deixava se aproximar da própria neta. Lula colocou essa limitação como uma forma de castigá-la pelas ofensas sofridas. Com a morte de D. Mariquinha “todo o Santa Fé entristeceu” e a “escravatura se alarmou. Seu Lula seria o dono de tudo.” (Rego, 2017, p. 228)

Como dono oficial do engenho, a postura de Lula não mudou. Passava os dias inteiros brincando com sua filha, enquanto deixava o engenho sob os cuidados de um feitor chamado Deodoro. O Santa Fé continuava produzindo, mas não com a mesma intensidade e qualidade de outrora. Começavam, então, a aparecer os primeiros sinais da decadência do engenho, ainda que não alarmantes. O desprezo que Lula alimentava por aquele estilo de vida, fazia com que não se preocupasse que o engenho estivesse em ponto de se comparar aos outros maquinários e, com isso, o engenho se tornou obsoleto, do tipo que ainda produzia dependendo de força animal. Como observou Souza Barros (1972), houve certa resistência de muitos senhores de engenho para aderir a modernização tecnológica de produção de açúcar, no entanto, no caso de Lula, percebemos uma clara falta de interesse por todo aquele estilo de vida.

Outro comportamento esperado do senhor do Santa Fé não continuado por Lula, foi o referente às generosidades mantidas pelo capitão Tomás, que ajudava a igreja e distribuía potes de mel para o povo do Pilar. Mas isso se perdeu com o novo senhor, que passou a ser conhecido como sovino. Lula também não teve interesse em renovar os laços sociais da família da mulher, de maneira que não visitava os engenhos vizinhos, o prefeito e demais autoridades: “o juiz de direito, desde a partilha do sogro, que era seu inimigo” (230). Lula era dono de um engenho e não necessariamente um senhor que provia tanto a sua família quanto às demais pessoas que lhe eram dependentes. Lula era um homem da cidade que não se adaptou à vida rural, a qual parecia desprezar. Assim Lula se isolou com a família em seu próprio mundo, onde seu sobrenome era mais importante do que as opiniões da *gentalha*.

Sabia que todos o tinham na conta de mau, de orgulhoso, de malvado. Antes da abolição fizeram lá (Pilar), num sábado de aleluia, um testamento de judas, onde ele aparecia como um monstro, matador de negros. Aquela canalha do Pilar não lhe perdoava o desprezo que ele lhe tinha. Quando lhe morreu o sogro, pensaram que fossem continuar a desfrutar do Santa Fé, como propriedade, a mandar pedir carga de

lenha, potes de mel, e tudo mais que o capitão Tomás dava, de besta que era. Tudo ali era seu, só seu e nada fazia para agradar aquele povo de pedintes. (REGO, 2017, p. 248)

A abolição da escravidão foi um importante marco da decadência do engenho Santa Fé. Ao contrário dos outros engenhos, onde supostamente muitos negros ainda permaneceram, no Santa Fé todos os negros foram embora, com exceção do boleeiro Macário que possuía uma adoração pelo senhor. Dessa forma, sem escravos para o eito, o Santa Fé praticamente parou

E o Santa Fé ficou com os partidos no mato, com o negro Deodato sem gosto para o eito, para a moagem que se aproximava. Só a muito custo apareceram trabalhadores para os serviços do campo. Onde encontrar mestre de açúcar, caldeireiros, purgador? O Santa Rosa acudiu o Santa Fé nas dificuldades, e seu Lula pôde tirar a sua safra pequena. O povo cercava os negros libertos para ouvir as histórias de tortura. (REGO, 2017, p. 232)

Antes o engenho continuava produzindo porque os escravos não possuíam escolha. A liberdade que lhes foi concedida foi a de escolher para quem e quando iriam trabalhar (Garcia, 1990). O negro José Passarinho, um personagem constante no romance, exemplifica, com sua irreverência, a autonomia adquirida que lhe permitia fazer o que quisesse, ou simplesmente não fazer. Dessa forma, devido a crueldade do coronel Lula, não houve um negro que quisesse continuar no Santa Fé após a abolição. O fato de ser, na linguagem local, um *homem sem trato* e um *sovina*, dificultou-lhe encontrar trabalhadores livres para o eito. Como podemos observar, não se trata apenas de uma questão econômica, tendo em vista que a questão social e afetiva, mal coordenada por Lula, também interferiu para a decadência de seu engenho.

Essa foi a primeira vez que José Paulino, senhor do engenho Santa Rosa, ajudava o Coronel Lula. A segunda vez ocorreu quando um senhor, que apareceu pela várzea, acusou que no Santa Fé havia um pequeno terreno que lhe pertencia de acordo com sua escritura. Nesse caso, foi o senhor do Santa Rosa quem teve força e dinheiro para resolver a situação

O coronel José Paulino do Santa Rosa montou a cavalo e foi ao Engenho Velho. E de lá voltou com a questão morta. No outro dia passariam a escritura da propriedade. Comprara o Engenho Velho para servir ao amigo apertado. Dera pelas terras mais do que elas valiam ara que ali na várzea não existisse um cabra atrevido que ousasse fazer aqui que estava fazendo com o Santa Fé. [...] Seu Lula e a família foram de cabriolé agradecer a intervenção generosa do vizinho. [...]. Mas seu Lula de repente se sentiu coberto de vergonha. Era um medroso, era um homem sem força no meio dos outros. [...] Seu Lula passou pela porta do seleiro e pela cabeça atravessou-lhe uma ideia como relâmpago. Por que não se servira do velho Amaro para se defender contra o cabra atrevido? Poderia ter liquidado o atrevido, e não ficar, como ficara, um homem que precisara da proteção dos outros para resolver uma questão que era sua só. Não era um senhor de engenho. (REGO, 2017, p. 245 - 246)

Faltavam ao coronel Lula as qualidades sociais necessárias para exercer o papel de senhor de engenho. Por não ter nascido e crescido naquele ambiente, não sabia como lidar com essas situações, que eram muito distantes de sua realidade. Sua inabilidade faz com que estivesse sempre dependendo da ajuda dos demais senhores de engenho, principalmente do coronel José Paulino. A cada ajuda recebida, mais consciente ele se tornava sua fraqueza física, social, política e financeira. Como forma de recuperar o orgulho ferido, negou convite realizado pelo senhor do Santa Rosa para que comandasse a Câmara Municipal, cargo que seu sogro assumiu muitas vezes. Lula entendia que o convite era mais uma maneira de José Paulino demonstrar a todos que o dominava.

Seu Lula rezava e não sabia de mais nada. Agora era assim. O amor de Deus o absorvia inteiramente, naqueles instantes. Quando o cônego Frederico elevava ao senhor o cálice de ouro, e as campainhas ressoavam na igreja, ele sentia-se uma vítima dos homens. Aparecia-lhe então a imagem de seu pai, a figura de Nunes Machado, o passado de sacrificado, filho da viúva pobre. Sim, ele. Luís César de Holanda Chacon, não era o que deveria ser, fora roubado o que era seu, do que devia ser somente seu. Baixava a cabeça e batia nos peitos. Tinha sido roubado. Mataram-lhe o pai, roubaram-lhe o que era de sua mãe, roubaram-lhe os negros com a lei. E a figura do vizinho, o rico José Paulino, mandando-lhe patente de coronel, comprando-lhe terras para livrá-lo de uma questão perigosa, tudo isso que aos outros poderia parecer uma grandeza d'alma, doía-lhe como ofensa, como ultraje. Estava reduzido a nada. (REGO, 2017, p. 249)

Devido à história de sua família e por ter vindo da cidade, Lula vivenciava a sensação de deslocamento, ele não se sentia inserido no estamento de senhores de engenho e, em certo sentido, não queria estar integrado a ele pois não os via como iguais. Sua forma de vida se aproxima mais de um individualismo que floresceu primeiro nos centros urbanos e que contrastava com a solidariedade parental (Queiroz, 1976) que havia no Pilar. Seguia atrelado aquele pedaço de terra porque era a única coisa que realmente possuía. Dessa maneira, podemos descrevê-lo como um homem preso entre dois mundos, o urbano moderno e o rural tradicional.

Assim como ele não entendia aquele mundo, os senhores de engenho também não conseguiam compreender por que o coronel Lula, o mais fraco dentre os senhores, não se envolvia com a política - meio pelo qual poderia adquirir mais poder e prestígio. Pois, conforme explicado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), o poder político, ao lado da fortuna, era um aspecto importante para se tornar reconhecido. As condições precárias e obsoletas do Santa Fé não lhe ajudariam em sua escalada política e social, mas a entrada pela política, facilitada pelo prestígio que acompanhava seu sobrenome, seria a forma pela qual conseguiria suprir suas fraquezas e resolver suas pendências.

Os motivos que levaram Lula a não se envolver com a política são: as consequências que sofreu em sua vida devido à morte de seu pai, que lutava pelo Partido Liberal, e a lesão que sofreu em seus direitos sobre sua propriedade, com a abolição. Lula fazia parte dos senhores que Souza Barros (1972) menciona em seu livro, que acreditavam que o haviam lhes roubado os escravos através da abolição que lhes provocou um grande prejuízo de capital “investido”.

José Paulino tentou muitas vezes fazer com que Lula se envolvesse, para aproveitar do prestígio político associado ao sobrenome *Chacon*. Diante da constante recusa, Paulino pediu para que ele cedesse seus eleitores (isto é, os votos de cabresto daqueles trabalhadores que lhe eram sujeitos). Tendo em vista que se encontrava em dívida com o senhor do Santa Rosa, que havia o ajudado inúmeras vezes, não viu motivo para negar o pedido. No entanto, se arrependeu logo depois, quando compreendeu que havia dado a prova derradeira de sua fraqueza: “Então moradores de seu engenho seriam eleitores do seu vizinho? Sentiu-se diminuído.” (Rego, 2017, p.251). Conforme Queiroz, a relação entre o senhor e os votos dos seus eleitores se dá de acordo com seu poder de barganha, com o que o outro ofereceu ou pode oferecer – o voto em troca da terra cedida, ou como um favor ainda a ser pedido. Dessa forma, Lula cedeu também sua fonte de autoridade, ou seja, permitiu que em certa medida se transferissem para o seu vizinho os laços de dependência que havia “acumulado”.

De eleitor para líder político há uma troca de serviços, uma reciprocidade ou contraprestação, semelhante às que regem as relações individuais básicas. E assim, tanto se espera lealdade da parte do eleitor para com o coronel, quanto do coronel para com o eleitor. A exigência de um coronel para que seus apaniguados votem em determinado candidato – imposição muitas vezes sem apelo –, tem como contrapartida o dever moral que o coronel assume de auxiliar e defender quem lhe deu o voto. (QUEIROZ, 1976, p. 178)

Essa atitude atesta seu fracasso diante do papel de senhor de engenho. E, por mais que tenha se isolado dos demais moradores, ainda se importava com o respeito à sua autoridade por parte da comunidade. Tendo em vista que o coronel Lula é um homem preso entre dois mundos, sua sensação de deslocamento lhe causa muitas confusões e sofrimento, ao passo que se encontra pressionado por diferentes expectativas morais e forças sociais.

Sob seu comando, o Santa Fé tornou-se a representação da decadência. Aquele engenho que, apesar de pequeno, havia produzido mais de 2000 pães de açúcar, com a administração de Lula mal produzia 50. “A barba de Lula era toda branca” atestando a passagem de tempo, não significavam mais sabedoria na lida com a produção, mas sim o contrário: “as safras de açúcar e algodão minguavam de ano para ano. As várzeas cobriam-se de grama, de mata-pasto, os altos cresciam em capoeira. (REGO, 2017, p. 260). A situação do exterior das

plantações eram um reflexo da miséria que existia dentro da Casa Grande e que tentavam, a todo custo, esconder.

Lula é surpreendido pela notícia de que o morador José Amaro, seu dependente, era um lobisomem e que havia ainda falado de sua filha Neném. Com receio de que a história do negro Domingos se repetisse, ele agiu rápido para preservar sua autoridade e reestabelecer a honra de sua filha: tomou a decisão de expulsar o seleiro de suas terras. No entanto, o mestre Amaro estava envolvido com o capitão do cangaço que intimidava a todos os senhores de engenho. Dessa forma, a recusa do seleiro em acatar a expulsão tomava a forma do golpe final na já frágil autoridade de senhor de Lula, incapaz de fazer valer sua palavra-lei em suas próprias terras.

Podemos dizer que o famoso cabriolé de Lula representava seu orgulho: era algo incomum para a vila do Pilar e encarnava todo seu luxo e sua “lordeza”. Ao mesmo tempo, mostra que ele não possuía os meios para sustentar aquela pompa, pois todo o carro estava caindo aos pedaços. Nesse paralelo podemos visualizar a dialética do senhor e do escravo, no sentido de que o status de Lula, assim como seu carro, necessitava do Mestre Zé para a sua manutenção

No romance, torna-se claro que o juízo realizado pelo povo do Pilar é uma constante nas lutas por reconhecimento que ocorrem ali. Como no caso do lobisomem, o “falatório do povo” tem consequências concretas para a percepção de poder do senhor de engenho, pois representa a consciência coletiva daquela sociedade. Por ter vindo da cidade e por pertencer a uma família importante de Pernambuco, Lula parecia não se dar conta da importância que aquela comunidade rural, a qual desdenhava, tinha para a legitimação de sua identidade. Para ele, o sobrenome deveria exercer, por si só, um direito quase divino ao poder e respeito.

Dessa maneira, por se considerar digno demais para se relacionar com as pessoas do Pilar, tornou-se um senhor de engenho que todos da vila estranhavam. É interessante pensar nos diferentes polos de estranhamento que envolveram os dois senhores do engenho Santa Fé. As pessoas estranharam Tomás porque ele era um senhor que trabalhava ao lado dos escravos, que transportava com os cargueiros a sua produção para a venda. Já com Lula a situação é a inversa, tendo em vista que ele não se esforçava na administração da fazenda, estava constantemente vestido de terno e só saía de casa de cabriolé, enquanto um cresceu a partir da aproximação com o povo e através de muito trabalho, o outro decaiu justamente por se isolar das pessoas e por manter distância do serviço. Abdala Jr afirma que Lula se considerava uma

espécie de nearistocrata que desprezava “aquela gente” que “vivia de maneira próxima a de um bicho”. Ele não era um “homem de trato” porque não queria se envolver em relações que aparentemente diminuiriam as distâncias sociais que lhe era importante demarcar.

2.2.3 – Vitorino: “um homem que luta não é desfeito”

José Lins do Rego demonstrava, claramente, que Vitorino era um de seus personagens favoritos. Ele teria sido um “presente que recebeu de um homem”, o qual havia atormentado muito quando era criança.

Foi aí que me apareceu como em milagre que tivesse sobrepujado a minha memória, o grande capitão Vitorino Carneiro da Cunha, velho que atormentara na minha infância, que conhecera como o bobo do engenho, com a sua enorme cara raspada de palhaço e os seus gestos intempestivos e desabusados. Coisa curiosa, eu que fizera tanto sofrer ao velho inocente ia receber dele próprio a maior prova de amor humano. Vitorino Carneiro da Cunha, capitão Vitorino, entregou-se inteiramente ao romancista e o romancista conseguiu arrancar da sua vida a única coisa perdurável de sua obra – um herói sem medo e sem mancha. Imagino que tenha me redimido de todas as minhas crueldades com o relevo que o grande Vitorino assumiu no meu romance” (REGO apud CASTELLO, 1961, p.77)

O personagem Vitorino é muito louvado pela crítica literária que o considera como o Quixote nordestino: de aparência de palhaço cansado, um personagem cômico-trágico que luta contra as injustiças, guiado por suas ilusões de grandeza. Apesar de suas fantasias, ele consegue de fato matar alguns “dragões”, como por exemplo soltar “três de seus correligionários” da cadeira, com petição que fez de próprio punho contendo sua assinatura ao final. Ele procurava combater o que via como injustiça, ou seja, a forma desmedida como os senhores de engenho e o governo agiam por seus interesses, sem se preocuparem em respeitar as leis. Como disse Álvaro Lins:

É que este Vitorino Carneiro da Cunha é um pequeno D. Quixote, é o D. Quixote das populações do interior nordestino. Talvez seja esta a mais feliz criação do Sr. José Lins do Rego no seu mundo de personagens. Pelo seu quixotismo exprime-se a revolta, o inconformismo, a esperança de um povo; é também o protesto do escritor, a certeza de sua identificação com sua gente. (LINS, 1970, p. xxxvi)

Ele representa um ideal de justiça naquela pequena sociedade dominada pela injustiça. O seu cômico decorre do caráter absoluto que ele imprimiu ao seu sentimento de justiça. Vitorino está colocado contra o senhor de engenho arrogante e a favor do senhor de engenho desgraçado, contra os cangaceiros e contra os soldados da polícia, contra todos os excessos e violências. O seu cômico é o seu delírio pela justiça absoluta. (LINS, 1970, p. xxxviii)

Vitorino é um homem branco de olhos azuis, é um homem livre e pobre, que possui apenas um sítio. É casado com Adriana, uma mulher que fugiu da seca do sertão e se casou por

conveniência. Ambos tiveram um filho, Luís, que foi para a marinha e mora no Rio de Janeiro. Vitorino é primo de José Paulino, o importante senhor do engenho Santa Rosa. Devido a essa posição, o personagem quixotesco usufrui do poder de seu primo, que lhe chega através da *solidariedade parental* (Queiroz, 1976). Apesar disso, demonstra não fazer questão desses privilégios familiares. Por isso, ele constantemente negava os favores que seu primo lhe oferecia e, nas eleições, se posicionava como sua oposição. Ele não queria se sentir em dívida com José Paulino, pois sabia que o custo seria sua liberdade e seu princípio de justiça.

Dissemos anteriormente que uma característica que une os três personagens é o orgulho. O orgulho de José Amaro se baseia na consideração que os outros lhe direcionam, de forma que podemos dizer que sua luta por reconhecimento se encontra nas searas do afetivo e da estima social. Da mesma forma, o de Lula também pode ser localizado no padrão de estima social, tendo em vista que ele busca ser reconhecido por seu sobrenome: é um orgulho aristocrático. No entanto, o de Vitorino seria, segundo Benjamin Abdala Jr, um orgulho humanitário, pois ele deseja ser reconhecido pela sua capacidade de ajudar os outros e de fazer justiça. Nesse sentido, observamos que ele luta para reafirmar sua liberdade enquanto auxilia na luta dos demais personagens por justiça. Se enquadra, então, nos padrões de estima-social (por querer ser reconhecido como útil à comunidade) e jurídico, por tentar fazer valer a lei para todos: “Quem tem a lei a seu lado, doutor, não deve temer. O senhor tem a Justiça” (REGO, 2017, p. 357). Para defender sua honra de homem “macho” recorre à tabica²³, erguida nos momentos em que sofre algum desaforo. Apesar de rejeitar sua posição de protegido de seu primo, é justamente essa posição privilegiada que lhe permite questionar o poder estrutural das grandes famílias (conhece intimamente o sistema por dentro) e que lhe permite se colocar como um herói popular. (ABDALA JR, 2017)

Vitorino questionava também a forma como agiam tanto a “força do governo” – representado pelo Tenente Maurício – quanto os cangaceiros – representados pelo capitão Antônio Silvino. Pois, sob seu ponto de vista, todos eles eram corrompidos por se sujeitar aos interesses dos oligarcas que não se importavam com o povo.

Parou um cavaleiro na porta. Era Vitorino que não apeou. Ia de rota batida para o Oiteiro a chamado do primo Augusto. Estava furioso com o tenente Maurício.

- Passei ontem um telegrama ao chefe de polícia. Não admito violência, isto aqui não é cu de mãe joana.

- Deram mesmo no italiano, compadre?

- Vi o homem que faz pena, meu compadre. Polícia de bandidos. É por isso que o povo está com o capitão Antônio Silvino. É, mas este chefe de polícia vai conhecer a minha

²³ Uma espécie de chibata.

força. Gastei quatro mil-réis num telegrama danado. O povo desta terra não é cachorro vadio. (REGO, 2017, p. 107-108)

Em *Fogo Morto*, podemos dizer que Vitorino encarna a consciência do povo e procura agir a seu favor, como um herói popular. Pois, as pessoas que se encontravam na base da hierarquia social entendiam e sofriam as desigualdades daquela sociedade e, assim, conseguiam perceber de onde o poder emanava. Vitorino, pela crença absoluta em sua própria força para mudar as coisas, não se deixa abalar por não ser levado a sério pelo governo ou por ser tratado como um cachorro ou uma criança por aqueles que possuem poder na comunidade. Esta maneira de agir, encarada por muito como loucura, permitiu-lhe alguns feitos admiráveis. Por exemplo, quando se encontrou com o cangaceiro Antônio Silvino, procurando defender Lula, não se intimidou e lhe falou todas as verdades que sentia. Ainda assim, sobreviveu.

Aquele velho era como se fosse uma criança, um menino levado dos diabos. No fundo, naquele instante, ele admirava Vitorino. Vitorino dizia tudo o que ele desejava dizer. Tudo o que lhe ia na alma sobre os grandes da terra era o que aquele velho desbocado gritava aos quatro ventos, na cara dos poderosos. (REGO, 2017, p. 91)

No entanto, a primeira aparição de Vitorino no romance se dá em uma conversa com o mestre José Amaro, que no início enxergava-o com desprezo, pois considerava que ele era um homem que não se dava o respeito. Novamente a opinião pública da comunidade é utilizada pelo autor como força julgadora que sentencia o caráter das pessoas. Nesse sentido, somos informados que o Vitorino sendo caçoado por todos, que ele “era piada na boca do povo” que o chamava de *Papa-Rabo*²⁴. O seleiro se incomodava com seu comportamento inconsequente e com o fato dele ser primo do homem que odiava, o senhor de engenho José Paulino. Apesar de tudo, Vitorino e José Amaro encontravam-se vinculados pela relação de *compadrio*²⁵.

O mestre José Amaro olhou-o com desprezo. Sempre lhe causava mal-estar aquela companhia de um pobre homem que não se dava o respeito. Era demais aquela vida sem rumo, aquele andar de um lado para o outro, sem fazer nada, sem cuidar de coisa nenhuma. [...] O velho Vitorino olhava para o compadre como para um inferior. Era seleiro, um mestre de ofício que gente branca como ele não devia levar em conta. (REGO, 2017, p. 53)

²⁴ Durval Albuquerque Júnior, em entrevista na TV Afiada (em dezembro de 2017), chama atenção para uma curiosidade: Vitorino pode ser visto como o primeiro personagem no Brasil no qual se faz alusão à homossexualidade através de seu apelido.

²⁵ Essa relação se deve ao fato de que o personagem José Amaro era padrinho de Luís, filho de Vitorino. Essa situação se concretizou a contra vontade deste último, que desejava chamar de compadre seu primo para diminuir a desigualdade entre os dois.

Como observamos na citação acima, apesar de defender a justiça das leis, Vitorino não desejava desfazer das hierarquias sociais, principalmente daquelas pautadas sobre a raça. Tal comportamento retrata a ideologia eugenista que orientou as relações sociais por muito tempo no país, enquanto se acreditava no determinismo biológico. Nessa ideologia, o racismo imperava e a miscigenação era compreendida como degeneração, de forma que todos aqueles que não eram brancos eram vistos como inferiores.

A política, como explicitada por Queiroz (1976), era uma importante (se não a mais importante) arena naquela sociedade. tendo em vista o caráter já explicitado do personagem, não nos surpreende que Vitorino fizesse questão de se envolver nas disputas políticas. Assim, ele se colocava como cabo eleitoral para todos aqueles que faziam oposição ao seu primo José Paulino, o senhor do engenho Santa Fé que se encontrava com o poder sobre a vila. É por isso que ele sempre estava na estrada, procurando conquistar votos com os eleitores que, em sua fantasia, acreditava que lhe tinham na mais alta estima e que seguiriam sua orientação para a próxima eleição.

No entanto, como falamos anteriormente, o mestre era morador do engenho Santa Fé e, conseqüentemente, deveria seguir o voto de seu senhor. Como Lula cedeu seus eleitores para José Paulino, mestre Zé supostamente não deveria votar no candidato indicado por seu compadre Vitorino. José Amaro não lhe garantiu nem negou o voto, mas Vitorino estava tão certo de seu poder que comentou com o coronel Lula que o seleiro estava com ele nessa eleição. Essa informação gerou uma primeira animosidade entre o senhor e o morador, que, como sabemos, veio a ser agravada depois.

O mestre foi preparar para sair. Estava na porta, de chapéu na cabeça para a viagem, quando chegou o negro Floripes:
- Boa-tarde, seu mestre. Está de saída?
- É, já vou pra casa.
- É, seu mestre, que o coronel mandou lhe falar sobre uma questão do capitão Vitorino.
- Que negócio é este, seu Floripes?
- O capitão Vitorino anda dizendo que o mestre vai votar contra o coronel José Paulino, e o meu padrinho mandou falar com o senhor para tomar cuidado.
José Amaro parou um instante. A cara amarela ficou mais lívida ainda.
- Seu Floripes, pode dizer ao coronel que o mestre José Amaro não é escravo de homem nenhum. Eu voto em quem quero. O meu compadre Vitorino me falou neste negócio de eleição, e eu nem sei mesmo o que é que ele quer. Não vou atrás de cabeça de doido. (REGO, 2017, p. 65)

Tendo em vista a vida que levava o marido, Adriana tomou para si o papel de sustentar a casa. Para tanto, se valia de sua pequena horta e de seus animais e fornecia o serviço de castração de frango para outras casas e engenhos, atividade sobre a qual demonstrava ter muita maestria, de forma que era sempre procurada. Ela veio do sertão por volta do ano de

1877, devido à seca. Seu casamento se deu por conveniência, no entanto, ela possuía estima pelo marido, que via como um menino que não tomava consciência da proporção e das consequências de suas ações: “era um homem branco²⁶, um homem bom, uma criança sem juízo” (REGO, 2017, p. 81). Com ele teve um filho, chamado Luís, que foi para a marinha. Como viviam apenas os dois na casa de Vitorino, já que seu filho estava longe, ela era a única pessoa para lidar com as confusões de seu marido. Adriana, devido a visão infantilizada que possuía do marido, “[se admirava] que houvesse gente que desse ouvido às tolices de Vitorino. Tivera mais de uma vez que se valer do povo do Santa Rosa, para tirar Vitorino de embrulhadas” (REGO, 2017, p. 79)

Vitorino aparece machucado várias vezes ao longo do romance devido às brigas que trava com os mais diferentes tipos, que variava de moleques de engenho até juiz ou prefeito. Na maioria das vezes ele brigava para defender seu valor. Pois, quase todas as pessoas da vila o consideravam doido, negando-lhe, de alguma maneira, o grande prestígio que acreditava possuir. Para lidar com essa constante negativa pública de seu valor, Vitorino ressignifica esses eventos. Diz para si mesmo que as pessoas o desrespeitam por conta de perseguição política ou por inveja. Mesmo quando sai machucado dessas brigas, acredita que provou seu valor.

- É isso que o senhor vê, meu compadre. Me perseguem desse jeito
Chegara gente da casa para animá-lo.
- Caí com o corpo todo. Muito obrigado. Estes cabras me pagam. Isso é coisa do Juca do Santa Rosa. Estas desgraças me pagam. Corto a cara do sábado de rebenque.
O mestre Amaro falou manso para o compadre:
- Compadre Vitorino, eu não quero dizer nada, mas o senhor é o culpado de tudo isso.
- Culpado de quê? Não está vendo que isto é perseguição política? Estão com medo do meu eleitorado. Cabras safados. Vou mostrar a todos quem é este velho Vitorino Carneiro da Cunha. Não enjeito briga. Se querem no pau, vamos no pau. (REGO, 2017, p. 56)

Dentre os personagens, Vitorino é o único que parece pouco se afetar pelos desrespeitos sofridos devido ao processo de ressignificação. De determinada maneira, ele consegue lutar contra os desrespeitos através da criação de uma narrativa própria dos fatos. Nesse processo, as ações que negativam sua identidade passam por um processo de inversão de valor e, no fim, reforçam sua crença no próprio prestígio. Obviamente há momentos em que a mágoa aparece. O personagem do mestre José Amaro consegue percebê-la em meio a uma das inúmeras vezes em que ele é chamado de “papa-rabo”:

²⁶ Mais uma vez a cor “branco” é indicada como afirmação de bom. Tendo em vista que ela era uma sertaneja e certamente mestiça, o casamento com um homem branco lhe fez ascender. Ao mesmo tempo, o fato de Vitorino ter se casado oficialmente com ela, indicava um comportamento contraditório com a ideologia eugênica que o guiava.

José Passarinho foi andando, e quando chegou na estrada voltou-se para a tenda, e com as forças gritou:

- Papa-Rabo!

E deitou a correr. Lá de longe ainda se ouvia a gritaria do negro. “Papa-Rabo!”. O mestre José Amaro olhou para o compadre e descobriu na cara dele uma mágoa. Era a primeira vez que ele sentia aquilo no velho. Estava triste o capitão Vitorino Carneiro da Cunha. (REGO, 2017, p. 94)

No entanto, em pouco tempo ele muda o foco e se agarra novamente em suas fantasias eleitorais. Sua crença nessas fantasias é tão grande que ele empreende esforço para concretizá-las. Por isso, com a rara coragem que possui, fala com todos, viaja a capital, telegrafa para as pessoas mais distintas etc.

[...] como se voltasse de um pensamento que não havia concluído: - Compadre, as eleições estão aí. O Rego Barros é homem para botar ordem nessa nossa Paraíba. Veja que quem lhe está falando é homem que conhece a política como a palma da mão.

- Compadre, eu não estou pensando nessas coisas. Vivo aqui nesta tenda, e quero sair daqui para o cemitério.

- Besteira. O compadre tem o seu voto.

- O que é um voto, meu compadre?

- Um voto é uma opinião. É uma ordem que o senhor dá aos que estão de cima. O senhor está na sua tenda e está mandando num deputado, num governador.

- Compadre Vitorino, eu só quero mandar na minha família.

- É por isso que esta terra não vai adiante. É por isso. É porque um homem como o meu compadre José Amaro não quer dar valor ao que tem.

- Não tenho nada compadre. (REGO, 2017, p. 94)

É interessante perceber como o romancista conseguiu captar a questão do voto nesse diálogo simples. É praticamente a mesma descrição que Queiroz (1976) nos dá em seu artigo “Coronelismo numa interpretação sociológica”. Com ela percebemos que Vitorino possui uma perspectiva do voto como ação cidadã, concepção incomum para uma pessoa em seu contexto e posição social. Assim, esse comportamento reafirma a postulação que fizemos anteriormente, de que nesse romance todos os personagens principais se encontram deslocados dentro das mudanças que estão ocorrendo naquele mundo.

Vitorino, porém, é um personagem que consegue, ao contrário dos outros, lidar bem com a situação e inclusive, enxergar um lugar para si no futuro. Quase ao final do livro, somos conduzidos pela forma como imagina que será seu mandato como prefeito. No início do romance ele é tido como louco e desajustado, mas no fim constatamos que seu personagem encontra um lugar de destaque naquela pequena sociedade, concretizando parte de suas fantasias. Dessa maneira, a mudança social que perpassa aquela sociedade oligárquica lhe aparece como uma oportunidade real de ascensão social.

Vitorino, contra a politicagem injusta do seu primo define que: “Em política, estou contra ele. Vitorino Carneiro da Cunha não vai com esta história de senhor de engenho querer fazer de terra como o Pilar, bagaceira” (REGO, 2017, p. 186). Ele acredita que a vila do Pilar seria mais bem governada por alguém que não compactuasse com o mandonismo do senhor de engenho e, desta maneira, se coloca como a melhor opção para prefeito. Pois, ele seria ele o único capaz de dar para a Vila do Pilar o que ela realmente precisava e merecia. Em seu governo o povo não seria roubado e todos pagariam impostos, sem exceção. Com ele, o dinheiro público seria utilizado para realizar melhorias para toda a população e não para encher os bolsos dos poderosos e corruptos.

Um dia tomaria conta do município. E tudo faria para que aquele calcanhar de judas fosse mais alguma coisa. Então Vitorino se via no dia de seu triunfo. Haveria muita festa, haveria tocata de música, discurso do dr. Samuel, e dança na casa da Câmara. Viriam todos os chaleiras do Pilar falar com ele. Era o chefe, era o mais homem da terra. E não teria as besteiras de José Paulino, aquela tolerância com sujeitos safados, que só queriam comer no cocho da municipalidade. Com Vitorino Carneiro da Cunha não haveria ladrões, fiscais de feira roubando o povo. Tudo andaria na correta, na decência (REGO, 2017, p. 376)

O fato de ser um homem branco e livre, dono de seu próprio pedaço de terra, permitiu-lhe ter consciência das estruturas de poder e agir sem “papas na língua”. Por ser um homem livre e dono de sua própria terra, clamava para si o direito de igualdade perante os senhores de engenho e superioridade diante das pessoas que eram dependentes e possuíam condições piores que a sua. A passagem que segue representa bem de onde vem o comportamento de Vitorino, que foi caricaturado pelo autor:

Proprietários das terras em que faziam suas roças; residindo em bairros rurais no meio de parentes e aderentes sitiantes como eles; negociando livremente os produtos de suas roças nas feiras locais ou regionais – formavam estes sitiantes blocos com os quais se devia contar e que pesavam numa eleição. Sempre foram homens livres, proprietários, e sua situação de liberdade de trabalho desenvolveu neles uma consciência de sua “igualdade” para com os fazendeiros, numa sociedade cuja definição principal durante quase três séculos se dera em função da divisão entre homens livres e escravos. A elevação dos escravos a homens livres, em 1888, não diluiu essa diferença; passou-a para outra perspectiva, dividindo agora os possuidores dos sem posses. Pois os antigos escravos não se transformaram em possuidores da terra com a liberação, e sim em mão-de-obra dela desprovida; e os sitiantes, que já existiam, continuaram como proprietários. (QUEIROZ, 1976, p. 177)

Devido ao seu jeito jocoso, “sua cara gorda, toda raspada”, em sua égua já velha, as pessoas não o levam a sério, normalmente o tendo como alguém que “não é bom da cabeça”, uma criança que não possui compreensão real da realidade, sempre fantasiando. Dessa forma, não é retalhado, na maior parte do romance, pelo que fala. Mas sempre que alguém perde a

paciência com seu “falatório” e chega a lhe agredir, essa pessoa é considerada como malvada por parte da população local.

Próximo ao fim do livro temos o momento de maior relevância para a consolidação de Vitorino como herói do povo: o julgamento de José Amaro, o cego Torquato e o negro Passarinho, seus três protegidos. Eles são levados ao tribunal para serem ouvidos pelo juiz: “a sala de audiência se encheu de toda a gente da vila” (REGO, 2017, p. 358). O fato do tribunal está repleto pelos moradores da vila simboliza que ocorreria, ao lado do julgamento judicial, o julgamento moral e social dos envolvidos. Eles haviam sido presos sob a acusação de que estavam a serviço do capitão do cangaço, Antônio Silvino, e que, dessa forma, possuíam informações que ajudariam a capturá-lo. A maneira como o tenente Maurício se comportou, prendendo-os sem provas e torturando-os, fez com que o juiz Samuel (que se tornou muito próximo de Vitorino) iniciasse um processo, para demonstrar que as leis possuíam força e que não estavam à mercê da arbitrariedade de outrem. Isso pode ser lido como um indicativo da decadência da grande tradição coronelista que estava em curso naquele momento, pois demonstra o fortalecimento das instituições públicas, que caminhavam no sentido de diminuir as interferências dos interesses privados sobre suas decisões.

Esse evento se tornou um grande dia para Vitorino porque ele que se postou ao lado de seus “clientes”, que defendeu através da mobilização das leis para contra a autoridade arbitrária dos grandes senhores, não apenas daquela terra, como também do estado. A petição lida em voz alta pelo juiz foi escrita com sua letra, havia seu nome e sua assinatura: “Todos estavam sabendo que ele não era um qualquer. O tenente Maurício encontrava homem pela frente” (REGO, 2017, p. 359). No entanto, como era comum àquela sociedade, o tenente não obedeceu aos desígnios do juiz, se recusou a soltar os presos e mandou prender também Vitorino: “Aqui nessa merda mando eu. Apareça juiz, apareça o diabo, para ver o que eu faço” (REGO, 2017, p. 362). Sua prisão gerou uma comoção generalizada, pois todos da vila, desde os mais abastados até os mais miseráveis estavam em sua defesa contra a arbitrariedade do tenente. Porém, foi seu primo, José Paulino, que, contra a sua vontade, mais uma vez conseguiu interceder por ele.

Que importava a violência do tenente Maurício? O que valia era a petição que, com a sua letra, com a sua assinatura, botara para rua três homens inocentes. Ele era homem que não se entregava aos grandes. Que lhe importava a riqueza de José Paulino? Tinha seu voto e não dava ao primo rico, tinha eleitores que não votavam nas chapas do governo. O governo não podia com a sua determinação. Ele sabia que havia muitos outros tenentes Maurícios na dependência e às ordens do governo. Todos seriam capangas, guarda-costas do presidente. Mas Vitorino Carneiro da Cunha mandava no que era seu, na sua vida. As feridas que lhe abriam no corpo, nada queriam dizer. Não

havia força que pudesse com ele. Os parentes ricos riam de seus rompantes, de suas franquezas. Eram todos pobres ignorantes que não sabiam onde tinham as ventas. Quando parava no engenho, quando conversava com um Manuel Gomes do Riachão, via que era melhor ser como ele, homem sem um palmo de terra, mas sabendo que era capaz de viver conforme seus desejos. Todos tinham medo do governo, todos iam atrás de José Paulino e de Quinca do Engenho Novo, como se fossem carneiros de rebanho. Não possuía nada e se sentia como se fosse senhor do mundo. [...] Se lhe tomassem a casa onde morava, armaria sua rede por debaixo de um pé de pau. Não temia a desgraça, não queria a riqueza. (REGO, 2017, p. 375 – 376).

Aquele que vivia sendo atormentado e tratado como um louco jocoso conseguiu ganhar o respeito de todos com suas ações altruístas e sua confiança nas leis para fazer justiça, demonstrando uma via alternativa tanto a dos favores concedidos pelos *grandes da terra* quanto a do banditismo do cangaço. Ele era um homem completamente livre, inclusive das amarras sociais que prendiam muitos dos que lhe cercavam. “Não temia a desgraça”. Apesar de ter servido de chacota para o povo durante boa parte de sua vida, seguia confiante em sua capacidade de fazer algo. Ele, ao contrário daqueles que lhe atormentavam gritando “Papa-Rabo!”, não devia sua vida e liberdade a ninguém. Vitorino possui uma posição reativa por entender que “um homem que luta não é desfeito” (REGO, 2017, p.379). O que podemos apreender deste personagem, dada sua posição, é que a transformação daquela sociedade se apresenta para ele como uma oportunidade ao invés de decadência, pois ele encontra lugar para suas fantasias de justiça no mundo que vem surgindo.

CAPÍTULO 3 – FOGO MORTO: ONDE TEORIA SOCIAL E ROMANCISTA SE ENCONTRAM

No capítulo anterior, realizamos uma introdução da teoria honnethiana, na qual apresentamos os padrões de reconhecimento com o intuito de direcionar nosso olhar e facilitar compreensão acerca dos desrespeitos que os personagens sofreram. Ao mapeá-los enquanto conflitos por reconhecimento em meio a transição entre dois mundos com dinâmicas distintas, demos início à reflexão sobre como os eventos de desrespeito afetaram a autocompreensão dos personagens.

Neste capítulo daremos continuidade ao encontro entre a literatura e a teoria social. Desta forma, almejamos analisar o que a teoria social pode nos dizer a respeito do que nos é apresentado no romance assim como apontar as contribuições deste para a compreensão da primeira. Dessa maneira, visamos repassar os conflitos dos personagens e demonstrar a sensibilidade e profundidade sociológica do romancista para representar a paisagem social dos engenhos. O romance, por sua vez, nos permite observar a questão das normas sociais e dos conflitos por desrespeito de maneira multidimensional ao apresentar estas questões de forma a apelar não apenas para a perspectiva sociológica, mas também através de uma perspectiva afetiva alcançada através da narrativa literária interessada na vida “como era vivida”.

A união da literatura com a teoria social, num primeiro momento, nos permitiu confirmar a sensibilidade do romancista expressa em sua capacidade de representar as relações sociais entre os diferentes estamentos e as expectativas de reconhecimento geradas no curso dessas interações. Gostaríamos de chamar a atenção para a capacidade do escritor de captar, empática e intuitivamente, os sentimentos que emergiram nas situações de desrespeito pelas quais os personagens passaram. A comunhão que ele faz entre arte e imaginação sociológica tornou possível o acompanhamento do processo, na consciência dos personagens, no qual as ações, assim como as não ações²⁷, se transformaram em ofensa e desrespeito. Sua narrativa literária nos conduz num mergulho, para além de uma visão crua de análise teórica, na represa dos profundos sentimentos envolvidos nos conflitos

Como fora dito no capítulo anterior, os padrões de reconhecimento apresentados na teoria de Honneth (2003) referem-se às esferas afetiva, jurídica e de estima social que, conforme

²⁷ Falamos de “não ações” porque, conforme observamos no romance, o personagem José Amaro entende como desrespeito o fato de o senhor de engenho não conversar com ele, nem que seja para perguntar “como as coisas estão”.

o autor, compõem a identidade dos indivíduos e foram desenvolvidas ao longo da socialização que experienciaram. O padrão afetivo, seria aquele que “precede lógica e geneticamente” os outros padrões porque através dele os indivíduos desenvolvem suas habilidades de comunicação e de reconhecimento, tanto de si quanto do outro. A partir desse padrão as pessoas desenvolveriam a confiança afetiva a partir da compreensão de que todos aqueles com quem partilha vínculos íntimos são interdependentes (Honneth, 2003). Essa compreensão permite que o indivíduo se sinta seguro para comunicar seus sentimentos e sua necessidade dos outros, pois todos aqueles que participam desse pequeno círculo possuem carências afins. O indivíduo confia que não está só e que não será abandonado.

Vimos que o padrão jurídico garante que os seres não sejam feridos em sua essência de humanidade. Ele ocorre a partir da percepção de que a dignidade humana de todos aqueles que são membros de uma mesma sociedade encontra-se previamente assegurada através de sanções universais. O desenvolvimento desse padrão em nossas identidades ocorre através da internalização do *outro generalizado*, que permite distinguir os direitos aplicáveis a qualquer um, independentemente de suas particularidades. No entanto essa formulação, conforme explicitada por Honneth (2003), está pautada sobre o modelo de direito moderno assim como sobre o desenvolvimento da cidadania tal como descrita por Marshall. Conscientes disso, a leitura do romance nos incitou à seguinte questão: como o direito, e consequentemente o padrão de reconhecimento jurídico, ocorrem em uma sociedade orientada pelas normas tradicionais?

Talvez Honneth tenha previsto que essa questão poderia ser suscitada, pois nos fornece a seguinte definição de reconhecimento jurídico fornecido por G. H. Mead:

A psicologia de Mead havia mostrado que o conceito de “reconhecimento jurídico” designa antes de tudo apenas a relação na qual Alter e Ego se respeitam mutuamente como sujeitos de direito, porque eles sabem em comum as normas sociais por meio das quais os direitos e os deveres são legitimamente distribuídos na comunidade. Mas uma semelhante definição não contém indicações nem sobre a espécie de direitos que cabem a cada um individualmente nem sobre o modo de fundamentação por força do qual eles são engendrados no interior da sociedade; antes, visa-se tão somente a circunstância elementar de todo sujeito humano poder ser considerado portador de alguns direitos, quando reconhecido socialmente como membro de uma coletividade: do papel socialmente aceito de uma organização social definida pela divisão de trabalho, resultam para o indivíduo determinados direitos, cuja observação ele pode reclamar em casos normais, apelando a um poder de sanção dotado de autoridade. Esse conceito extremamente fraco de ordem jurídica é apropriado para caracterizar as propriedades gerais que competem ao reconhecimento jurídico em sociedades tradicionais: enquanto as pretensões legítimas do indivíduo não são ainda carregadas com os princípios universalistas de uma moral pós-convencional, elas consistem em princípio apenas de atribuições que lhe cabem em virtude de seu status como membro de uma coletividade concreta. (HONNETH, 2003, p. 180-181)

Apesar de Honneth considerá-la fraca, a tomamos como um possível caminho para compreendermos a forma que o padrão jurídico toma onde o direito ainda não atingiu o ideal moderno de universalidade. Dessa forma, percebemos que é preciso se aprofundar quanto às bases tradicionais de organização social sobre as quais as definições de direitos e deveres de uma sociedade são constituídas. No romance, a definição dos direitos e deveres dos personagens só pode ser empreendida a partir do quadro de valores e princípios que legitimam a divisão da sociedade em determinados estamentos, sob os quais se reconhece a dignidade respectiva a cada um.

Em sociedades como a canavieira, onde o acesso a direitos depende do *status social* ao qual se pertence, as pessoas precisam internalizar não apenas um *outro generalizado* (ideal gerado pelo direito universal), mas sim vários outros distintos entre si e respectivos a cada estamento. Dessa maneira, aqueles que pertencem à categoria de morador possuem, teoricamente, uma compreensão a respeito de quais são seus mínimos direitos a partir da maneira como ocorrem as relações entre o seu estamento e os demais. Por isso o conhecimento do *status social* se torna um instrumento necessário para que nas relações as pessoas possam saber que tipo de reconhecimento precisam retribuir ao outro.

De acordo com o romance de Rego (2017) e com base nas pesquisas de Garcia (1990) e Queiroz (1976), depreendemos que a organização social originada dentro e no entorno de grandes latifúndios agrícolas (como os engenhos, os cafezais etc.) encontra-se intimamente vinculada com a posse de terra, separando assim os proprietários (senhores de engenhos) dos não proprietários. Dentre os não proprietários podemos citar três categorias: os sujeitos (aqueles que se subordinam a outros através de dívida moral - no romance aparece na forma do morador), os homens-livres (oposto aos sujeitos) e os negros escravos (que após 1888, tornaram-se ex-escravos - continuaram a ser extremamente marginalizados). Dessa maneira, como resultante da divisão de trabalho, temos pelo menos quatro estamentos, organizados de maneira hierárquica, compondo uma pirâmide social: no topo está o senhor de engenho, seguido da categoria livre, depois do sujeito e, por fim, está o escravo/liberto. Com base nesses estamentos e na descrição do padrão jurídico em sociedades tradicionais, temos quatro qualidades diferentes de seres humanos que variam em seu acesso aos direitos e, por isso, possuem concepções de dignidade e expectativas de reconhecimento distintas.

Se o status social é determinante no acesso aos direitos, então podemos entrever que há uma interdependência entre o padrão jurídico e o padrão de estima social. Em sociedades

como a representada no romance, torna-se possível compreender que, em muitos momentos, a esfera da estima social sobrepuja a esfera jurídica formal, assim como a esfera privada sobrepuja a esfera pública, desequilíbrios característicos de sociedades (localizadas no tempo e no espaço) nas quais os braços do Estado não alcança de fato. No romance observamos que os senhores de engenho que possuem grande influência política passam a usufruir de um domínio, ao menos parcial, dessas instituições. Esses grandes senhores por vezes usaram as instituições públicas como instrumento para garantir privilégios ou realizar vingança contra inimigos políticos (Queiroz, 1976).

Honneth (2003) nos diz que a estima social requer um *médium* social no qual se expressam as “diferenças de propriedades entre sujeitos humanos de maneira universal” (p.199). Em uma sociedade ideal, as pessoas teriam suas contribuições e particularidades valoradas de forma horizontal, tornando possível que todas sejam reconhecidas igualmente em suas diferenças.

A autocompreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, na medida em que cooperam na implementação de valores culturalmente definidos; nesse sentido essa forma de reconhecimento recíproco está ligada também a pressuposição de um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação de objetivos comuns. [...] Seu alcance social e a medida de sua simetria dependem então do grau de pluralidade do horizonte de valores socialmente definido, tanto quanto do caráter dos ideais de personalidade aí destacados. Quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a uma concorrência horizontal, tanto mais a estima assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas. (HONNETH, 2003, p. 199-200)

Então, os direitos nas sociedades tradicionais são distribuídos de acordo com os estamentos e estes, por sua vez, são conformados a partir de uma série de valores e organizados numa escala vertical que os hierarquizam. No romance podemos perceber a ação de alguns desses valores (princípios extraídos do quadro de orientação moral comum aos habitantes da comunidade) no julgamento social entre os personagens.

Um primeiro princípio acionado no romance, se deve à cor da pele como fator para distinguir os escravos dos não escravos. Vitorino, por exemplo, costuma bradar que é um homem branco sempre que deseja afirmar-se como superior. No entanto, a ela se juntam duas outras que contribuem na categorização das pessoas por estamento, que são a posse de terra e a fortuna, princípios que se encontravam associados. Por exemplo, Mestre José Amaro é um homem de ascendência branca que, no entanto, está sujeito a um senhor de engenho porque não possui uma propriedade e muito menos fortuna. Já Vitorino, é um homem branco, dono do seu

próprio sítio que, no entanto, é pobre. Os senhores de engenho seriam, então, o caso em que se alinham a cor da pele, a fortuna e a posse de extensas faixas de terra.

Essa tarefa de mediação [da estima social] é operada, no nível social, por um quadro de orientações simbolicamente articulado, mas sempre aberto e poroso, no qual se formulam os valores e os objetivos éticos, cujo todo constitui a autocompreensão cultural de uma sociedade; um semelhante quadro de orientações pode servir de sistema referencial para a avaliação de determinadas propriedades da personalidade, visto que seu “valor” social se mede pelo grau em que elas parecem estar em condições de contribuir à realização das pré-determinações dos objetivos sociais. (HONNETH, 2003, p. 199-200)

Destarte, quando olhamos para a sociedade do romance naquela sociedade observamos que as pessoas compartilham de uma mesma crença moral que legitima que as qualidades dos homens sejam definidas a partir de sua cor, de suas propriedades, de sua fortuna e de seu poder político. Mais do que marcar as personalidades, essas características físicas e materiais são essenciais para o julgamento e reconhecimento uns dos outros.

A comunhão dessas propriedades em um mesmo homem permite que ele seja reconhecido como um ser de autoridade. Um homem dessa qualidade tende a ocupar as posições de chefia, pois a posse de faixas extensivas de terra lhe garante o poder da dádiva tal como notado por Garcia (1990). Ao permitir que um morador use um pedaço de terra para morar e viver, o proprietário o envolve num vínculo de dádiva que, por sua vez, estabelece a obrigação de retribuição do morador: como a terra é necessária para a subsistência tanto de si quanto da sua família, o morador passa a sentir que deve sua própria vida ao proprietário. Assim, como retribuição, o morador só pode oferecer seu corpo, seus serviços, sua obediência e sua lealdade. No romance podemos observar essa norma implícita na situação em que o coronel Lula, após ter sido “desfeitado” por um novo senhor de engenho que havia chegado no Pilar. Ele se arrepende de não ter pedido ao seleiro José Amaro – filho de um assassino – para “liquidar o cabra atrevido, e não ficar, como ficara, um homem que precisara da proteção dos outros para resolver uma questão que era só sua.” (Rego, 2017, p 246)

Os “dons generosos” do proprietário criavam para o eventual beneficiário uma dívida que não poderia ser saldada. Quem estava em posição de devedor permanente, ou mesmo eterno, tornava-se despossuído dos meios de saber o que devia exatamente; por conseguinte não tinha outra alternativa senão aceitar, como seu, os interesses de seu “protetor”. Obedecer às ordens era uma maneira de retribuir uma dívida que não poderia ser quitada. (GARCIA, 1990, p. 41)

Esse tipo de relação gera dependência econômica e moral. Garcia já havia atentado para as semelhanças existentes nesse tipo de relação com a que é descrita no *Ensaio sobre a*

dádiva de Mauss (1974). Conforme nos demonstra Marcos Lana (2000, p.175), a ideia principal contida no Ensaio sobre a dádiva é a “constituição da vida social por um constante dar-e-receber” e que os movimentos de dar e retribuir implicam em obrigação. Ou seja, as relações de dependência acumulada pelos senhores de engenho, que envolvem a troca de “favores” – os “dons generosos” –, estaria embasada sobre um princípio de reciprocidade assimétrica que gera, para ambos os lados, uma obrigação/necessidade de retribuir. O poder político de um senhor de engenho é medido, em grande parte, pelo número de pessoas que se encontram sob seu domínio: quanto maior é o número de pessoas que estão sob sua proteção, maior é seu poder político e maior são as expectativas de retribuição. Dessa maneira, esse tipo de relação não se constituía como altruísta, tendo em vista que partia do interesse do senhor de alcançar maior influência política.

A dádiva, existente em relações como entre o senhor e o morador é a expressão e reafirmação de um contrato social, implícito e intersubjetivo, que conforma a organização e reafirma a coesão da sociedade. Pois, conforme Lanna (2000), a teoria de Mauss caminha para demonstrar que a dádiva permite a sociabilidade e as relações de “troca” são uma expressão do contrato social estabelecido. Esse contrato social não é um contrato realizado entre indivíduos, ou entre o indivíduo e o estado, mas sim um contrato da comunidade, isto é, que conforma as regras de organização de toda a sua coletividade. A relação estabelecida pela troca é composta por um tipo de comunicação que conecta os seres de uma mesma sociedade a partir de uma “linguagem moral comum”, intersubjetiva.

Nesse sentido, torna-se necessário que compreendamos melhor a ideia de contrato social. Barrington Moore Jr. (1987), em *A Injustiça*, se questionou a respeito do motivo pelo qual os seres humanos podem se adaptar a situações desiguais e degradantes, e porque muitos daqueles que se encontram nessas situações não se revoltam. Moore dispensa a tese de que não há revolta devido à alienação. Para usarmos um exemplo do romance, podemos falar sobre o personagem José Amaro, que demonstra ter consciência de sua situação de sujeição. No entanto, ele a compreende como uma condição natural que se justifica a partir dos princípios morais intersubjetivos: o sentimento de injustiça que o acomete não está relacionado com suas questões materiais, mas sim com o fato de que seu senhor não está cumprindo com alguns termos do “acordo”, como por exemplo, parar para ao menos conversar, reconhecendo-o, assim, como um ser merecedor de estima e atenção. O que queremos dizer é que a dominação resultante dos laços de dependência só é legítima quando as partes cumprem com as obrigações que possuem

uma para com a outra, reafirmando-se, dessa forma, o princípio de reciprocidade sob o qual a sociedade encontra-se fundamentada.

Para darmos prosseguimento nesse argumento, faz-se necessário entendermos que Moore compreende que sociedade é um “corpo amplo de habitantes num território específico, que tem um sentido de *identidade comum*, vive sob *um conjunto de arranjos sociais distintos* e o faz, na maior parte do tempo, em um nível de conflito que exclui a guerra civil” (1987, p. 31, grifo nosso). Um conjunto de arranjos distintos forma o que o autor chama de contrato social, onde encontram-se as regras que legitimam as desigualdades através de contrapartidas nas relações de dominação. Assim, toda desigualdade se sustentaria sobre um contrato social, que através das normas morais, conforma diferentes modos de vida, cada qual respectivo aos estamentos presentes na pirâmide social (ibidem). A origem do contrato social estaria na necessidade das pessoas de resolverem

os problemas da autoridade, da divisão de trabalho e da distribuição de bens e serviços. Em parte, elas o fazem formulando toscos princípios de desigualdade social e ensinando umas às outras, com graus amplamente variáveis de sucesso, a aceitar e obedecer tais princípios. Ao concordarem, elas criam um contrato social implícito, às vezes, explícito. (MOORE, 1987, p. 29)

Na sociedade do romance, a sociedade se organiza a partir de princípios que já apontamos anteriormente como a posse de terra, a cor da pele e o acesso à fortuna que juntos geram poder político para um pequeno grupo que conforma a elite local.

Moore (1987) aponta, ainda, que usualmente os membros de uma mesma sociedade não pensam a respeito das normas e dos limites sociais que coordenam suas relações e interações porque eles foram naturalizados. No entanto, em situações de crise e conflito somos levados a refletir sobre nossas as regras, de maneira que elas se tornam mais aparentes, seja porque foram violadas ou seja porque não se justificam mais (tornaram-se inadequadas). Em situações-problema somos levados a pensar no que originou o conflito – a violação de alguma regra, a quebra de reciprocidade etc. – e, em seguida, a procurar por soluções. Podemos tanto procurá-las no passado quanto criar novas possibilidades. Toda sociedade possui, apesar de suas desigualdades, um limite moral de dignidade humana que é amplamente conhecido. Quando um limite deste tipo é violado, gera-se uma comoção e reação generalizada.

Nas relações, limites como esse encontram-se implícitos e devem ser respeitados por todos os envolvidos. Como fora dito anteriormente, as relações envolvem direitos e obrigações recíprocas, ainda que em alguns casos essa reciprocidade seja assimétrica. Estes

podem ser lidos na chave desse limite da dignidade, de maneira que se uma das partes falhar em cumprir com suas obrigações, reações são esperadas e, até mesmo, há a possibilidade de ocorrer a ira moral

Em qualquer sociedade estratificada [...] existe um conjunto de limites sobre aquilo que tanto os governantes como os súditos, os grupos dominantes e os subordinados, podem fazer. Há também um conjunto de obrigações mútuas que mantêm unidos os dois grupos. Tais limites e obrigações não estão assentados em constituições ou contratos formalmente redigidos[...] (MOORE, 1987, p. 39)

Em consonância encontramos o termo *Economia Moral* que E. P. Thompson utilizou em sua análise dos confrontos nas praças de mercado da sociedade inglesa do século XVIII. O termo não trata apenas das “crenças, usos e formas associados com a venda de alimentos em tempos de escassez” (Thompson, 1998, p.257). Ele também nos fala das emoções despertadas nas turbas diante da mudança na forma de acesso aos cereais, que antes era garantido aos mais pobres por uma norma moral que previa que tivessem acesso ao mínimo para a sua subsistência. O autor nos dirá que a todas as pessoas que estavam envolvidas nos *motins* compartilhavam do sentimento de injustiça que surgiu diante da percepção de que alguém lhes violava um direito “civil” e ameaçava suas vidas.

O historiador almejava analisar o que chamou de mentalidade do povo inglês, compreendendo-a a partir da comunhão de aspectos como cultura política, expectativas sociais, superstições etc. Há no autor o esforço para entender os mecanismos por trás da compreensão, pela maioria da sociedade, do evento como uma injustiça, tendo em vista que as reivindicações junto às autoridades ocorreram com base no amplo apoio social, envolvendo inclusive membros de outras classes sociais.

Conforme Thompson (1998), os motins ocorreram devido à mudança no formato de venda dos cereais. A novidade consistia na inserção do fator lucro que desencadeou um diferente controle sobre para quem, quando e quanto de cereal seria vendido. O *insight* de Thompson foi o de perceber que não se tratava apenas de uma questão econômica, mas também da moral envolvida no acesso aos cereais, um dos principais itens de subsistência na dieta dos trabalhadores ingleses. Na compreensão daqueles ingleses, quem almejava lucrar com a fome dos pobres era imoral: “havia uma convicção profundamente arraigada de que os preços deviam ser regulados em tempos de escassez e de que o aproveitador se excluía da sociedade” (THOMPSON, 1998, p180). Destarte, o direito de acesso aos cereais consistia em um dos

limites morais daquela sociedade e, portanto, devia ser mantido pois a violação provocaria (como provocou) a ira moral do povo.

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado dos moleiros, dos que faziam pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta. (THOMPSON, 1998, p.152)

Como o autor pôde observar, havia então uma “visão consistente” a respeito das normas que regiam a comunidade, e que designava as obrigações sociais dos diferentes grupos, de maneira que formava um sistema que fornecia os valores de legitimidade para julgar as ações dos atores. Com base nessas informações, torna-se claro que as turbas não agiram irracionalmente: não bastava a fome ou o aumento do preço dos cereais para que se organizassem, importava antes os motivos pelos quais os preços aumentaram ou que justificassem a falta de cereais. O contrário, no entanto, ocorria quando alguém, motivado pelo lucro, violava o direito dos pobres de comer pão (ibidem).

Se tanto a injustiça quanto o desrespeito são compreendidos com base na quebra de reciprocidade prevista pelo contrato social vigente (intersubjetivo ainda que implícito), eles seriam equiparáveis? Não necessariamente. Pois, enquanto os casos de injustiça envolvem algum tipo de desrespeito, não é todo caso de desrespeito que pode ser considerado como injusta.

Tanto Barrington Moore (1998) quanto Thompson (1998) parecem convergir na compreensão de que para que uma violação seja compreendida como injusta, ela deve assim ser considerada por um amplo número de pessoas de uma mesma sociedade. Como dito anteriormente, o contrato social é criado e reproduzido pelos membros da sociedade em conjunto (MOORE, 1987) e não apenas pela percepção e decisão de um indivíduo. Mesmo que um governante determine uma nova norma moral, essa norma apenas será legítima e respeitada se ela fizer sentido para ampla parte da população, inclusive para os dominados. No entanto, se o número de pessoas que sentem ter sofrido uma determinada lesão na compreensão que possuem de si próprias for considerável, como no caso estudado por Thompson (1998), essas pessoas podem se organizar para lutar pelo reconhecimento de seus direitos. A união dessas

peças em torno de um mesmo problema pode alcançar visibilidade²⁸ e apoio da sociedade em que vivem e assim configurarem um caso de injustiça que demanda ou o respeito ou a mudança das normas, a depender da situação.

No romance *Fogo Morto* podemos observar que o desrespeito que o mestre José Amaro sofre não chega a comover a população da Vila do Pilar. Isso não se deve ao desconhecimento, por parte das pessoas, do que o seleiro sofreu, mas sim de que aquela era uma questão que apenas o afetava. Poderíamos nos questionar se os demais moradores, que se encontravam numa relação de dependência como a do seleiro, não identificaram a ação do senhor de engenho como uma violação contra os direitos de todos os moradores, porque criava um precedente. Porém, Queiroz (1976) nos dirá que em sociedades como a representada pela Vila do Pilar, onde os senhores de engenho eram mais fortes, o patriarcalismo, através do estreitamento das distâncias físicas entre senhor e sujeito, enfraquecia a solidariedade horizontal que supostamente poderia existir entre os membros de um mesmo estamento. Dessa maneira, o personagem se encontrava desamparado, salvo seu compadre Vitorino que insistia em defendê-lo.

Apesar da capacidade de organização dos motins ingleses do século XVIII, eles não ocorriam no sentido de realizar exigências de melhoria na qualidade de vida dos pobres, porque essa não era uma questão explícita. Afinal, eles haviam naturalizado as desigualdades, de forma a compreendê-las como legítimas. A reação do povo inglês vai num sentido inverso ao revolucionário, procurando conservar um direito adquirido. Assim, a mudança na comercialização dos cereais foi interpretada pela população como uma violação do contrato social, perturbando os princípios que garantiam a harmonia na sociedade. É importante, portanto, que o preço justo dos cereais, que permitia que um maior número de pobres tivesse ao menos pão para se alimentar, compunha a chave de legitimação das desigualdades sob as quais viviam. Essa é uma questão complexa demais para ser enquadrada num espectro dual como o de revolucionários e conservadores que uma visão de fora pode induzir. É preciso, dessa maneira, compreender os valores que estão em jogo a partir de uma perspectiva interna, principalmente daqueles que se encontram na situação de dominado. Nesse sentido, Moore afirma que

²⁸ O autor Jeffrey C. Alexander em sua obra *The Civil Sphere* (2006) nos fala do conflito na esfera pública, onde os grupos lutam para comover e alcançar apoio de boa parte das sociedades a qual pertencem. Ele nos dá o exemplo da Luta pelos Direitos Civis.

para muitos indivíduos, especialmente aqueles situados na base da pirâmide das sociedades estratificadas, a ordem social é uma coisa boa em si mesma e por esta eles sacrificariam frequentemente outros valores. Eles detestam a interferência violenta e caprichosa em suas vidas cotidianas, venha esta de bandidos, fanáticos políticos ou religiosos e agentes do poder. (MOORE, 1987, p. 45)

Por isso a importância de se conhecer o “contrato social” a partir do vocabulário moral daqueles envolvidos nas situações de tensão e conflito. Devido ao seu caráter normalmente difuso, o conhecimento acerca desse contrato se apresenta muitas vezes sob a forma de senso comum, isto é, um conhecimento que as pessoas possuem e que adquiriram ao longo de sua experiência e socialização. É um conhecimento que não se encontra sistematizado, que possui muitas incoerências, mas que, ao mesmo tempo, está acessível a todos porque foi e é criado, reproduzido e reformado pelas pessoas que o compartilham e que são membros de uma mesma sociedade. Poderia ser simplificado na frase comum “é assim que as coisas costumam ser”, indicando que existe uma maneira de funcionamento que independe do desejo individual. As relações entre os estamentos, tidas como expressões do contrato social, são o médium através do qual os membros reconhecem-se uns aos outros. Por isso a importância das reciprocidades, ainda que assimétricas, pois são elas que justificam e legitimam a organização da sociedade.

Tentamos demonstrar com essa exposição teórica que em sociedades tradicionais as relações sociais irão variar conforme o princípio de reciprocidade, o qual toma diferentes formas a depender dos processos históricos e encontra-se organizado em um contrato social ou em uma nuvem formada por valores e princípios implícitos. Os contratos sociais, como indicado por Moore (1987), ocorrem sob um conjunto de arranjos sociais, organizados sobre princípios e valores que movem a identidade comum da coletividade. Esse contrato estabelece quais são os direitos e obrigações dos grupos dominantes e dos grupos dominados, de forma a tornar legítimas as discrepâncias materiais, sociais e políticas. Esses contratos podem ser explícitos ou não, mas sua força de sanção encontra-se, como observado por Thompson (1998), em seu caráter intersubjetivo, caracterizado pela “visão consistente” da população acerca de quais são essas obrigações e direitos.

Como demonstramos no decorrer desse tópico, o conhecimento do contrato social era importante para compreendermos a relação entre o acesso aos direitos e o status social no romance *Fogo Morto*. Pois, é a partir da distribuição das obrigações e direitos nessa sociedade que os membros de cada estamento internalizam seus padrões de reconhecimento. Ou seja, expectativas de reconhecimento são geradas a partir do acesso aos direitos que cada estamento

possui, as quais necessitam ser satisfeitas para que reafirmem o princípio de reciprocidade dessa sociedade. Esse arcabouço teórico nos permitiu aprofundar a interpretação do romance, ao ponto de podermos apreender qual o contrato social responsável por ordenar as relações entre os membros dos estamentos representados pelos personagens.

A maneira pela qual encontram-se imbricadas as esferas jurídicas e de estima social é internalizada pelas pessoas e passa a integrar suas personalidades. Com base na distribuição dos direitos referente ao status social, desenvolve-se nos indivíduos uma identidade associada ao estamento a que pertence. Assim, a necessidade de reconhecimento demandada pelo personagem José Amaro, que é um morador, vai se diferenciar do reconhecimento demandado pelo senhor de engenho assim como pelo Capitão Vitorino.

A divisão dos membros da sociedade em estamentos só faz sentido quando os observamos em uma relação de interdependência, no sentido de que é necessária a existência dos sujeitos para que também existam senhores e vice-versa, sendo importante também o reconhecimento mútuo da posição social que cada um ocupa. As relações de dependência observadas no romance ocorrem sob a crença de que ambas as partes não são escravas e que, por isso, possuem autonomia: se trata de uma escolha (apesar da necessidade de subsistência da parte mais fraca, como observado no caso do morador).

No capítulo 2 tentamos demonstrar que o romance é composto por três personagens que experimentam um deslocamento dos espaços sociais que deveriam ocupar. O personagem Lula é aquele que poderia ser considerado como um outsider (Elias, 2000) naquele ordenamento social. Como veio da cidade, ele foi socializado sob princípios e valores que se diferenciam daqueles cultuados no campo. Outro elemento que podemos indicar como responsável por seu deslocamento, se deve ao fato de que o processo de transformação pelo qual a sociedade do campo viria a passar já se encontrava adiantado. O que queremos indicar é que para este personagem, não fazia sentido as disposições de reciprocidade social contidas no papel de senhor de engenho. O seu comportamento neoaristocrático (Abdala Jr., 2017) fazia-o prescindir de cumprir suas supostas obrigações sociais e morais, que serviriam para fortalecer seu vínculo com a comunidade e reafirmar, dessa maneira, o contrato social vigente. Como resultado, observamos seu isolamento social e enfraquecimento político.

Isso, porém, não impedia que ele fosse envolvido em laços de dependência com outros senhores de engenho, como foi possível observar em sua relação com o senhor do engenho Santa Rosa, José Paulino. Em determinado momento do romance, podemos perceber

que o reconhecimento dentro de seu estamento era o único que lhe interessava, pois não via vantagens na boa relação com os membros dos estamentos mais baixos. Apesar de seu isolamento não permitir que ele reforçasse suas alianças com os outros senhores de engenho, seu sobrenome, “Chacon”, lhe garante uma sobrevivência. Pois, haja visto que seu pai foi um grande homem na política, seu sobrenome ainda lhe rendia alguma *dádiva*.

O pequeno engenho de Lula, sua situação de quase falência e seu comportamento desinteressado, não permitiram que ele acumulasse laços de dependência, tornando-se diminuído perante os demais senhores. Apesar de seu comportamento não ser uma ameaça para os outros senhores de engenho, ele o era para aqueles que estavam diretamente sujeitos a ele, como é o caso do personagem José Amaro. Pois, ele deveria ser um autêntico patriarca capaz de proteger *os seus* contra diferentes intempéries. No entanto, como podemos ver, Lula não possui recursos para assumir essa responsabilidade de protetor.

Já foi falado que as desigualdades para serem legitimadas, necessitam se organizar em torno da distribuição de deveres e direitos que obedecem aos princípios norteadores da sociedade, como nos mostrou Moore (1987). Quando uma das partes falha no cumprimento de seus deveres, cria-se uma situação crítica na qual os elementos do contrato social encontram-se suspensos e passíveis de questionamento. O personagem José Amaro percebe a crise quando: 1 – o senhor de engenho ao qual encontra-se sujeito não cumpre sua parte de reconhecê-lo com estima e 2 – encontra-se sujeito a um senhor de engenho, que não possui condições de garantir sua proteção, ou seja, que é uma autoridade vazia. Isso explica, então, porque as disposições dos estamentos e as relações estabelecidas entre eles começam a perder o sentido.

No entanto, haja visto o diálogo entre as teorias de Honneth (2003), Barrington Moore (1987) e Thompson (1998), tentamos demonstrar que a ordenação social na qual os personagens foram socializados também se estrutura em suas identidades, a partir da maneira como entendem a si mesmos em relação aos outros. Dessa maneira, a conformação do autorrespeito e da autoestima está relacionada à compreensão que possuem acerca tanto da percepção de sua dignidade e do seu lugar na sociedade, quanto do reconhecimento que lhes é direcionado pelos outros membros da sociedade. Dentro desse modelo, a crise experienciada pelo seleiro é uma crise de sua relação com o outro que, pela falta de reconhecimento alheio, é internalizada e transforma-se em uma crise identitária. A partir da quebra de reciprocidade de reconhecimento que desconfigura sua relação com o senhor de engenho, ele passa a se

questionar a respeito de seu lugar naquele mundo, tendo em vista que perdeu seu referencial devido ao comportamento anômalo de seu senhor.

O seleiro sente, então, uma necessidade de repensar sua vida e procurar uma solução que resolva sua frustração e que lhe livre da mágoa de não ser reconhecido da maneira como acreditava merecer. Ele se percebe, em determinado momento, sem conseguir imaginar seu futuro, porque devido à sua condição, que também se torna anômala, ele encontra-se como que suspenso, sem os referenciais que o conectava aquela sociedade: ele sente que sua vida perdeu o sentido. Pois, se a relação entre senhor de engenho e morador era uma das formas de expressão do contrato social que promovia a renovação dos vínculos que o conectava a um todo, a partir do comportamento de seu senhor, seus vínculos foram rompidos tanto com este quanto com a coletividade.

Como um efeito colateral de seu estado de suspensão social, o personagem apresenta uma mudança significativa de comportamento, de maneira que se torna mais agressivo por interpretar quem são os responsáveis pelo seu estado. Sua agressividade, somada ao hábito das caminhadas noturnas, resulta nos boatos de que ele é um lobisomem, tirando-lhe o que resta de humanidade e afetando ainda mais sua autoestima, ao distanciar-se do coletivo. Todos esses fatores, desde o conflito com o senhor de engenho até a alcunha de lobisomem, fazem com que o seleiro seja colocado à margem daquela sociedade.

Dessa maneira, o personagem encontra-se encurralado, pois ele não consegue se reinserir naquela comunidade e, ao mesmo tempo, se vê incapaz de viver outra vida. Ele encontrava-se desonrado inclusive por aquele que deveria lhe proteger. Ele, através da gramática moral que conhece, procura estabelecer uma nova relação de dependência, dessa vez com o capitão do cangaço, que é simultaneamente o senhor dos senhores de engenho e justiceiro dos pobres. No fim do livro, no entanto, percebemos que a tentativa do mestre José Amaro não é bem-sucedida. Ao se aliar ao cangaceiro, ele acelera o processo de deterioração de seus vínculos sociais porque, tendo em vista que a posição do cangaceiro é “clandestina”, essa nova relação não substitui a que possuía com o senhor e nem age no sentido de reinseri-lo na sociedade. Sua existência naquele mundo tornou-se impossível, tendo em vista que ele acabou por não conseguir retornar a um estado de normalidade a partir das já conhecidas relações de reciprocidade com os demais membros da sociedade. Dessa maneira, assistimos o personagem, pouco a pouco, sofrer os desrespeitos mais graves associados a cada padrão de reconhecimento ao ponto de dar fim à própria vida que já não mais existiria socialmente.

Já o personagem Vitorino surge como um questionador das regras vigentes. Ele fala constantemente da maneira injusta como os “grandes da terra” lidam com a política, que termina por deixar, a seu ver, “o povo na míngua”. Questiona também o uso das instituições públicas que deveriam prezar pela justiça, mas ficam à mercê dos grandes senhores, que a usam para fins particulares. Abdala Jr (2017) chama atenção para a posição a posição desse personagem naquela sociedade que é, em certa medida, estratégica: ele é dono do próprio sítio e, apesar de pobre, não depende de terceiros para sua subsistência; é um homem livre, ao mesmo tempo que desfruta de seu vínculo familiar com um grande senhor de engenho. Isso o aproxima dos dois extremos da pirâmide social, de maneira que ele consegue enxergar a circulação de poder com clareza.

Apesar de estar protegido pelos laços familiares, através do que Queiroz (1976) chama de *solidariedade parental*, Vitorino é capaz de exercer sua autonomia. Ele deixa claro, porém, que não quer que seu primo interfira em sua vida. Quando foi preso por desacatar o tenente Maurício, José Paulino intercedeu para sua soltura. Diante disso ele bradou: “Não pedi favor pra ninguém, fez porque quis”, como quem se livra de qualquer reciprocidade.

Suas ações eram minimizadas e desvalorizadas porque ele não era considerado uma pessoa plenamente capaz, de maneira que seu comportamento é comparado várias vezes ao de uma criança pelos outros personagens. No romance não temos informações suficientes para saber como isso o afetava intimamente, fora num momento em que o personagem José Amaro percebe que ele carregava uma mágoa devido ao tratamento que recebia (mais oriundo de uma projeção de si no outro, tendo em vista que ele passava por uma situação parecida). No entanto, como dissemos no capítulo 2, Vitorino é um personagem muito reativo, no sentido de que a cada vez que o interpelam com gritos de “Papa-Rabo”, ele imediatamente se presta a responder a ofensa, seja oralmente ou através da violência, para se refazer em seu orgulho. Esse comportamento o faz sentir que lutou por sua honra e “mostrou que era homem de verdade”.

Uma das características que pode se apontar nesse personagem, ausente nos outros dois, é sua capacidade comunicativa. O capitão Vitorino demonstra irreverência, não tem receio de falar o que pensa, independentemente de quem seja o interlocutor. Há o episódio em que ele chama o tenente Maurício, da “força do governo” que era o pavor das vilas e cidades, de covarde e incompetente. O mesmo podemos observar quando ele encontra com o capitão do cangaço, Antônio Silvino. Isso pode ser interpretado como uma expressão da sua posição intermediária, na qual goza de autonomia e privilégios referentes a seus laços familiares. Essa posição, de

certa maneira independente, permitiu-lhe desenvolver vigorosamente os pilares de sua identidade, isto é, desenvolveu autoconfiança, autorrespeito e autoestima extremamente positivas. Ele acredita ser uma pessoa de grande importância para a Vila do Pilar. Nesse sentido, todos os ataques que sofre são entendidos por ele como perseguição política, inclusive de membros da sua própria família.

Esse personagem, como dissemos, acredita em sua grande importância e se percebe como um homem que possui muito capital político. Seu primeiro diálogo, no romance, ocorre sob o pretexto de conseguir votos para a oposição ao governo atual, ao qual seu primo pertence. Ele, que não é um senhor de engenho e não possui nem terra nem fortuna, acredita possuir um eleitorado próprio, de pessoas que lhe confiam o voto por acreditarem em sua orientação política. No entanto, o capital político comum nessa sociedade rural como podemos observar com Queiroz (1976), era composto pelas dívidas morais das pessoas que dependiam da terra dos outros. Essa política ficou comumente conhecida como Coronelismo. Assim, um homem da posição de Vitorino não possuía recursos para a barganha de votos, mas o personagem concebia o voto como opinião e ação cidadã, destoando-se do entendimento comum. Ele acreditava ter o poder de convencer o povo de que ele seria a melhor opção, porque não tentaria, como seu primo, transformar a Vila do Pilar em sua *bagaceira*. Daí ser considerado como o Dom Quixote brasileiro pela crítica literária.

Enfim, esse terceiro personagem não ocupava um lugar muito bem definido naquela sociedade, de maneira que ele conseguia usufruir da forma de vida da elite, mas ao mesmo tempo estava mais próximo da base da pirâmide social. Sua posição, como dissemos, é estratégica, de forma que o permitia observar brechas no sistema e questioná-lo. Ainda que não vá contra a desigualdade em si, ele denuncia os usos indevidos e arbitrários das instituições.

Dessa maneira, se o observarmos a partir de Moore (1987), podemos interpretar seu comportamento como o de um membro interno que passa a refletir sobre a regra social que naturaliza as arbitrariedades dos grandes senhores de engenho e o baralhamento entre público e privado. Com Vitorino podemos interpretar que o contrato social intersubjetivo não age de maneira determinante sobre as ações das pessoas, mas sim como grande influência. A porosidade do contrato social se deve ao fato de que ele se constitui a partir da aderência das pessoas a valores e princípios, promovendo, dessa forma, um consenso que não possui a necessidade de ser expresso de maneira formal ou explícita, porque existe na consciência de

todos. De maneira dinâmica, mudanças de valores e princípios podem ocorrer através de um grande processo envolvendo a esfera pública.

Vitorino, então, se alia a um grupo político que promete fortalecer as instituições públicas, principalmente as relacionadas com a justiça. Empreendendo, dessa maneira, uma luta para mudar as formas como a política estava sendo aplicada, ele tenta garantir votos a partir da exposição das arbitrariedades que pretende combater. Ele passa também a advogar contra as injustiças, se prestando a ajudar desde o senhor do engenho Santa Fé até o morador José Amaro, apelando sempre para a justiça formal.

Assim, podemos observar que o romance nos permite reflexões acerca das sociedades patriarcais do Nordeste brasileiro do início do século XX (quiçá, situações parecidas podem ainda hoje ser encontradas). Como dissemos, no romance paira a atmosfera de decadência, de agonia de um mundo que começava a sofrer mudanças. Esse processo é vivido de forma diferente por cada personagem, os pequenos conflitos que surgem como sintomas de uma crise maior. Enquanto para o coronel Lula e para o mestre José Amaro, essas mudanças e conflitos causam sofrimento, para Vitorino elas aparecem como oportunidade para a construção de uma sociedade mais justa.

Até o momento, almejamos demonstrar que o romancista possuía apurada imaginação sociológica a ponto de ter conseguido, sem o conhecimento das teorias que apresentamos aqui, replicar a forma de funcionamento do contrato social sobre os membros de uma sociedade lembrada e ao mesmo tempo imaginada por ele. De maneira que através de seu romance fomos capazes de identificar os vários processos descritos nas teorias, permitindo-nos pensar acerca da questão do reconhecimento numa sociedade canavieira do Nordeste.

Apesar das inúmeras possibilidades de interpretação e de reflexão sociológicas contidas no mundo de Fogo Morto, não podemos nos esquecer de que é um mundo criado e controlado pelo autor José Lins do Rêgo. Sabemos que a memória foi sua principal matéria prima, no entanto, essas memórias foram criadas a partir de uma determinada experiência, além de terem sido ressignificadas pelo autor à luz dos ideais que cultuava depois de adulto (Chaguri, 2009). Por mais que seu desejo fosse o de retratar a vida como era vivida pela “gente de verdade”, ele o fazia a partir de uma determinada perspectiva. Nesse sentido, o romance é um microcosmo criado a partir de seu processo de reflexão, de maneira que o contexto representado na obra está marcado pelas impressões que o romancista possuía de sua sociedade:

embora o vínculo com a vida, o desejo de representar o real, seja a chave mestra da eficácia dum romance, a condição do seu pleno funcionamento e, portanto, do

funcionamento das personagens, depende dum critério estético de organização interna. (CANDIDO, 2009, p.63)

Mas, como dissemos na introdução desse trabalho, a questão ficcional da obra não tira dela a legitimidade das reflexões que suscita. Não obstante, ela se apresenta como uma outra forma de expressão de reflexões sociológicas e psicológicas sobre a sociedade que o autor conheceu. E, para que possamos compreendê-las melhor, torna-se importante que conheçamos a perspectiva a partir da qual o autor lançava seu olhar para a sociedade.

Tal como percebido por Gilberto Freyre (1978), a amizade entre os dois, provocou em José Lins uma necessidade de se reatar com seu passado e, simultaneamente, o despertou para a grandeza e importância dos produtos culturais e naturais do Brasil. José Lins do Rego, como um dos precursores do movimento regionalista, dividia com os membros do grupo uma concepção orgânica do Brasil: “visando sempre a uma “articulação inter-regional”, para melhor compreensão dos problemas e definição da nossa unidade nacional” (Castello, 1961, p.52). Para o romancista, em consonância com Freyre, o Brasil deveria ser pensado a partir da região, da tradição e do patriarcado. Quanto à primeira, eles acreditavam que o Brasil já se encontrava dividido através de regiões naturais às quais se sobrepunham regiões sociais (Freyre, 1978; Castello, 1961). Quanto à tradição, o romancista a concebe como o elo entre o presente e o passado, a “força que passa de geração a geração, com a energia da semente que se propaga” (Rego apud Chaguri, 2009, p. 49). Havia em José Lins o interesse, junto aos Regionalistas, de expressar a identidade da nação brasileira, o que já vimos que ocorria através da expressão das particularidades da cultura local. Sua busca pelo tradicional o leva a concluir que existia uma semelhança entre todas as regiões brasileiras: o patriarca. O patriarcalismo é compreendido, então, como a formação social tipicamente brasileira. Conforme o próprio romanista:

Nosso único destino, é o destino dos homens rurais. Não somos militaristas, nem positivistas, nem democratas, nem futuristas. Somos senhores de engenho, fazendeiros e católicos apostólicos romanos. Fugindo daí estamos de braços com a anarquia, porque fugimos de nossa vocação” (Rego apud Chaguri, 2009, p. 154)

A defesa que José Lins do Rego faz dessa “formação social” e dos valores envolvidos nela, não indica que ele era cego para as muitas injustiças que ocorriam na sociedade em que cresceu. Seu romance *Banguê* representa bem sua consciência das desigualdades e dos preconceitos oriundos dessa forma de vida.

Como apontamos no capítulo 1, através da literatura da leitura de intelectuais como o abolicionista Joaquim Nabuco, José Lins do Rego começou a ter “pena dos pobres”, de

maneira que, apesar de defender muitos dos valores de uma sociedade hierarquizada ele desejava um mundo mais justo para aqueles que se encontravam na base da pirâmide social (desejo expresso no personagem Vitorino). A maneira como ele relata o sofrimento do personagem Mestre José Amaro, demonstrando a injustiça de sua expulsão de casa pelo senhor de engenho sem justificativas concretas e sem possuir direitos para reivindicar, indica sua sensibilidade ao sofrimento daqueles que, por não possuírem condições próprias para se sustentar, ficavam à mercê da arbitrariedade de um senhor. Podemos depreender então que, para ele, aqueles que ocupavam as mais altas posições da sociedade, que possuíam acesso direto ao poder, deveriam apresentar as boas qualidades associadas ao papel de patriarca: ser um provedor bondoso, ainda que com doses de autoritarismo. No romance, temos essa figura espelhada tanto no senhor José Paulino do engenho Santa Rosa quanto no primeiro senhor do engenho Santa Fé, capitão Tomás, ambos inspirados na figura do avô do romancista.

Por ser muito consciente de seu tempo presente, o olhar que José Lins lançou sobre seu passado despertava-lhe melancolia gerada pela percepção da decadência do mundo que conheceu e, com ele, a extinção de parte da tradição. O romancista assistiu decadência conforme crescia, como pode ser observado, mais explicitamente, através do personagem Carlos de Melo, protagonista dos primeiros três romances – Menino de engenho, Doidinho e Banguê. Nesses romances acompanhamos a trajetória de um menino que cresceu com a expectativa de se tornar um senhor – ocupar o lugar que seria deixado por seu avô – mas que, devido ao tempo que passou na cidade, somado aos efeitos das mudanças que ocorriam nos meios de produção e na estrutura de relações no campo, se vê incapaz de administrar o engenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fogo Morto é tido como uma obra que, por ter sido escrita e publicada no início da década de 1940, apresenta uma síntese dos assuntos já tratados nos outros romances de José Lins do Rego, porém com uma refinação literária e reflexiva do romancista. Como dito por Chaguri (2009), o olhar do passado soma-se às questões que ele cultivava no presente, de maneira que busca, então, promover uma homenagem ao modo de vida tradicional. Assim, esses romances são uma forma de eternizá-la em suas histórias e projetá-la no futuro como uma mensagem numa garrafa no mar da história.

No romance, a decadência surge na figura de Lula, que não demonstra aptidão para ser um patriarca, que implicava em honrar suas responsabilidades para com a comunidade. A atitude indiferente e egoísta do personagem faz alusão ao caráter que o escritor identificava nos donos das usinas que começavam a pulular no Nordeste. Para ele, os usineiros, eram homens que não demonstravam ter intimidade com a terra como os senhores de engenho possuíam. Eles terceirizavam o trabalho, contratavam gerentes vindos das cidades para a administração dos engenhos, (Hollanda, 2012; Castello, 1961). Dessa forma, eram figuras ausentes que não estabeleciam relações sociais com os trabalhadores a não ser através do vínculo empregatício. Como resultado, o trabalhador das usinas muitas vezes não conhecia o homem para quem trabalhava.

Através de suas críticas às violentas mudanças ocorridas com a industrialização, o romancista demonstra acreditar que as relações patriarcais promoviam maior coesão social do que aquelas que a substituem. Pois, essas relações não se limitavam à esfera econômica, englobando também as esferas da moral e da cultura. Destarte, eram relações que estabeleciam vínculos mais fortes entre os membros, privilegiando o pensamento coletivo em detrimento do individualismo. Não à toa o senhor de engenho era chamado de patriarca, pois era considerado um “pai” e a “sinhá” era considerada uma “mãe” (Hollanda, 2012), replicando nas demais relações, a hierarquia familiar. O senhor assume, então, o papel da autoridade que era procurada nos momentos de dificuldade, conformando a relação de protetor – protegido (Garcia, 1990).

O grande ponto de conflito do romance, ao nosso, se dá na percepção do seleiro de que não podia contar com o coronel Lula, pois, se dependesse dele, “morreria podre na cadeia”. Ele sabia que, além de não ter propriamente tantos recursos quanto os outros senhores de

engenho, Lula não se mobilizaria para ajudá-lo justamente por não se sentir vinculado e responsável por aqueles que não eram seus parentes de sangue.

A associação do seleiro José Amaro com o cangaceiro parece também ter sido constituída sob a perspectiva de uma defesa das relações patriarcais. Pois, o personagem procura no cangaceiro os atributos que não encontrou no Lula: capacidade de lhe proteger física, social e espiritualmente. No entanto, o espaço ocupado pelo cangaço naquela ordenação social é de uma natureza distinta da ocupada pelo senhor de engenho. Apesar do ter conseguido continuar em sua casa graças ao capitão do capitão do cangaço, que intercedeu por sua causa contra o coronel Lula, o mestre José Amaro é preso e torturado devido à sua ligação com Antônio Silvino, que, nesta situação, não agiu para salvá-lo nem para protegê-lo. Dessa maneira, o cangaceiro não ocupou a lacuna de patriarca que o seleiro esperava. Com isso o seleiro tem suas expectativas mais uma vez não atendidas, situação que o leva para um total desespero a ponto de resolver tirar a própria vida. Ele não conseguiu viver num mundo tão diferente do que estava acostumado, onde estaria tão só e vulnerável.

No personagem Lula, José Lins do Rego conseguiu encarnar os efeitos da quebra das reciprocidades oriundo das mudanças nas relações sociais trazidas pelas usinas e que sobrepujaram as relações patriarcais. Pois, o personagem aparece como um fator externo (veio das cidades, com costumes distintos) que gera a desgraça para o engenho Santa Fé e, conseqüentemente para os moradores como José Amaro. O comportamento de Lula, distante e individualista, assim como o observado nos usineiros, gerou um desequilíbrio das relações sociais pressupostas pelo contrato social vigente naquela comunidade. A relação dos dois personagens representa, então, o encontro das duas formas de mundo, a tradicional e a moderna, onde cada qual opera conforme uma diferente linguagem moral, fator que impossibilita a comunicação e a conexão entre as duas partes. Com esse desencontro moral observamos a origem de sofrimentos, de desrespeito e de muita agonia para ambas as partes.

Portanto, há no romancista uma resistência à maneira como o progresso e modernização se apresentaram às sociedades do Nordeste. Essa transformação teria ocorrido de forma abrupta, ocasionando o desmoronamento dos pilares, princípios e valores morais que regiam as relações de uma forma de organização social tipicamente brasileira. Pelo que foi possível observar por parte tanto de José Lins quanto de Gilberto Freyre, essa mudança deveria ter ocorrido de forma gradativa, de maneira a realizar uma comunhão do futuro com o passado, mantendo viva a tradição que carrega nossas raízes. Neste sentido, aproximando-nos da

perspectiva que Rego e Freyre lançavam sobre processo de instalação das usinas e suas consequências, seríamos capazes de dizer que eles, prezavam por uma modernização onde os bons valores do patriarcalismo ainda permanecem como uma forma de poder moderador, que incorporaria os novos valores à tradição, de maneira a não desfigurar a identidade brasileira.

Vale lembrar que os regionalistas eram contra o modelo instituído pela República Café com Leite, porque incitava os conflitos entre os Estados. Como consequência os estados da região Nordeste, absorvidos pelos conflitos estaduais protagonizados por grandes oligarcas, ficavam esquecidos sem a produção de melhorias físicas e sociais que deveriam ser realizadas através do poder público, em favor da maioria da população. Assim, acreditamos referir-se à opinião política do próprio romancista a crítica que Vitorino empreende acerca da influência do mau uso do poder político e das instituições públicas por parte dos senhores de engenho. Crítica que também se repete algumas vezes no personagem José Amaro. Portanto, o personagem Vitorino, um dos favoritos de José Lins, aparece sempre questionando o delegado ou juiz acerca de suas responsabilidades para com a lei e não para com senhores de engenhos. Pois, sob a lei, todos deveriam ser tratados da mesma maneira, fossem senhores de engenhos ou moradores. Essa perspectiva prevê um ajustamento do contrato social patriarcalista, de forma a aproximar a tradição dos preceitos modernos de direito.

Outro ponto que o romancista parece criticar, através de Vitorino, é referente aos usos do voto:

- Um voto é uma opinião. É uma ordem que o senhor dá aos que estão de cima. O senhor está na sua tenda e está mandando num deputado, num governador.
- Compadre Vitorino, eu só quero mandar na minha família.
- É por isso que esta terra não vai adiante. É por isso. É porque um homem como o meu compadre José Amaro não quer dar valor ao que tem. (REGO, 2017, p. 94)

Se estivermos corretos, esse posicionamento demonstra que, apesar de ser favorável ao patriarcalismo, essa visão acerca do voto como atitude cidadã (Queiroz, 1976), favoreceria uma política na qual a base fosse capaz de opinar a respeito das ações de necessidade social. Esse modelo defendido pelo personagem vai de encontro à concepção do voto como prova de lealdade e instrumento de barganha.

O romance deixa entrever que Vitorino realiza uma inversão de sua imagem na comunidade do Pilar, de maneira que deixa de ser o “Papa-Rabo!”, para se tornar aquele que enfrentou tanto o chefe de polícia quanto o cangaço, aquele que conseguiu livrar três homens presos pelo tenente Maurício (representante da força máxima do governo) através da apelação judicial e com as notas publicadas em jornal apelando também para a esfera pública. Dessa

maneira, Vitorino se aproxima do seu objetivo de tornar-se o herói da Vila do Pilar a partir de seu comportamento justo. Ele não tende nem para a via do abuso de poder do governo, nem para o “banditismo” representado pelo cangaço, procurando alcançar a estima através da justiça e do respeito às leis. A mudança da imagem de Vitorino perante a população do Pilar torna provável que ele conquiste os votos que precisa para eleger a oposição e se tornar o prefeito daquela vila para lhe “dar o cuidado que precisa”.

É importante enfatizar que as obras do romancista não foram concebidas como “panfletos políticos”, elas não possuíam o objetivo estrito de reafirmar uma determinada ideologia. José Lins do Rego (1952) repudiava os romances desse estilo, pois, para ele, escrever era mais uma necessidade do que uma ação deliberada. Ele procura legitimar essa perspectiva ao aludir que suas obras lhe chegavam de rompante, quase prontas, e ele era apenas um instrumento para concretizá-las. Não podemos negligenciar, porém, que o autor possuía críticas e posição política, as quais ficaram marcadas em sua criação.

Um último ponto do romance que achamos interessante destacar pela sua convergência com a teoria que mobilizamos, diz respeito ao *falaço do povo*. O povo, expressão da coletividade da vila, aparece como uma força poderosa capaz de erguer ou destruir um homem. Foi possível observar isso diante dos boatos de lobisomem, que foram um dos grandes responsáveis pelo sofrimento de José Amaro, e também com Vitorino que passa a ser admirado pela população a ponto de, pouco a pouco, conquistar poder político. Dessa maneira, expressa-se através do *falaço* os julgamentos morais compartilhados pela maior parte da população do pilar, realizados a partir do consenso comum acerca das normas sociais, reiterando o contrato social (Moore, 1987). Em certa medida, o *falaço do povo* é a esfera pública da comunidade, a arena e o tribunal dos conflitos sociais, que apesar de ser influenciável, não se encontrava sob o domínio de nenhuma entidade. Todos estavam sujeitos ao julgamento popular, desde o senhor de engenho até o morador ou escravo, sendo então um produto do coletivo

O romance Fogo Morto foi escrito e publicado nos primeiros anos da década de 1940, antes das teorias que foram mobilizadas aqui. Destarte, o romancista foi capaz de captar e transcrever os mecanismos da gramática moral da sociedade canavieira. Talvez porque tenha sido criado sob uma determinada ordenação social e experienciou a mudança de paradigma moral, ocasionado pela modernização dos meios de produção do açúcar, tenha se tornado capaz, através da crise, de enxergar com mais clareza os contrastes entre seu mundo presente e o mundo de seu passado. Pois, foi ele mesmo uma “vítima” indireta da decadência que anuncia

em seus romances, de maneira que a melancolia, sobressalente à nostalgia, expressa o sofrimento que ele acredita ter acometido os personagens nordestinos de sua infância, assim como a ele próprio.

No capítulo 1, demonstramos os caminhos traçados pelo autor, os quais lhe permitiram escrever com propriedade sobre aquela sociedade canavieira, onde pôde vivenciar e ver muitas das situações representadas no romance. Também procuramos mostrar sua perspectiva ideológica a partir da exposição dos ideais Regionalistas. Conhecer um pouco mais a fundo o romancista, nos permitiu entender o significado de seu tema principal: a decadência.

A princípio, o objetivo do regionalista era, conforme suas referências inglesas (Freyre, 1978, Hollanda, 2012, Castello, 1961), projetar através de sua arte as particularidades do Nordeste e principalmente, de sua Paraíba, para o Brasil e para o mundo. Tentou fazer conforme observou nos escritores ingleses: estes escreviam sobre os cotidianos de suas províncias, conseguiam atingir o cerne do humano e, assim, possibilitar que qualquer leitor de qualquer parte do mundo pudesse se identificar com seus personagens, ao mesmo tempo em enfatizavam as particularidades locais nas quais estavam imersos. Desejou, então, promover uma experiência tanto local quanto universal, expressando desde as peculiaridades das relações na sociedade da cana-de-açúcar até a universalidade dos sentimentos e relações humanas.

No capítulo 2, expomos os personagens de Fogo Morto, de maneira que pudéssemos compreender melhor seus dramas, guiados pela teoria honnethiana de reconhecimento. Foi uma maneira de fazer luz sobre os conflitos que os personagens estavam vivendo, assim como sobre a maneira como reagiram. Desta forma, foi possível observar que os dramas dos personagens se complementam, demonstrando que José Lins do Rego os projetou a partir de uma rede de relações observadas no engenho de seu avô e nas diversas figuras que conheceu ao longo de sua infância e juventude. O fato de cada personagem pertencer a um estamento social diferente, além de nos permitir distintas perspectivas de uma mesma sociedade, evidenciou que eram pontos de vista interdependentes demonstrando que se encontravam em relação a um mesmo referencial moral.

Explicamos também os padrões gerais constituintes da personalidade humana, desenvolvidos ao longo da socialização, de acordo com a teoria apresentada por Honneth. Mais precisamente a partir dos padrões jurídicos e de estima social, que seriam a ponte através da

qual os indivíduos constroem sua compreensão de justiça, de legitimidade, de política e de moral, assim como os meios para se relacionar com os demais membros de sua sociedade.

No capítulo três, com Thompson e Barrington Moore, demonstramos que essas noções (de justiça, legitimidade, política e moral) em conjunto formam o que chamamos de contrato social. Esse contrato varia no tempo e no espaço, é intersubjetivo e semiconscente, muitas vezes não está explícito na forma escrita. É reproduzido através dos julgamentos morais e torna-se objeto de reflexão durante os conflitos. Com o perdão da analogia, podemos dizer que o conhecimento contido nesses contratos sociais é aprendido por “osmose”, no sentido de que não é um conhecimento sistematizado, encontrando-se difuso nas diversas relações sociais. No entanto, é um conhecimento válido e acessado sempre que as pessoas procuram parâmetros ou realizam “cálculos sociais” em suas relações com os outros.

Ao aprofundar a reflexão sociológica do romance a partir das teorias de Honneth (2003), Barrington Moore (1987) e Thompson (1998), almejamos, através da análise dos personagens, explicar os mecanismos que conformavam a interdependência dos estamentos e os efeitos para a identidade dos membros da sociedade. O exercício de pensar a teoria junto com uma obra literária, nos fez perceber o quanto os romances podem ampliar nossa compreensão de teorias através da experiência empática que eles nos proporcionam.

No texto *Em defesa do Romance*, Vargas Llosa apresenta a literatura como um espaço onde temos a possibilidade de acessar os sentimentos que compõem e dão significado às nossas relações

A literatura, [...] diferentemente da ciência e da técnica, é, foi e continuará sendo, enquanto existir, um desses denominadores comuns da experiência humana, graças ao qual os seres vivos se reconhecem e dialogam, independentemente de quão distintas sejam suas ocupações e seus desígnios vitais, as geografias, as circunstâncias em que se encontram e as conjunturas históricas que lhes determinam o horizonte.
(LLOSA, 2009)

A literatura, portanto, promove um exercício empático por permitir que o leitor veja e sinta por meio de um outro, que é o personagem. Através do estranhamento causado pela exposição a outros tipos de sociedades ou mesmo mundos, podemos perceber e refletir sobre as estruturas normativas, tanto do contexto em que o personagem se encontra quanto do nosso. Assim, percebemos que somos guiados por uma estrutura normativa que se encontra naturalizada, porque foi internalizada por nós através de todas as interações que compuseram nossa socialização.

Essas normas funcionam, então, como um vocabulário moral do qual lançamos mão para avaliar as situações e conformam o que Barrington Moore (1987) chamou de contrato social. Como sugerido pelo autor, tornamo-nos mais conscientes das normas quando observamos uma crise, que nos exige pensar acerca do que configura a normalidade, no processo de busca por uma solução. O romance proporciona, então, a vivência da crise a partir dos personagens. Pois, as variadas situações em que eles se encontram envolvidos nos permitem vivenciá-las sob “suas peles” e, dessa maneira, refletir sobre nossos valores e princípios, apontando um caminho para desnaturalizar nossa própria estrutura normativa e colocá-la em perspectiva.

O romance, no entanto, foi criado por uma pessoa que falava de uma determinada posição na sociedade. Tendo em vista a trajetória do escritor, percebemos que ele defendia uma revitalização dos valores tradicionais, que privilegiavam uma interconexão mais forte entre os membros, no sentido de suavizar algumas perversões da modernidade, como o individualismo egoísta. O Regionalismo possuía o objetivo de fazer o Nordeste ser conhecido através da arte e assim despertar nos demais brasileiros a consciência de que devemos preservar e valorizar a essência da cultura brasileira, que estaria fundada na tríade região, tradição e patriarcado. Segundo Freyre (1978; Castello, 1961), o “Movimento Regionalista e Modernista do Nordeste” não defendia a ideia de que devíamos ignorar os valores, trazidos pelo progresso e pelos imigrantes, das mais diferentes nações. Mas, sim, de que o contato entre as diferentes culturas deveria ser mediado, de forma que os novos valores se adaptem a forma social brasileira. José Lins do Rego, assim como seus companheiros regionalistas, apontavam, no plano cultural, para alternativas que visavam minimizar as subversões oriundas do processo de modernização e conduzir-nos para uma modernidade afeita às tradições.

Assim, o romance se apresenta como um mundo (micro) sob o qual podemos exercer um controle muito maior do que aquele possível quando nos aventuramos no “mundo real”. Como é um microcosmo criado por um escritor, se apresenta como um mundo ordenado (diferente do caos do mundo real), onde podemos apreender todos os elementos em coesão. Nele temos acesso à consciência dos personagens sem que nossa “presença” afete as informações ali contidas. Com isso queremos valorizar o uso do romance, não apenas como um objeto de análise, como também fonte de reflexões sociológicas, estimulando sua incorporação nas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JR, Benjamin. Os ritmos do tempo em torno do engenho. in: REGO, J. L. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10ª ed., outubro 1970.
- ALEXANDER, Jeffrey. **The civil sphere**. New York: Oxford University Press, 2006.
- APPER, Maria Lia Genro. FERREIRA, Flavia Regina Pithan. A ideologia e o aspecto social em Fogo Morto. **Disciplinarum Scientia**. Série: Artes, Letras e Comunicação, Santa Maria, v.3, n.1, 163-176, 2002, acessado dia 24 de janeiro de 2017 em: <http://sites.unifra.br/Portals/36/ALC/2002/ideologia.pdf>
- BARROS, Souza. **A década 20 em Pernambuco**. Rio de Janeiro, 1972
- BECKER, Howard S. **Outsiders: um estudo de sociologia do desvio**. Trad.: Maria Luiza X. de Borgesed. Zahar, Rio de Janeiro, 2009.
- BOLTANSKI, L. THEVENOT, L. **On Justification: Economies of Worth** -Princeton University Press, 2006
- BOSI, Alfredo. Introdução a Fogo Morto. in: REGO, J. L. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10ª ed, 1970
- CANDIDO, Antônio. **Brigada ligeira e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 1992. 252 p.
- _____. “A personagem do romance”, in: **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. **Literatura e Sociedade**, 11. ed., Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2010
- _____. **Literatura e subdesenvolvimento** in: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.
- CASTELLO, José Aderaldo. José Lins do Rego: modernismo e regionalismo. São Paulo; Edart, 1961
- CHAGURI, Mariana. **O Romancista e o Engenho: José Lins do Rêgo e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930**. Ed. Hucitec. São Paulo, 2009.
- CORDEIRO, Carla de Fátima. **Sinhás, donas, mães, filhas e esposas: as mulheres no romance regionalista de José Lins do Rego**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, Agosto 2008
- CARPEAUX, Otto Maria. O brasileiríssimo José Lins do Rêgo in: REGO, J. L. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10ª ed, outubro 1970
- ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro 2000
- FREYRE, Gilberto. **Alhos e Bugalhos: ensaios sobre temas contraditórios: de Joyce à Cachaça; de José Lins do Rego ao cartão-postal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978

_____. **Interpretação do Brasil**. Livraria José Olympio Editora. Ed. 1ª. São Paulo. 1947

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo, Editora Marco Zero e Editora UNB, em coedição com o MCT CNPq, 1990.

HABERMAS, J. (1984). **The theory of communicative action**. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press

HOLLANDA, Bernardo Buarque de. **ABC de José Lins do Rêgo**. 1ªed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro 2012

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34. São Paulo, 1ed. 2003.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. Revista Sociologia Política. Curitiba. P. 173-194, junho de 2000

LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. Tradução: Maria Clara Cescato. São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 1996

LIMA, Nabylla Fiori de, Fogo Morto: Universo de Mulheres Trabalhadoras, acessado dia 24 de janeiro de 2017 em: <http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt016-fogomorto.pdf>

LINS, Alvaro. Um novo romance dos engenhos. in: REGO, J. L. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10ª ed, outubro 1970

LLOSA, Mario Vargas. **Em defesa do Romance**, Revista Piauí, ed. 37, 1 de outubro de 2009.

LOPES, José Sergio Leite. Relações de parentesco e propriedade nos romances do “Ciclo da Cana”, in **Arte e Sociedade: Ensaio de Sociologia da Arte**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. Forma e Razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**, v. II. São Paulo, Edusp. 1974.

MILLET, Sérgio. A obra de José Lins do Rego. in: REGO, J. L. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10ª ed, outubro 1970

MOORE JÚNIOR, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da desobediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 10ª ed, outubro 1970

_____. Fogo Morto. Rio de Janeiro. José Olympio, ed. 2017

_____. Doidinho. 38ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 2000

_____. Banguê. 14ª ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984

_____. Homens, Seres e Coisas. Rio de Janeiro: MEC, Serviço de Documentação, 1952

_____. Menino de Engenho. 84 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

_____. Banguê. 14 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. Notas sobre Gilberto Freyre. In: FREYRE, G. Região e tradição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. Ed. Alfa-Ômega. São Paulo. 1976

SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar". In: "**Ao vencedor as batatas**" (6ª ed.). São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2012. pp.10-31.

_____. Pressupostos, salvo engano, de dialética da malandragem. In: Schwarz. R. **Que Horas São? Ensaio**. Ed, Schwarz, 2002.

SCOTT, James C. KERKVLIT, Benedict J. **How traditional rural patrons lose legitimacy: A Theory with special reference to Southeast Asia**. Wisconsin. LTC Reprint. n.º. 125, June 1975

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Revisão Técnica: Antônio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. Companhia das Letras, São Paulo, 2ª ed., 1998

DOCUMENTÁRIO E FILME

O engenho de José Lins. Diretor, Produtor e Roteirista: Vladimir Carvalho, Duração: 90 min. 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R2FL11JoDl8>

Fogo Morto. Direção: Marcos Faria. Roteiro: Marcos Faria Eglê Melheiros, Salim Miguel. Duração: 88 min. 1976. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-gAypkpXYc>